

Marc
Bloch

Introdução à História



coleção
SABER

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

INTRODUÇÃO

«Pai, diga-me lá para que serve a história.» Era assim que um rapazinho meu próximo parente interrogava, há poucos anos, um pai historiador. Gostaria poder dizer deste livro que ele é a minha resposta. Pois não imagino, para um escritor, elogio maior que o de saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tamanha é privilégio de raros eleitos. De bom grado guardarei aqui como epígrafe aquela pergunta de uma criança — a cuja sede de saber não fui porventura capaz, de momento, de dar inteira satisfação. Alguns julgarão talvez a fórmula ingênua. Ela afigura-se-me, pelo contrário, perfeitamente pertinente (1). O problema que levanta, com a perturbante rectitude dessa idade implacável, é nada mais nada menos do que o da legitimidade da história.

Eis pois o historiador chamado a prestar suas contas. Não se aventurará a fazê-lo sem um pequeno estremecimento interior: qual o artifice, envelhecido no ofício, que nunca perguntou a si mesmo, com o coração apertado, se fez uso avisado de sua vida? Mas o debate ultrapassa largamente os pequenos escrúpulos de uma moral corporativa. Está nele interessada toda a nossa civilização ocidental.

Porque, no que difere de outros tipos de cultura, ela sempre contou muito com a sua memória. Tudo a inclinava a isso: a herança cristã, como a herança antiga. Os Gregos e os Latinos, nossos primeiros mestres, eram povos historiógrafos. O cristianismo é uma religião de historiadores. Outros sistemas religiosos puderam assentar suas crenças e seus ritos numa mitologia pouco mais ou menos

exterior ao tempo humano. Os cristãos tiveram por Livros Sagrados livros de história, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os fastos da Igreja e dos santos. O cristianismo é ainda histórico de uma outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre a Queda e o Juízo Final, o destino da humanidade simboliza, a seus olhos, uma longa aventura, de que cada destino, cada «peregrinação» individual, é, por sua vez, o reflexo; é na duração, portanto na história, que se desenrola o grande drama do Pecado e da Redenção, eixo central de toda meditação cristã. A nossa arte, os nossos monumentos literários, estão cheios dos ecos do passado; os nossos homens de acção têm a boca cheia das lições do passado, reais ou imaginárias. Talvez convenha assinalar, entre as psicologias de grupos, mais de um matiz. Cournot observou-o há muito; eternamente inclinados a reconstruir o mundo consoante as linhas da razão, os Franceses, na sua massa, vivem as suas lembranças colectivas muito menos intensamente que os Alemães, por exemplo (2). É também certo que as civilizações podem mudar. Não é inconcebível, em si, que a nossa não venha a afastar-se um dia da história. É prudente os historiadores reflectirem no caso. A história mal entendida pode, se não houver cautela, arrastar ao fim e ao cabo no seu descrédito a história mais bem compreendida. Mas se isso vier a suceder algum dia, será à custa de uma ruptura profunda com as nossas tradições intellectuais mais constantes.

De momento, encontramos-nos, a tal respeito, apenas no estádio do exame de consciência. Sempre que as nossas sociedades estritas, em perpétua crise de consciência, se põem a duvidar de si mesmas, verificamos que se perguntam sobre se fizeram bem em interrogar o seu passado ou se o interrogaram bem. Lê-se o que se escrevia antes da guerra, o que pode ainda escrever-se hoje: de entre as inquietações difusas do tempo presente, ouviremos, quase infallivelmente, essa inquietação misturar a sua voz às outras. Em pleno drama, foi-me dado captar o eco espon-

tâneo de tal inquietação. Era em Junho de 1940, no próprio dia, se bem me lembro, da entrada dos Alemães em Paris. No jardim normando em que o nosso Estado-Maior, privado de tropas, arrastava a sua ociosidade, nós remofamos as causas do desastre: «Será que a história nos enganou?», murmurou um de nós. Assim a angústia do homem feito se unia, com um acento mais amargo, à simples curiosidade do rapazinho. Cumpre responder a uma e a outra.

Mas convém entretanto saber o que quer dizer a palavra «servir». Antes, porém, de o fazermos, permita-se que diga ainda uma palavra de desculpa. As circunstâncias da minha vida presente, a impossibilidade em que me encontro de recorrer a qualquer grande biblioteca, a perda dos meus próprios livros, levam-me a confiar muito nas minhas notas e no meu saber adquirido. Na maior parte dos casos, estão-me interditas as leituras complementares e as verificações exigidas pelas próprias leis do officio cujas práticas me proponho descrever. Ser-me-á dado algum dia preencher tais lacunas? Receio que nunca inteiramente. A esse respeito só posso pedir indulgência — diria «confessar-me culpado», se não fosse chamar a mim, mais do que é legítimo, os erros do destino.

★

Mesmo que julgássemos a história incapaz de outros serviços, seria certamente possível alegar em seu favor que ela distrai. Ou, para ser mais exacto — pois cada um procura as distrações onde lhe apraz —, tal se afigura, incontestavelmente, a um grande número de homens. Pessoalmente, tão longe quanto a minha memória abarca, a história sempre me divertiu muito. Como sucede com todos os historiadores, creio eu. De outro modo, por que razões teriam escolhido tal officio? Aos olhos de quem não seja tolo chapado todas as ciências são interessantes. Mas cada sábio quase só encontra uma cuja prática o

divirta. Descubri-la, para se consagrar a ela, é o que se chama propriamente vocação.

Aliás, considerada em si mesma, essa inegável atracção da história já merece reflexão.

Primeiro como germe, depois como agulhão, o seu papel foi e continua a ser capital. Antes do desejo de conhecimento, o simples gosto; antes da obra de ciência plenamente consciente de seus fins, o instinto que a ela conduz: a evolução do nosso comportamento abunda em filiações desta sorte. Assim sucedeu com a física, cujos primeiros passos muito devem aos velhos «gabinetes de curiosidades». Observámos, análogamente, as pequenas alegrias do coleccionador de antiguidades figurarem no berço de mais de uma orientação de estudos que, pouco a pouco, se tornou coisa séria. Tal é o caso da génese da arqueologia e, mais perto de nós, do folclore. Os leitores de Alexandre Dumas não são talvez senão historiadores em potência, aos quais falta apenas terem sido educados a entregar-se a um prazer mais puro e, na minha opinião, mais agudo — o da cor verdadeira.

Que, por outro lado, aquela sedução se não extingue, longe disso, uma vez abordado o inquérito metódico, com suas indispensáveis austeridades; que, então, pelo contrário — todos os historiadores autênticos podem testemunhá-lo —, a sedução se torna ainda mais viva e plena; são coisas que, em certo sentido, valem para qualquer trabalho de espirito, seja ele qual for. A história, todavia, não é possível pô-lo em dúvida, tem prazeres estéticos que lhe são próprios, que não se assemelham aos de nenhuma outra disciplina. É que o espectáculo das actividades humanas, seu objecto particular, é, acima de qualquer outro, de natureza a seduzir a imaginação dos homens. Sobre tudo quando, graças ao distanciamento no tempo ou no espaço, o seu desenrolar se enfeita com as subtils seducções do que é estranho. O próprio Leibniz o confessou: quando passava das abstractas especulações da matemática ou da teodiceia à decifração dos velhos diplomas ou das velhas cró-

nicas da Alemanha imperial, experimentava, tal como nós, essa «volúpia de saber coisas singulares». Evitemos retirar à nossa ciência o seu quinhão de poesia. Evitemos sobretudo corar por isso, coisa que já surpreendi em alguns. Seria espantosa tolce julgar que, pelo facto de exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, a história fosse menos capaz de satisfazer também a nossa inteligência.

★

Se, não obstante, a história só pudesse justificar-se pela sua sedução, quase universalmente sentida; se apenas fosse, em suma, um aprazível passatempo, como o bridadege ou a pesca à linha, valeria ela o trabalho que nos dá escrevê-la? Para escrevê-la, entenda-se, honestamente, verdadeiramente, e indo, quando for possível, até aos mecanismos ocultos das coisas; por conseguinte, dificilmente. O jogo, escreveu André Gide, deixou hoje de nos ser permitido: mesmo os jogos da inteligência, acrescentou. Disse-o em 1938. Em 1942, ano em que escrevo eu, como essa afirmação se carrega ainda de um sentido mais pesado! É certo, num mundo que acaba de abordar a química do átomo e apenas começa a sondar o segredo dos espaços estelares, no nosso pobre mundo que, justamente orgulhoso da sua ciência, não consegue todavia criar-se um pouco de felicidade — é certo que as longas minúcias da erudição histórica, capacíssimas de devorar toda uma vida, mereceriam ser condenadas como um esbanjamento de forças absurdo a ponto de ser criminoso, se não terminassem por revestir de um pouco de verdade um dos nossos passatempos. Ou convirá desaconselhar a prática da história a todos os espíritos susceptíveis de melhor aplicação noutra coisa; ou é como conhecimento que a história terá de provar a sua boa consciência.

Mas aqui levanta-se uma nova questão: o que é que, em rigor, constitui a legitimidade de um esforço intelectual?

Ninguém, cuido eu, ousará dizer ainda hoje, com os positivistas de estrita observância, que o valor de uma pesquisa se mede, em tudo e por tudo, pela sua capacidade de servir a acção. A experiência não nos ensinou apenas que é impossível decidir antecipadamente se as especulações aparentemente mais desinteressadas não virão a revelar-se, um dia, extraordinariamente prestáveis à prática. Seria condenar a humanidade a uma estranha mutilação recusar-lhe o direito de procurar, fora de toda preocupação de bem-estar, o apaziguamento das suas fontes intelectuais. Tivesse a história de ser eternamente indiferente ao *Homo faber* ou *politicus* e já lhe bastaria, para sua defesa, ser reconhecida como necessária à plena realização do *Homo sapiens*. Entretanto, mesmo assim limitada, a questão não fica por isso logo resolvida.

Porque a natureza do nosso entendimento inclina-o muito menos a querer saber do que a querer compreender. Onde resulta que só são autênticas, em seu entender, aquelas ciências que logram estabelecer entre os fenómenos ligações explicativas. O resto não passa, de acodo com a expressão de Malebranche, de «polimatia». Ora a polimatia pode certamente passar por mania ou distracção; mas nem no tempo de Malebranche nem hoje poderia passar por uma das boas obras da inteligência. Mesmo independentemente de toda eventualidade de aplicação à conduta, a história não tem pois o direito de reivindicar o seu lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforço, a não ser na medida em que, em vez de uma simples enumeração, sem liames e quase sem limites, nos promete uma classificação racional e uma progressiva inteligibilidade.

Não pode todavia negar-se que uma ciência parece sempre ter algo de incompleto se não for capaz, mais cedo ou mais tarde, de nos ajudar a viver melhor. Como não há-de ser, em particular, muito forte tal sentimento em relação à história, se esta se afigura tanto mais claramente destinada a trabalhar para proveito do homem

quanto é certo ter o próprio homem e seus actos por matéria? De facto, uma velha propensão, a que há-de atribuir-se, pelo menos, um valor de instinto, leva-nos a pedir-lhe os meios de orientar a acção; inclina-nos, por conseguinte, à indignação contra ela, como o soldado vencido de quem falei atrás, se acaso a história parece revelar-se impotente para propiciar tais meios. O problema da utilidade da história, no sentido estreito, no sentido «pragmático» da palavra útil, não se confunde com o da sua legitimidade, propriamente intelectual. O da utilidade só pode, aliás, vir em segundo lugar: não é verdade que para agir avisadamente é necessário, primeiro, compreender? Mas, sob pena de só dar meia resposta às sugestões mais imperiosas de senso comum, tal problema não pode também iludir-se.

★

De entre os nossos conselheiros, ou que gostariam de o ser, alguns já responderam a essas questões. Maltratando as nossas esperanças. Disseram os mais indulgentes: a história não é nem proveitosa, nem consistente. Outros, cuja severidade não está com meias medidas, afirmaram: é perniciososa. «O produto mais perigoso que a química do cérebro já elaborou»: assim o disse um deles, e não dos menos célebres. Tais condenações têm um fascínio temível: justificam, antecipadamente, a ignorância. Não são talvez inapeláveis, para ventura da curiosidade de espírito que há ainda em nós.

Mas, se temos de voltar à discussão do problema, importa que o façamos sobre dados mais seguros.

Porque há uma precaução de que os detractores ordinários da história não parecem aperceber-se. Não lhes falta nem eloquência, nem espírito. Mas, na sua maioria, não se informaram com exactidão daquilo de que falam. A imagem que têm dos nossos estudos não foi colhida na oficina. Cheira mais a oratória de Academia do que a

gabinete de trabalho. É principalmente uma imagem caduca. De sorte que pode ser que tanta veia, ao fim de contas, apenas se tenha gasto a esconjurando um fantasma. O nosso esforço, aqui, há-de ser muito diverso. Os métodos de que procuraremos ponderar o grau de certeza serão aqueles de que usa, realmente, a investigação, até ao delicado e humilde pormenor das suas técnicas. Os nossos problemas serão os próprios problemas que se impõem quotidianamente ao historiador, a sua matéria. Numa palavra, desejariamos, antes de mais, dizer como e porquê um historiador exerce o seu ofício. Compete ao leitor decidir, depois, do merecimento de tal ofício.

Convirá, porém, atentar bem no caso. Mesmo assim entendida e limitada, a tarefa só aparentemente pode passar por simples. Sê-lo-ia, talvez, se nos encontrássemos perante uma dessas artes de aplicação que fica suficientemente descrita quando enumeramos, uns após outros, os jeitos e os gestos, longamente experimentados. Mas história não é relojoaria ou marcenaria. É um esforço para um melhor conhecer: por conseguinte, uma coisa em movimento. Limitarmo-nos a destrever uma ciência tal como ela se faz será sempre traí-la um pouco. É muito mais importante dizer como espera ela fazer-se progressivamente. Ora, tal empresa exige forçosamente, da parte do analista, uma grande dose de escolha pessoal. Toda ciência, na verdade, é, em cada uma das suas fases, constantemente atravessada por tendências divergentes, sobre as quais quase não é possível assumir posição sem uma espécie de antecipação sobre o futuro. Não contamos recuar aqui perante tal necessidade. O horror das responsabilidades, em matéria intelectual, como em outras, não é sentimento muito recomendável. Entretanto, impunha a honestidade esta advertência ao leitor.

Aliás, as dificuldades com que se defronta inevitavelmente todo estudo dos métodos variam muito consoante o ponto que cada disciplina momentaneamente atingiu na curva, sempre um pouco irregular, do seu desenvolvimento.

Há cinquenta anos, quando Newton era ainda rei e senhor, imagino que era singularmente mais fácil que hoje traçar, com um rigor de planta geométrica, um conspecto da mecânica. Mas a história está ainda numa fase muito mais favorável às certezas.

Porque a história não é apenas uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância: como todas as que têm por objecto o espírito humano, que chegou tarde ao campo do conhecimento racional. Ou, melhor dizendo, velha sob a forma embrionária da narrativa, durante muito tempo atravancada de ficções, durante mais tempo ainda vinculada aos eventos mais imediatamente perceptíveis, a história é, como empresa reflectida de análise, novíssima. Esforça-se, finalmente, por penetrar além dos factos de superfície; por rejeitar, após as seducções da lenda ou da retórica, os venenos, hoje mais perigosos, da rotina erudita e do empirismo disfarçado de senso comum. Não ultrapassou ainda, quanto a alguns dos problemas essenciais do seu método, os primeiros tentelos. E é por isso que Fustel de Coulanges e, já antes dele, Bayle tinham talvez razão quando a consideravam «a mais difícil de todas as ciências».

★

Será ilusão? Por incerto que continue a ser, em tantos pontos, o nosso itinerário, afigura-se-me que estamos presentemente mais bem colocados dos que os nossos predecessores imediatos para o ver melhor.

As gerações imediatamente anteriores às nossas, das últimas décadas do século XIX e dos primeiros anos deste, viveram como que alucinadas por uma imagem muito rígida, uma imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico. Alargando ao conjunto das aquisições do espírito esse esquema prestigioso, parecia-lhes não poder existir conhecimento autêntico que não conduzisse, mediante demonstrações logo irrefutáveis, a certezas for-

muladas na forma de leis imperiosamente universais. Era opinião quase unânime. Mas, aplicada aos estudos históricos, deu origem, consoante os temperamentos, a duas tendências opostas.

Uns acreditaram ser possível, na verdade, instituir uma ciência da evolução humana, que se conformasse a esse ideal de alguma maneira pancientífico, e fizeram quanto puderam por instaurá-la; podendo, aliás, tomar o partido de deixar finalmente fora do alcance desse conhecimento de muitas realidades humaníssimas, mas que lhes pareciam desesperadamente rebeldes a um saber racional. Esse resíduo era o que denominavam, desdenhosamente, o evento; era também uma boa parte da vida mais intimamente individual. Tal foi, em suma, a posição da escola sociológica fundada por Durkheim. Pelo menos, se não tivermos em consideração a flexibilidade que à primeira rigidez dos princípios lhe foi trazida por homens demasiado inteligentes para não serem sensíveis, ainda que contra vontade, à pressão das coisas. Os nossos estudos devem muito a esse grande esforço. Ensinou-nos a analisar mais perfuntoriamente, a cingir mais de perto os problemas, a pensar, digamos assim, menos ligeiramente. Só é possível falar dele aqui com respeito e reconhecimento infinitos. Se esse esforço parece hoje ultrapassado, tal facto é penhor da sua fecundidade, como sucede com todos os movimentos intelectuais.

Outros investigadores tomaram, entretanto, pela mesma altura, uma atitude muito diferente. Não conseguindo inserir a história nos quadros do legalismo físico, particularmente preocupados, ainda por cima, em virtude da sua educação de origem, com as dificuldades, as dúvidas, as revisões frequentes da crítica do documento, foram buscar a essas verificações, antes de mais, uma lição de humildade desiludida. A disciplina a que dedicavam os seus talentos não lhes pareceu, ao fim de contas, capaz nem, no presente, de conclusões seguras, nem, no futuro, de boas perspectivas de progresso. Propenderam a ver nela,

em vez de um conhecimento verdadeiramente científico, uma espécie de jogo estético ou, pelo menos, de exercício de higiene favorável à saúde do espírito. Chamaram-lhes, às vezes, «historiadores historizantes»: alcunha injuriosa para a nossa corporação, pois parece reduzir a essência da história à negação das suas possibilidades. Por mim, de bom grado lhes vejo, na época do pensamento francês a que pertencem, uma figura simbólica que mais expressivamente constitui o seu traço de união.

O amável e coleante Sylvestre Bonnard, se nos ativermos às datas que o livro assinala à sua actividade, é um anacronismo: tal como esses santos antigos que os escritores da Idade Média pintavam, ingenuamente, com as cores do seu próprio tempo. Sylvestre Bonnard (por pouco que queiramos supor, por um instante, nessa sombra inventada, uma existência segundo a carne), o «verdadeiro» Sylvestre Bonnard, nascido sob o Primeiro Império — seria contado como um dos seus pela geração dos grandes historiadores românticos: partilharia com eles os entusiasmos tocantes e fecundos, a fé um pouco cándida no futuro da «filosofia» da história. Ponhamos de lado a época à qual se pretende ele tenha pertencido e devolvamo-lo àquela que viu escrever a sua vida imaginária: ele merece figurar como o padroeiro, como o santo corporativo de todo um grupo de historiadores, que foram pouco mais ou menos os contemporâneos intelectuais do seu biógrafo: trabalhadores profundamente honestos, mas de fôlego um pouco curto e que dir-se-ia, às vezes, tal como as crianças cujos pais se divertiram muito, trazerem nos ossos a fadiga das grandes orgias históricas do romantismo; dispostos a fazerem-se pequeninos diante dos seus confrades de laboratório; mais desejosos, em suma, de nos aconselhar prudência que audácia. Será muita malícia ir buscar a sua divisa à afirmação espantosa que escapou um dia a esse homem, aliás de inteligência tão viva, que foi o meu querido mestre Charles Seignobos: «É muito útil formular perguntas, mas perigosíssimo responder a elas»? Não é,

evidentemente, um juízo de fanfarrão. Mas se os físicos não tivessem perfilhado a intrepidez, que seria da física?

Ora a nossa atmosfera mental já não é a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos *quanta*, alteraram profundamente a ideia que ainda ontem toda a gente formava da ciência. Não a apoucaram. Mas tornaram-na mais flexível. Substituíram, em muitos pontos, o certo pelo infinitamente provável; o rigorosamente mensurável pela noção da eterna relatividade da medida. A sua acção fez-se mesmo sentir sobre os inúmeros espíritos — tenho, ai de mim!, de me contar entre eles — aos quais as debilidades da inteligência ou da educação impediram acompanhar, a não ser de longe e de algum modo por reflexo, essa grande metamorfose. Estamos, portanto, doravante, muito mais preparados para admitir que um conhecimento merece o nome de científico ainda que não seja susceptível de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau. Não sentimos já a obrigação de procurar impor a todos os objectos do saber um modelo intelectual uniforme, haurido nas ciências da natureza física; pois que até nesse domínio tal modelo deixou de ser inteiramente aplicado. Ainda não sabemos bem o que virão um dia a ser as ciências do homem. Sabemos que para existirem — continuando, é claro, a obedecer às regras fundamentais da razão — não terão de renunciar à sua originalidade, nem envergonhar-se dela.

Muito estimaria que, de entre os historiadores da profissão, os novos, em particular, se habituassem a reflectir sobre estas hesitações, estes perpétuos «arrepentimentos» do nosso ofício. Será para eles a maneira mais segura de se prepararem, mediante uma escolha deliberada, para conduzirem racionalmente o seu esforço. Gostaria sobretudo de vê-los chegar, em número cada vez maior, até essa história simultaneamente alargada e aprofundada, de que nós somos já vários — menos raros, cada dia — a

conceber o propósito. Se o meu livro puder ajudá-los, terei o sentimento de que não foi absolutamente inútil. Há nele, confesso, qualquer coisa de um programa.

Mas eu não escrevo unicamente, nem mesmo principalmente, para uso interno da oficina. Pensei que também não devia esconder aos simples curiosos nenhuma das irresoluções da nossa ciência. Elas são a nossa desculpa. Mais ainda: dão frescura aos nossos estudos. Não temos apenas o direito de reclamar, a favor da história, a indulgência devida a tudo que começa. O que é inacabado, se tende constantemente a ultrapassar-se, tem, para todo espírito ardoroso, por pouco que o seja, uma sedução que vale bem o êxito mais perfeito. O bom lavrador — disse-o Péguy, por estas ou outras palavras — gosta tanto da lavoura e das sementeiras como das colheitas.

★

Convirá que estas poucas palavras de introdução terminem por uma confissão pessoal. Cada ciência, isoladamente considerada, é tão-só uma porção de movimento universal para o conhecer. Tive já ocasião de dar atrás exemplo disso: para entender e apreciar bem os seus processos de investigação, mesmo quando aparentemente se tratasse dos mais particulares, seria indispensável saber uni-los, por um traço seguríssimo, ao conjunto das tendências que se manifestam, na mesma altura, nas outras espécies de disciplinas. Ora, tal estudo de métodos por si mesmos constitui, à sua maneira, uma especialidade, cujos técnicos têm nome de filósofos. É título a que não posso pretender. Este ensaio há-de indubitavelmente ser muito afectado, na precisão da linguagem e na largueza de horizonte, por essa lacuna da minha formação basilar. Só posso apresentá-lo pelo que é: o memento de um artesão, que sempre gostou de meditar na sua faina quotidiana, o caderno de um oficial, que durante muito tempo maneja o nível e a toesa, sem por isso se julgar matemático.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA, OS HOMENS E O TEMPO

I. — A opção do historiador

A palavra «história» é uma palavra velhíssima, tão velha que houve quem se cansasse dela. É certo que foi raro chegar-se ao ponto de a querer riscar inteiramente do vocabulário. Os próprios sociólogos da escola de Durkheim lhe dão guarida. Mas relegam-na para um pobre cantinho das ciências do homem: espécie de refugio onde, reservando à sociologia tudo o que lhes parece susceptível de análise racional, precipitam os factos humanos considerados, simultaneamente, mais superficiais e mais fortuitos.

Nós lhe guardaremos aqui, pelo contrário, a sua mais larga significação. A palavra não profbe, de antemão, nenhuma direcção de pesquisa, quer deva orientar-se de preferência para o indivíduo ou para a sociedade, para a descrição das coisas momentâneas ou para a indagação dos elementos mais duradouros; ela não contém em si mesma nenhum credo; não obriga, consoante a sua etimologia primeira, a outra coisa além da «investigação». Decerto a palavra, desde que apareceu, há já mais de dois mil anos, na boca dos homens, mudou muito de conteúdo. Tal é a sorte, na linguagem, de todos os termos realmente vivos. Se as ciências, a cada uma das suas conquistas, tivessem de procurar um nome novo para si — quanto baptismo e quanto tempo perdido no reino das academias!

Mas o facto de permanecer tranquilamente fiel ao seu glorioso nome helénico não significa que a nossa história

seja igualzinha à que escrevia Hecateu de Mileto; tal como a física de Lorde Kelvin ou de Langevin não é a de Aristóteles. Que é ela então?

Não haveria interesse, logo no começo deste livro, centrado em torno dos problemas *reais* da pesquisa, em delinear uma hirta e longa definição. Qual o trabalhador sério que alguma vez se enleou em tais artigos de fé? A sua meticolosa precisão não deixa apenas escapar o que há de melhor em todo impulso intelectual; entenda-se: o que há de simples veleidades de impulso para um saber ainda mal determinado, de poder de extensão. O pior nisso é o de não se definir tão cuidadosamente senão para delimitar melhor. «Esse assunto», diz o Guardião dos Divinos Termos, «ou essa maneira de o tratar, é na verdade coisa sedutora. Mas toma cautela, ó efebo: não é História.» Somos nós pois juizes de antanho para regulamentar as obras consentidas às gentes do officio?, e, uma vez conclusa a relação delas, reservar por certo o seu exercício aos nossos mestres encartados (3)? Os físicos e os químicos são muito mais sensatos, pois nunca ninguém, que eu saiba, os viu discutindo acerca dos direitos respectivos da física, da química, da química física ou — supondo que o termo exista — da física química.

Não é menos verdade que, perante a imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a circunscrever nela o ponto particular de aplicação dos seus instrumentos; a fazer nela, por conseguinte, uma escolha que, de toda evidência, não será a mesma do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador. Trata-se de um autêntico problema de acção. Ele nos acompanhará ao longo de todo o nosso estudo.

II. — A história e os homens

Algumas vezes se disse: «A História é a ciência do passado.» É erro dizê-lo, em meu entender.

Primeiro que tudo, a própria ideia de que o passado, como tal, possa ser objecto de ciência é absurda. De fenómenos cuja única característica comum é não terem sido nossos contemporâneos, como faremos, sem decantação prévia, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, simetricamente, uma ciência total do universo no seu estado presente?

É certo que nos primórdios da historiografia os velhos avalistas se não embarçavam com escrúpulos desta ordem. Contavam, a trouxe-mouxe, acontecimentos cujo único vínculo era terem ocorrido pela mesma altura: eclipses, granizos, aparição de espantosos meteoros com as batalhas, mortes de heróis e de reis. Mas nesta primeira memória da humanidade, confusa como uma percepção de criancinha, um esforço firme de análise, realizou pouco a pouco a classificação necessária. É verdade que a linguagem, basilarmente tradicionalista, conserva naturalmente o nome de «história» para todo estudo de uma mudança na duração... O hábito não tem perigo, porque não ilude ninguém. Há, neste sentido, uma história do sistema solar, pois que os astros que o constituem não foram sempre como hoje os vemos. É do foro da astronomia. Há uma história das erupções vulcânicas que é, estou certo disso, do maior interesse para a física do globo. Não pertence à história dos historiadores.

Ou, pelo menos, não lhe pertence salvo na medida, talvez, em que sucedesse que as suas observações pudessem, de uma maneira ou outra, encontrar-se com as preocupações específicas da nossa própria história. Como se institui, na prática, a divisão das tarefas? Um exemplo vai permitir compreendê-lo melhor do que o muito discurrir.

★

No século x da nossa era, um golfo profundo, o Zwin, recortava a costa flamenga. Depois, assoreou-se. Em que secção do conhecimento havemos de situar o estudo deste

fenómeno? A primeira vista, toda a gente designará a geologia. Mecanismo de formação de aluviões, papel das correntes marítimas, modificações, talvez, no nível dos oceanos: não foi a geologia nada e criada para tratar de tudo isto? Decerto. Vistas, porém, mais de perto, as coisas não são assim tão simples.

Trata-se, primeiro, de esquadriñar as origens da transformação? Eis aí o nosso geólogo forçado a abordar assuntos que não são já da sua estrita jurisdição, visto que o entulhamento foi, sem dúvida alguma, favorecido, pelo menos, pela construção de diques, desvios de canais, drenagens: tudo actos humanos, nascidos de necessidades colectivas, e que só uma determinada estrutura social tornou possíveis.

No outro extremo da cadeia, novo problema: o das consequências. A pouca distância do fundo do golfo erguia-se uma cidade. Era Bruges. Comunicava com o golfo por um pequeno braço de mar. Pelas águas do Zwin recebia a maior parte das mercadorias que faziam dela, guardadas todas as proporções, uma Londres ou uma Nova Iorque daquele tempo. Tornaram-se cada dia mais sensíveis os progressos do assoreamento. A medida que recuava a superfície inundada, Bruges bem encaminhou progressivamente para a foz os seus anteportos; os seus canais, não obstante, foram a pouco e pouco adormecendo. É certo que não foi esta de maneira nenhuma a única causa do seu declínio. Pode o físico agir sobre o social sem que a sua acção seja preparada, ajudada ou permitida por outros factores que procedem já do homem? Mas, no curso das ondas causais, é indubitável que aquela causa foi uma das mais eficazes.

Ora, a obra de uma sociedade que remodela o solo em que vive conforme as suas necessidades é, toda a gente o sabe por instinto, um facto eminentemente «histórico». De igual modo, as vicissitudes de um poderoso centro comercial; por meio de um exemplo bem característico da topografia do saber, temos, por um lado, um

ponto de cruzamento, onde a aliança de duas disciplinas se revela indispensável a toda a tentativa de explicação; por outro lado, um ponto de passagem, onde, quando o fenómeno foi assinalado e só os seus efeitos, doravante, estão em causa, ele é de algum modo definitivamente cedido por uma disciplina a outra. Que aconteceu todas as vezes que houve que fazer-se imperioso apelo à intervenção da história? Surgiu o que era humano. Há muito, com efeito, que os nossos grandes precursores, um Michellet, um Fustel de Coulanges, nos tinham ensinado a reconhecer: o objecto da história é por natureza o homem (4). Melhor: os homens. Mais do que o singular, favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural, que é o modo gramatical da relatividade. Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais glaciais e das instituições aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exactamente os homens que a história pretende apreender (5). Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça.



Do carácter da história como conhecimento dos homens decorre a sua posição particular perante o problema da expressão. É a história «ciência» ou «arte»? Os nossos bisavós, por volta de 1800, gostavam de dissertar com gravidade a seu respeito. Mais tarde, cerca de 1890, respirando uma atmosfera de positivismo um tanto ou quanto rudimentar, houve especialistas do método que se indignavam com o facto de, nos trabalhos históricos, o público atribuir uma importância, em seu entender excessiva, aquilo a que eles chamavam «a forma». Arte contra ciên-

cia, forma contra fundo: quasiúnculas boas para lançar no alforje de pleitos da escolástica!

Não há menos beleza numa equação exacta que numa frase apropriada. Mas cada ciência tem a estética própria da sua linguagem. Os factos humanos são, por essência, fenómenos delicadíssimos, muitos dos quais escapam à medida matemática. Cumpre utilizar uma linguagem finíssima, uma cor adequada ao tom verbal, para traduzir bem os factos humanos, e portanto para os penetrar bem (pois é lá possível compreender perfeitamente aquilo que não formos capazes de dizer?). Onde é impossível o cálculo aritmético impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a expressão das realidades do espírito humano o contraste é, em suma, o mesmo que existe entre a tarefa do operário fresador e a do fabricante de instrumentos de corda: ambos trabalham com rigor milimétrico; mas o primeiro utiliza aparelhos mecânicos de precisão; o segundo guia-se, sobretudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria conveniente nem que o fresador se contentasse com o empirismo daquele fabricante, nem que este imitasse o fresador. Quem negará que não haja, como o tacto manual, um tacto das palavras?

III. — O tempo histórico

«Ciência dos homens», dissemos nós. E ainda muito vago. Temos de acrescentar: «dos homens no tempo». O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.

É certo ser difícil imaginar uma ciência, seja ela qual for, que possa abstrair do tempo. Contudo, para muitas delas que, por convenção, o fragmentam em partes artificialmente homogêneas, o tempo não é mais do que uma medida. Realidade concreta e viva volvida à irreversibili-

dade do seu impulso, o tempo da história é, pelo contrário, o próprio plasma em que banham os fenómenos, e como que o lugar da sua inteligibilidade. O número de segundos, de anos ou de séculos que um corpo radioactivo leva a transformar-se noutros corpos é, para a atomística, um dado fundamental. Mas que esta ou aquela metamorfose se tenha verificado há mil anos, ontem ou hoje, ou se verifique amanhã, é consideração que indiscutivelmente interessaria o geólogo, e porque a geologia é, a seu modo, uma disciplina histórica, deixa o físico perfeitamente indiferente. Em contrapartida, nenhum historiador se dará por satisfeito sabendo que César levou oito anos para conquistar a Gália; que foram precisos quinze a Lutero para que do ortodoxo novigo de Erfurt surgisse o reformador de Wittemberg. Importa-lhe muito mais determinar o lugar cronológico exacto da conquista da Gália no quadro das vicissitudes das sociedades europeias; e, sem negar de maneira nenhuma o que possa ter havido de eterno numa crise de alma como a do irmão Martinho, o historiador só julgará tê-la apreciado devidamente depois de lhe ter fixado com precisão o momento na curva dos destinos tanto do homem que foi o herói de tal crise de alma como da civilização que ela teve por clima.

Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, contínuo. É também perpétua mudança. Da antítese destes dois atributos procedem os grandes problemas da investigação histórica. Antes de qualquer outro, aquele que põe em causa a própria razão de ser do nosso trabalho. Suponhamos dois períodos sucessivos delimitados na corrente ininterrupta das idades. Em que medida — quer o nexo que o fluxo da duração estabelece entre eles prevaleça, ou não, sobre a dissemelhança nascida dessa mesma duração —, em que medida cumpre considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo à inteligência do mais recente?

IV. — O ídolo das origens

Nunca foi mau começar por um *mea culpa*. A explicação do mais próximo pelo mais remoto, sendo naturalmente prezada pelos homens que fazem do passado o seu principal tema de investigação, dominou por vezes os nossos estudos até à hipnose. Na sua forma mais característica, este ídolo da tribo dos historiadores tem por nome a obsessão das origens. No desenvolvimento do pensamento histórico teve também o seu momento de particular favor.

Creio ter sido Renan que escreveu um dia (cito de memória, por isso receio não ser absolutamente exacto): «Em todas as coisas humanas, são sobretudo dignas de estudo as origens.» E Sainte-Beuve antes dele: «Observo e fixo com curiosidade o que começa.» E bem do tempo deles a ideia. A palavra «origens» também. As *Origens do Cristianismo* corresponderam um pouco mais tarde as *Origens da França Contemporânea*. Sem contar os epígonos. Mas a palavra é inquietante, por equívoca.

Significa ela simplesmente «começos»? Quase que será clara. E, mesmo assim, sob a reserva de que para a maioria das realidades históricas a própria noção desse ponto inicial é singularmente fugidia. É, sem dúvida, uma questão de definição. De uma definição que, infelizmente, nos esquecemos frequentemente de propor.

Por origens entenderemos, pelo contrário, as causas? Não haverá então maiores dificuldades do que aquelas que constantemente (e mais ainda, é claro, nas ciências do homem) são, por natureza, inerentes às investigações causais. Mas entre os dois sentidos verifica-se, frequentemente, uma contaminação que é tanto mais temível quanto não é, em geral, claramente sentida. No vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Eis aí a ambiguidade, o perigo.

★

Seria interessantíssimo promover uma investigação acerca desta obsessão embriogénica tão arreigada em toda a preocupação de exegetas. «Não compreendo a sua emoção», confessava Barrès a um sacerdote que perdera a fé. «Que têm que ver com a minha sensibilidade as discussões de um punhado de sábios à volta de alguns nomes hebraicos? Basta a atmosfera das igrejas.» E Maurras dizia, por sua vez: «Que me importam os evangelhos de quatro judeus obscuros?» («obscuros» quer aqui dizer, penso eu, plebeus; porque a Mateus, Marcos, Lucas e João parece difícil não reconhecer, ao menos, uma certa notoriedade literária). Esses pantomineiros disseram coisas incríveis; nem Pascal nem Bossuet teriam falado assim, com certeza. Podemos conceber uma experiência religiosa que não deva nada à história. Ao deísta puro basta uma iluminação interior para crer em Deus. Não para crer no Deus dos cristãos. Porque o cristianismo, já o disse, é por essência uma religião histórica: quero dizer, uma religião cujos dogmas primordiais assentam em acontecimentos. Tornem a ler o *Credo*: «Creio em Jesus Cristo... que foi crucificado sob o poder de Pôncio Pilatos... e ressuscitou dos mortos ao terceiro dia.» Aqui, os princípios da fé são também os seus alicerces.

Ora, por um contágio sem dúvida inevitável, estas preocupações, que, em certa forma de análise religiosa, teriam a sua razão de ser, alargaram-se a outros domínios de investigação, onde a sua legitimidade era muito mais contestável. Domínios em que uma história tendo por centro os princípios das coisas foi posta ao serviço da apreciação dos valores. Perscrutando as «origens» da França do seu tempo, que se propunha Taine senão denunciar o erro de uma política procedente, em sua opinião, de uma falsa filosofia do homem? Quer se tratasse de invasões germânicas ou da conquista normanda da In-

glaterra, o passado apenas foi tão activamente empregado para explicar o presente no propósito de o justificar ou de o condenar. De modo que, em muitos casos, o demónio das origens talvez fosse apenas um avatar daquele outro satânico inimigo da verdadeira história: a mania de julgar.

★

Voltemos, entretanto, aos estudos cristãos. Para a inquieta consciência que se busca, uma regra de fixar a sua atitude perante a religião católica, tal como ela se define quotidianamente nas nossas igrejas, é uma coisa; mas já é outra, para o historiador, explicar como um facto de observação o catolicismo do presente. O conhecimento dos primórdios dos fenómenos religiosos actuais é indispensável, escusado é dizê-lo, à sua justa compreensão, mas não basta para os explicar. Para simplificação do problema, renunciemos mesmo à questão de saber até que ponto, sob um mesmo nome, a fé, na sua substância, permaneceu de facto absolutamente imutável. Por muito intacta que se suponha uma tradição, há sempre que encontrar as razões por que se manteve. Razões humanas, entenda-se; a hipótese de uma acção providencial escaparia à ciência. A questão, numa palavra, já não é a de saber se Jesus foi crucificado e depois ressuscitou. O que se pretende compreender, daqui em diante, é como há tantos homens que crêem na Crucificação e na Ressurreição. Ora, a fidelidade a uma crença é, sem sombra de dúvida, um dos aspectos da vida geral em que este carácter se manifesta. É como que um nó em que se mistura uma quantidade de traços convergentes, quer de estrutura social, quer de mentalidade. Em suma, levanta um problema de clima humano. O carvalho nasce da bolota. Mas em carvalho se torna e em carvalho permanece apenas se encontra condições de meio favoráveis, que não são já do foro da embriologia.

★

A história religiosa foi aqui citada apenas como exemplo. Em todas as modalidades de estudo da actividade humana, o mesmo risco espreita os indagadores de origens: confundir uma filiação com uma explicação.

Era já, afinal, a Musão dos velhos etimologistas, que pensavam ter dito tudo quando confrontavam a significação actual de uma palavra com a significação mais antiga que se conhecia; quando tinham demonstrado, suponhamos, que *bureau* designou, primitivamente, um tecido, ou *timbre* um tambor. Como se o problema importante não fosse o de saber como e porquê de uma significação se deslizou para outra. Como se, principalmente, tanto quanto o seu próprio passado, uma palavra não tivesse o seu papel, em uma língua, determinado pelo estado contemporâneo do vocabulário, vocabulário que, por sua vez, está dependente das condições sociais do momento. *Bureaux*, no caso das repartições de ministério, significa uma burocracia. Quando peço *timbres* (selos) nos correios, o uso que faço do termo pressupõe, além da organização lentamente elaborada de um serviço postal, a transformação técnica decisiva para o futuro das permutas entre pensamentos humanos, que substituiu recentemente a impressão de um carimbo pela aposição de uma vinheta gomada. Isto foi possível somente porque, especializadas por misteres, as diferentes acepções da velha palavra a tal ponto se afastaram uma da outra que não há confusão possível entre o selo que colo no meu sobrescrito e o timbre de um instrumento musical.

«Origens do regime feudal», é costume dizer. Aonde ir buscá-las? Responderam uns: «a Roma». Outros: «a Germânia». As razões de tais miragens são claríssimas. Num lugar como noutro existiam, com efeito, certos costumes — relações de clientela, companheirismo guerreiro, função da tenência como salário dos serviços — que as

gerações posteriores, contemporâneas, na Europa, das épocas ditas feudais, haviam de continuar. Modificando-as muito, aliás. De ambos os lados, sobretudo, eram empregadas palavras — «benefício» (*beneficium*) entre os Latinos, «feudo» entre os Germanos — de que essas gerações continuaram a servir-se, conferindo-lhes, a pouco e pouco, e sem se aperceberem bem disso, um conteúdo inteiramente novo. Porque, para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário de cada vez que mudam os costumes. Não ná dúvida de que são verificações interessantíssimas. Poderá julgar-se que esgotam o problema das causas. O feudalismo europeu, nas suas instituições características, não se fez por uma arcaica textura de sobrevivências. Durante uma certa fase do nosso passado, nasceu de toda uma ambiência social.

Seignobos disse algures: «Creio que as ideais revolucionárias do século XVIII... provêm das ideias inglesas do século XVII.» Queria ele dizer com isto que, tendo os publicistas franceses da época das luzes lido determinados escritos ingleses do século precedente ou sofrido indirectamente a sua influência, lhes adoptaram os princípios políticos? Podemos dar-lhe razão. Pelos menos se supusermos que os nossos filósofos não tenham lançado, por sua vez, nas fórmulas estrangeiras, nada de verdadeiramente original, como substância intelectual ou como tonalidade de sentimento. Mas, mesmo assim reduzida, com muita arbitrariedade, a influências estranhas, a história deste movimento de pensamento está longe de ficar completamente esclarecida. Porque subsiste sempre o problema de saber por que razão a transmissão se operou na data indicada: nem mais cedo, nem mais tarde. Um contágio supõe duas coisas: gerações de micróbios e, no instante em que se declara o mal, um «terreno» propício.

Em suma: nunca um fenómeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento. E isto é válido para todas as etapas da evolução. Para aquela em

que vivemos, como para outras. Já um provérbio árabe o dissera: «Os homens parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais.» Foi por se ter olvidado esta sabedoria oriental que se desacreditou às vezes o estudo do passado.

V. — Dos limites do actual e do inactual

Entretanto, pelo facto de o passado não explicar todo o presente, será caso de julgar que o passado é inútil para a sua explicação? O que é estranho é que a questão, hoje, se possa pôr.

Na realidade, até uma época muito próxima de nós, tal questão afigurou-se quase por unanimidade antecipadamente resolvida. «Todo aquele que se ativer ao presente, ao actual, não compreenderá o actual», escrevia, no século passado, Michelet, no início daquele belo livro do *Povo*, cheio, no entanto, dos entusiasmos do momento. E já Leibniz punha entre os benefícios que esperava da história «as origens das coisas presentes encontradas nas coisas passadas; porque», acrescenta ele, «a melhor maneira de compreender uma realidade é conhecer-lhe as suas causas» (6).

Mas, após Leibniz, após Michelet, deu-se um grande acontecimento: as sucessivas revoluções das técnicas alargaram desmesuradamente o intervalo psicológico entre as gerações. Não é sem alguma razão, talvez, que o homem da idade da electricidade ou do avião se sente muito longe dos seus antepassados. Onde logo conclui, mais imprudentemente ainda, que deixou de ser determinado por eles. Acrescentemos o jeito modernista próprio da mentalidade do engenheiro. Será necessário ter compreendido as ideias do velho Volta sobre o galvanismo para pôr em movimento e consertar um dínamo? Por analogia, decerto defeituosa, mas que espontaneamente se impõe a mais de uma inteligência submetida à máquina, poderá também pensar-se que, do mesmo modo, de nada serve para compreender os grandes problemas humanos da actuali-

dade e para tentar resolvê-los, analisar-lhes os antecedentes. Como hão-de os próprios historiadores, influenciados também, embora sem se aperceberem claramente disso, por esta atmosfera modernista, não ter o sentimento de que, igualmente no seu domínio, a fronteira que separa o recente do antigo se não desloque com um movimento menos constante? O regime da moeda estável e do padrão-ouro, que ainda ontem figurava, em todos os manuais de economia política, como a própria norma da actualidade, pertence ainda, para o economista de hoje, ao presente ou à história que já cheira bastante a bafio? Por detrás destes paralogismos, todavia, é fácil descobrir um feixe de ideias menos inconsistentes e cuja simplicidade, pelo menos aparente, seduziu determinados espíritos.

★

No vasto fluir dos tempos, julgamos poder pôr à parte uma fase pouco extensa. Relativamente pouco distante de nós no seu ponto de partida, ela abarca no seu termo os próprios dias que vivemos. Nesta fase, nem os caracteres salientes do estado social ou político, nem a ferra-menta material, nem a tonalidade geral da civilização, nada, apresentam — parece — diferenças profundas com o mundo em que temos os nossos hábitos. Parece, digamos, afectada, em relação a nós, por um fortíssimo coeficiente de «contemporaneidade». E daí a honra, ou a tara, de não ser confundida com o resto do passado. «De 1830 para cá já não é história», dizia um dos nossos professores do liceu, muito velho já, quando eu era ainda muito novo, «é política.» Hoje já se não diria: «de 1830 para cá» — as Três Gloriosas, por sua vez, envelhecera —, nem «é política». Mas, antes, num tom respeitoso: «sociologia»; ou, com menos consideração: «jornalismo». Muitos, contudo, repetiriam de bom grado: desde 1914 ou 1940, já não é história. Sem se entenderem bem, aliás, acerca dos motivos deste ostracismo.

Alguns, julgando que os factos que estão mais perto de nós são por isso menos refractários a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejam somente evitar à casta Clio inflamados contactos. Assim pensava, creio eu, o meu velho professor. O que é minimizar o domínio que temos dos nossos nervos. É esquecer também que, quando as ressonâncias sentimentais entram em jogo, o limite entre o actual e o inactual não se regula necessariamente pela medida matemática de um intervalo de tempo. Tinha tão pouca razão o meu bom reitor que, no liceu do Linguadoque onde assentei praça como professor, me advertia com a voz grossa de capitão de ensino: «Aqui, o século XIX não é muito perigoso. Mas, quando chegar às guerras da religião, tenha cuidado.» Em boa verdade, aquele que, à sua mesa de trabalho, não tenha força suficiente para subtrair o cérebro aos vírus do momento, será capacíssimo de deixar inquinhar de toxinas um comentário da *Iliada* ou do *Ramayana*.

Outros sábios, pelo contrário, julgam com razão que o presente humano é perfeitamente susceptível de conhecimento científico. Mas pensam-no, reservando o seu estudo a disciplinas muito diferentes da que tem por objecto o passado. Por exemplo, analisam e pretendem compreender a economia contemporânea à custa de observações limitadas, no tempo, a algumas décadas. Em suma, consideram a época em que vivem separada das antecedentes por contrastes grandes de mais para não ter em si mesma a sua própria explicação. Tal é também a atitude instintiva de muitos que são simples curiosos. A história dos períodos um pouco longínquos sedu-los apenas como um inofensivo luxo do espírito. De uma banda, um punhado de antiquários ocupados, por deleite macabro, em desenfaixar os deuses mortos; de outra, sociólogos, economistas, publicistas: os únicos exploradores das coisas vivas...

VI. — Compreender o presente pelo passado

Visto de perto, o privilégio de auto-inteligibilidade assim atribuído ao presente assenta numa sucessão de estranhos postulados.

Supõe, antes do mais, que as condições humanas sofreram, no intervalo de uma ou duas gerações, uma mudança não só muito rápida, como também total: de sorte que nenhuma instituição um pouco antiga, nenhuma conduta tradicional, teriam escapado às revoluções do laboratório ou da fábrica. É esquecermo-nos da força da inércia própria de tantas criações sociais.

★

O homem passa o tempo a montar mecanismos de que se torna depois prisioneiro mais ou menos voluntário. Que observador, percorrendo as nossas províncias do Norte, se não impressionou com o estranho desenho dos seus campos? A despeito das atenuações que as vicissitudes da propriedade trouxeram, no decurso das idades, ao esquema primitivo, o espectáculo dessas fitas, desmesuradamente estreitas e alongadas, que dividem o solo arável num número prodigioso de parcelas, ainda hoje é de molde a confundir o agrónomo. Não pode contestar-se a dissipação de esforços causada por tal disposição das terras, nem os incómodos que impõe aos cultivadores. Como explicá-lo? Pelo Código Civil e seus inevitáveis efeitos responderam publicistas apressados em demasia. Modificai, portanto, as leis sobre herança, acrescentavam eles, e suprimireis assim todo o mal. Se soubessem mais história, se tivessem também interrogado melhor uma mentalidade camponesa formada por séculos de empirismo, haveriam de julgar o remédio menos fácil. Com efeito, essa estrutura remonta a origens tão recuadas que nenhum sábio, até agora, a explicou de modo satisfatório; prová-

velmente, é maior a responsabilidade dos arroteadores da época dos dólmenes do que a dos legistas do Primeiro Império. Como o erro sobre a causa se continua, como acontece quase necessariamente, em erro de terapêutica, a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente; compromete, no presente, a própria acção.

Mas há mais. Para que uma sociedade, seja qual for, pudesse ser determinada por inteiro pelo momento imediatamente anterior àquele que vive, não bastaria ter uma estrutura tão perfeitamente adaptada à mudança que seria verdadeiramente invertebrada; seria ainda necessário que as permutas entre as gerações se operassem somente, se assim posso dizê-lo, em fila indiana — não tendo as crianças outro contacto com os seus antepassados a não ser por mediação de seus pais.

Sabemos que isto se não passa assim, mesmo no caso das comunicações puramente orais. Vejamos, por exemplo, as nossas aldeias. Dadas as condições de trabalho que obrigam o pai e a mãe a estarem afastados dos filhos quase o dia inteiro, são eles criados sobretudo pelos avós. Por cada nova formação de espírito recua-se, portanto, um passo, que, por cima da geração eminentemente portadora de mudanças, vincula os cérebros mais maleáveis aos mais cristalizados. E daí procede, antes de mais nada — não tenhamos dúvidas —, o tradicionalismo inerente a tantas sociedades camponesas. O caso é particularmente evidente. Mas não é único. Como o antagonismo natural aos grupos de idade se verifica principalmente entre grupos limítrofes, acontece que mais do que uma juventude ficou a dever às lições dos velhos pelo menos tanto quanto às dos homens feitos.

★

Com muita maior razão, o processo escrito facilita bastante, entre gerações por vezes deveras afastadas,

aquelas transferências de pensamento que constituem, no sentido próprio, a continuidade de uma civilização. Lutero, Calvino, Lóiola: homens de outros tempos, é verdade, homens do século XVI, que o historiador, ocupado em compreendê-los e em fazer compreendê-los, terá como primeiro dever restituir ao meio respectivo, banhados pela atmosfera mental do seu tempo, a contas com problemas da consciência que já não são exactamente os nossos. No entanto, será lícito afirmar que, para a justa compreensão do mundo actual, a intelligência da Reforma protestante ou da Reforma católica, afastadas de nós por centenas de anos, não interessa mais que a de muitos outros movimentos de ideias ou de sensibilidade indubitavelmente mais próximos no tempo mas mais efêmeros?

O erro, em suma, é evidente, e, para o liquidar, basta formulá-lo. É costume imaginar-se o decorrer da evolução humana como constituído por uma sequência de breves e profundos sacões, durando cada um deles apenas o espaço de algumas vidas. Prova a observação, pelo contrário, que nessa imensa continuidade as grandes perturbações são perfeitamente capazes de se propagar desde as mais longínquas moléculas até às mais próximas. Que se havia de dizer de um geofísico que, contentando-se com o apuramento dos miriâmetros, considerasse a acção da Lua sobre o nosso globo muito mais importante que a acção do Sol? Tanto no que respeita à duração como ao céu, a eficiência de uma força não se mede exclusivamente pela distância.

De entre as coisas passadas, mesmo aquelas — crenças desaparecidas sem deixar o menor rasto, formas sociais malogradas, técnicas mortas — que, como parece, deixaram de dirigir o presente, iremos considerá-las inúteis para a sua compreensão? Seria esquecer que não há verdadeiro conhecimento sem um certo teclado de comparação. Contanto, está claro, que o confronto incida sobre realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas. Ninguém poderá dizer que não seja assim.

Já não pensamos hoje, realmente, como o escrevia Maquiavel, como o pensavam Hume ou Bonald, que há ao tempo «uma coisa, pelo menos, que é imutável: o homem». Aprendemos que também o homem mudou muito: no seu espírito e, provavelmente, até nos mais delicados mecanismos do corpo. Como poderia ser de outro modo? Transformou-se profundamente a sua atmosfera mental; e também a sua higiene, a sua alimentação. Convimos, todavia, em que existe na natureza humana e nas sociedades humanas um fundo permanente. Se assim não fosse, os próprios vocábulos de «homem» e de «sociedade» não significariam coisa nenhuma. Teremos nós a veleidade de compreender esses homens se os estudarmos apenas nas suas reacções perante as circunstâncias peculiares a um momento? Mesmo a respeito daquilo que nesse momento eles são, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, se podem revelar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou colectivas, ficarão na sombra. Uma experiência única é sempre impotente para discriminar os seus próprios factores; impotente, por conseguinte, para propiciar a sua própria interpretação.

VII. — Compreender o passado pelo presente

É tal a força da solidariedade das épocas que os laços de inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil esforçarmo-nos por compreender o passado, se nada sabemos do presente. Já contei algures esta anedota: acompanhava eu Henri Pirenne a Estocolmo; mal chegámos, diz-me ele: «Que vamos nós ver primeiro? Parece que há uma Câmara nova. Começemos por lá.» Depois, como se me quisesse evitar um movimento de

surpresa, acrescentou: «Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. E por isso que amo a vida.» Nesta faculdade de apreensão do que é vivo é que reside, efectivamente, a qualidade fundamental do historiador. Não nos deixemos seduzir por determinadas friezas do estilo. Tiveram-na os maiores entre nós: Fustel ou Maitland à sua maneira, que era mais austera, e não menos que Michelet. E até talvez seja na sua origem um dom das fadas, que ninguém poderá ter a pretensão de possuir se a não tiver trazido do berço. Mas nem por isso tem menos necessidade de ser constantemente exercitada e desenvolvida. De que maneira? Apenas, como o exemplo dado pelo próprio Pirenne, por um contacto perpétuo com o presente.

Porque o frêmito de vida humana, necessitando de um esforço penoso de imaginação que a restitua aos velhos textos, é daquela maneira directamente perceptível pelos nossos sentidos. Já tenho lido muitas vezes, já muitas vezes tenho contado, descrições de guerra e de batalhas. Mas conhecia eu verdadeiramente, no pleno sentido do verbo *conhecer*, conhecia eu por dentro, antes de por mim mesmo ter experimentado o gosto da sua náusea atroz, o que representam para um exército o cerco, para um povo a derrota? Antes de eu próprio ter respirado a alegria da vitória naquela Verão e naquele Outono de 1918 — esperando, e bem o desejo, tornar a encher com ela os meus pulmões uma segunda vez: mas o perfume, aí de nós!, não será já precisamente o mesmo — sabia eu verdadeiramente o encanto que aquela palavra encerra? Em boa verdade, conscientemente ou não, é sempre às nossas experiências quotidianas que, em última análise, vamos buscar, dando-lhes, onde for necessário, os matizes de novas tintas, os elementos que nos servem para a reconstituição do passado: as próprias palavras de que nos servimos para caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais estioladas, que sentido teriam para nós se não tivéssemos visto primeiro viver os ho-

mens? Vale mil vezes mais esta inpregnação instintiva que uma observação voluntária e controlada. Um grande matemático não o é menos, creio eu, se passar de olhos fechados pelo mundo em que vive. Mas o erudito que não tenha o gosto de olhar à volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, merece talvez, como dizia Pirenne, que lhe chamem um prestimoso antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador.

★

Além do mais, não é apenas a educação da sensibilidade histórica que está em causa. Acontece que, numa determinada linha, o conhecimento do presente interessa mais directamente ainda à inteligência do passado.

Seria, com efeito, erro grave julgar que a ordem adoptada pelos historiadores nas suas investigações tenha necessariamente de modelar-se pela dos acontecimentos. Tiraram frequentemente proveito, sob a condição de restituírem depois à história o seu movimento verdadeiro, de começarem a lê-la, como dizia Maitland, «às avessas». Porque o caminho natural de qualquer investigação se faz do mais bem ou do menos mal conhecido para o mais obscuro. Não é certo que a luz dos documentos se torne regularmente mais viva à medida que se desce ao longo do tempo. Estamos incomparavelmente menos bem informados acerca do século X da nossa era, por exemplo, que a respeito da época de César ou de Augusto. Na maioria dos casos, no entanto, os períodos mais próximos coincidem com zonas de relativa claridade. Devemos acrescentar que procedendo mecanicamente de trás para a frente corremos sempre o risco de perder o tempo à caça dos primórdios ou das causas dos fenómenos que depois, à luz da experiência, se revelarão talvez imaginários. Por não terem praticado, quando e onde se impunha, um método prudentemente regressivo é que alguns dos mais

ilustres historiadores cometeram, por vezes, erros estranhos. Fustel de Coulanges debruçou-se sobre as «origens» das instituições feudais, de que tinha uma imagem, desconfio eu, bastante confusa, e sobre as primícias de uma servidão a que ele emprestava, mal instruído por descrições de segunda mão, cores completamente falsas.

Acontece, e com mais frequência do que se pensa, que se tenha exactamente de vir até ao presente para que a luz se faça. Por alguns dos seus caracteres fundamentais, a nossa paisagem rural — sabemos-lo já — data de épocas extremamente remotas. Mas houve uma condição primordial a respeitar, a fim de interpretarmos os raros documentos que permitem penetrar nessa génese brumosa, de pormos os problemas correctamente, de formarmos sequer uma ideia deles: tal condição foi observar, analisar a paisagem de hoje. É isto porque só ela podia propiciar as perspectivas de conjunto de que era necessário partir. Não, por certo, que devêssemos, fixada uma vez por todas essa imagem de conjunto, impô-la tal qual a cada etapa do passado, sucessivamente reencontrada de jusante a montante. Neste caso, como noutros, o que o historiador deseja captar é exactamente uma mudança. Mas, no filme que observa, só está intacta a última película. Para reconstituir os vestígios apagados das restantes é forçoso, primeiro, desbobinar a película no sentido inverso das filmagens.

★

Só há, pois, uma ciência dos homens no tempo e que tem de vincular incessantemente o estudo dos mortos ao dos vivos. Como dominá-la? Já disse por que razão o nome antigo de «história» me parece o mais compreensivo, o menos exclusivo; o mais carregado também das emocionantes recordações de um esforço muito mais que secular; por conseguinte, o melhor. Ao propormos alargar o nome, contrariamente a certos preconceitos, de resto

muito mais novos do que ele, até ao conhecimento do presente, não se pretende formular — valerá a pena dizê-lo? — nenhuma reivindicação corporativa. A vida é demasiado breve, excessivamente demorada a aquisição dos conhecimentos, para ser possível, mesmo ao maior génio, uma experiência total da humanidade. O mundo actual terá sempre os seus especialistas, como a idade da pedra ou a egiptologia. A uns e a outros se pede simplesmente que se lembrem de que as investigações históricas não suportam nenhuma autarcia. Isolado, ninguém compreende as coisas senão por metade, mesmo no seu próprio âmbito de estudos; e a única história verdadeira, que só pode ser feita mediante colaboração recíproca, é a história universal.

Contudo, uma ciência não se define apenas pelo seu objecto. Os seus limites podem igualmente ser fixados pela própria natureza dos seus métodos. Importa pois perguntar se, consoante nos afastemos ou nos aproximemos do presente, as próprias técnicas de investigação não deverão ser tidas por radicalmente diferentes. E pôr o problema da observação histórica.

CAPÍTULO II

A OBSERVAÇÃO HISTÓRICA

I. — Caracteres gerais da observação histórica

Para começar, vamos deliberadamente focar o estudo do passado.

Os caracteres mais aparentes da informação histórica, entendida no sentido restrito e usual do termo, foram descritos muitíssimas vezes. Dizem-nos que o historiador não pode, em absoluto, e por definição, observar os factos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés. Nenhum especialista das guerras napoleónicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das épocas que nos precederam, só poderemos falar, portanto, a partir de testemunhas. Estamos, em relação a elas, na mesma situação do juiz de instrução que procura reconstituir um crime a que não assistiu; na do físico que, retido em casa pela gripe, fosse conhecendo os resultados das suas experiências pelos relatórios do servente de laboratório. Em suma, por contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria forçosamente «indirecto». Ninguém pode negar que haja alguma verdade nestas observações. Têm, no entanto, de ser sensivelmente temperadas.

★

Suponhamos um cabo de guerra que acaba de alcançar uma vitória. E que começa logo a escrever o relato por

seu próprio punho. Foi ele que concebeu o plano da batalha. Que a dirigiu. Dada a limitada extensão do terreno (visto que, decididos a pôr todos os trunfos do nosso lado, imaginamos um recontro de antanho confinado num espaço estreito), pôde abarcar quase toda a peleja com os seus olhos. Mas não tenhamos dúvidas: em mais de um episódio essencial, terá forçosamente de recorrer a relatórios dos seus oficiais. No que, aliás, se limitará, agora como narrador, a fazer o que fez, algumas horas antes, durante a acção. Para ordenar, de instante a instante, os movimentos das suas tropas conforme as vicissitudes do combate, quais as informações que melhor o teriam servido: as imagens mais ou menos confusamente descortinadas pelo binóculo, cu as notícias que estafetas ou ajudantes de campo lhe traziam a galope? Raramente um condutor de homens se contenta com ser testemunha de si mesmo. Entretanto, mesmo em hipótese tão favorável, que fica dessa famosa observação directa, pretendo privi-légio do estudo do presente?

Em boa verdade, é quase sempre um logro: basta, pelo menos, que o horizonte do observador se alargue um pouco. Toda a narrativa de coisas vistas assenta, numa boa metade, em coisas vistas por outrem. Como economista, estudo o movimento das transacções durante o mês corrente, durante esta semana; faço-o com a ajuda de estatísticas que não elaborei pessoalmente. Explorador do momento mais actual, ponho-me a sondar a opinião pública sobre os grandes problemas da actualidade; formulo perguntas; anoto, cotejo e apuro as respostas. Que me propiciam elas senão, mais ou menos grosseiramente expressa, a imagem que os meus interlocutores têm do que eles próprios julgam pensar ou a imagem que desejam dar-me dos seus pensamentos? Eles são os pacientes da minha experiência. Mas, enquanto um fisiologista, ao dissecar uma cobaia, vê com os seus próprios olhos a lesão ou a anomalia que buscava, eu só conheço o estado de alma dos meus «homens da rua» através do quadro

que eles próprios aceitam dar-me. Porque, no tecido imenso de eventos, de gestos e de palavras de que se compõe o destino de um grupo humano, o indivíduo sômente se apercebe de um cantinho estreitamente limitado pelos seus sentidos e pela sua faculdade de atenção; porque, além disso, não tem nunca senão a consciência imediata dos seus próprios actos mentais: todo o conhecimento da humanidade, seja qual for, no tempo, o seu ponto de aplicação, extrairá sempre dos testemunhos de outrem uma grande parte da sua substância. A posição do investigador do presente não é lá muito melhor que a do historiador do passado.

★

Mas há mais. Será certo ser sempre a tal ponto «indirecta» a observação do passado, mesmo de um passado muito remoto?

É fácil de ver por que razões a impressão deste afastamento entre o objecto do conhecimento e o investigador se impôs tão fortemente a tantos teóricos da história. Pensavam eles, sobretudo, numa história de eventos, mesmo de episódios: quero dizer que, com razão ou sem ela (ainda não é altura de o ver), ligam extrema importância à relação exacta dos actos, intenções ou atitudes de algumas personagens, agrupadas numa cena de duração relativamente curta em que convergem, como na tragédia clássica, todas as forças críticas do momento: jornada revolucionária, combate, entrevista diplomática. Conta-se que, em 2 de Setembro de 1792, a cabeça da princesa de Lamballe passeara na ponta de uma lança sob as janelas da família real. Foi verdade? Não foi? Pierre Caron, que escreveu sobre os Massacres um livro de uma admirável probidade, não se atreve a concluir. Se lhe tivesse sido dado contemplar com os seus próprios olhos, de uma das torres do Templo, o cortejo medonho,

que mantivesse — como é de crer — em tais circunstâncias, o sangue-frio do sábio, e, além disto, tivesse tido o cuidado de registar logo as suas observações, por desconfiar, e com razão, da sua memória. Em tais casos, não haja dúvida, o historiador sente-se, em comparação com a boa testemunha de um facto presente, numa situação um pouco humilhante. Está como na retaguarda de uma coluna, ao longo da qual as ordens se vão transmitindo, desde a frente, de fila em fila. Não pode dizer-se que seja bom lugar para ficar devidamente inteirado. Vi eu, recentemente, durante uma rendição nocturna, correr ao longo da fila o brado seguinte: «Atenção! Buracos de granada à esquerda.» O último homem ouviu-o já desta forma: «Voltar à esquerda», deu um passo nesta direcção e caiu desamparado.

Mas há outras possibilidades. Nas paredes de certas cidadelas sírias, construídas alguns milhares de anos antes de Jesus Cristo, os arqueólogos contemporâneos encontraram metidos nas paredes vasos de barro com esquetes de crianças. Como não podia razoavelmente supor-se que as ossadas estivessem ali por acaso, é evidente que estamos perante vestígios de sacrifícios humanos, consumados no próprio momento da construção e com ela relacionados. Para nos pronunciarmos sobre as crenças que estes ritos exprimem, é forçoso recorrer, evidentemente, aos testemunhos do tempo, se os houver, ou procedermos por analogia, com base em outros testemunhos. Como havemos nós de conhecer a não ser pelos dizeres de outros uma fé que não sentimos? Sucede o mesmo — não é de mais repeti-lo — com todos os fenómenos de consciência, quando nos são estranhos. Quanto ao próprio facto do sacrifício, a nossa posição é muito diferente. É certo que o não discernimos, bem vistas as coisas, de maneira absolutamente imediata; o mesmo sucede com o geólogo relativamente ao amonita de que descobre o fóssil; e com o físico no que respeita ao movimento molecular cujos efeitos detecta no movimento browniano. Mas no racio-

cínio singelíssimo que, por exclusão de qualquer outra possibilidade de explicação, nos permite passar do objecto realmente observado ao facto de que esse objecto é a prova — trabalho de interpretação rudimentar muito vizinho, em suma, das operações mentais instintivas mediante as quais uma sensação se torna percepção —, nesse raciocínio singelo não há nada que, entre a coisa e nós, tenha exigido a mediação de um outro observador. Os especialistas do método têm geralmente entendido por conhecimento indirecto o que chega ao espírito do observador pelo canal de espíritos humanos diferentes. O termo não foi talvez muito bem escolhido; limita-se a acusar a presença de um intermediário; não se vê razão para que o elo tenha de ser necessariamente de natureza humana. Aceitemos, todavia, sem discutir as palavras, o significado comum. Neste sentido, o conhecimento que temos das imolações murais, na antiga Síria, nada tem de indirecto.

Ora, muitos outros vestígios do passado nos oferecem um acesso directo. Tal é o caso, por exemplo, na sua quase totalidade, da imensa massa de testemunhos não escritos, até mesmo o de um bom número dos que são escritos. Não tivessem os teóricos de mais nomeada dos nossos métodos manifestado em relação às técnicas próprias da arqueologia uma tão espantosa e soberba indiferença, não tivessem eles ficado, do ponto de vista documental, tão obcecados pela narrativa como, do ponto de vista dos factos, pelo evento, e já não os veríamos tão prontos a confinar-nos numa observação eternamente dependente. Nos túmulos reais de Ur, na Caldéia, encontraram-se contas de colares feitos de amazonite. Como os jazigos mais próximos desta pedra se situam no coração da Índia ou nas cercanias do lago Baical, pareceu impor-se esta conclusão: desde o terceiro milénio antes da nossa era, as cidades do Baixo Eufrates mantinham relações de permuta com terras extremamente longínquas. Poderá a indução parecer boa ou não. Seja qual

for o juízo que sobre ela se faça, trata-se inegavelmente de uma indução do tipo mais clássico; assenta na verificação de um facto e a palavra alheia em nada interveio. Mas os documentos materiais não são, bem longe disso, os únicos a ter o privilégio de serem assim tomados em primeira mão. Tanto como o sílex talhado outrora pelos artífices das idades da pedra, um aspecto de linguagem, uma regra de direito incorporada num texto, um rito fixado num livro de cerimónias ou representado numa estela, são realidades que nós próprios apreendemos e que exploramos por um esforço estritamente pessoal da inteligência. Não houve necessidade de nenhum outro cérebro humano como intérprete. Mas não é menos verdade (para retomarmos a comparação de há pouco) que o historiador se encontra necessariamente reduzido a só saber pelos relatórios de um estranho o que se passa no seu laboratório. Só chega depois da experiência terminada. Mas, se as circunstâncias forem a seu favor, a experiência terá deixado resíduos que não lhe será impossível perceber com os seus próprios olhos.

★

E, portanto, noutros termos, simultaneamente menos ambíguos e mais compreensivos, que convém definir as indiscutíveis particularidades da observação histórica.

Como primeira característica, o conhecimento de todos os factos humanos no passado, o conhecimento da maior parte deles no presente, tem de ser, segundo a expressão feliz de François Simiand, um conhecimento por vestígios. Quer se trate de ossos emparedados nas muralhas da Síria, quer de uma palavra cuja forma ou cujo emprego revelem um costume, quer da relação escrita pela testemunha de uma cena antiga ou recente, que entender por documentos senão «vestígios», isto é, a marca, perceptível pelos sentidos, deixada por um fenómeno impossível de captar em si mesmo? Pouco interessa que o objecto

original seja por natureza inacessível à sensação, como o átomo cuja trajectória se torna visível no tubo de Crookes — ou que apenas o seja hoje pela acção do tempo, tal como o feto, apodrecido desde há milénios, cuja marca subsiste no bloco de hulha, ou como as solenidades, caídas por longo tempo em desuso, que vemos pintadas e comentadas nas paredes dos templos egípcios. Em ambos os casos, o processo de reconstituição é o mesmo, e todas as ciências nos dão múltiplos exemplos do que afirmamos.

Mas o facto de um grande número de investigadores de todas as categorias se encontrarem assim coagidos a só apreenderem determinados fenómenos centrais através de outros fenómenos que daqueles derivam, de tal facto não resulta, muito longe disso, que entre esses investigadores haja uma perfeita igualdade de meios. Pode dar-se o caso de, à semelhança do que sucede com o físico, terem eles a possibilidade de por si próprios provocarem a aparição de tais vestígios. Pelo contrário, pode dar-se também o caso de ficarem à mercê do capricho de forças sobre que não têm a menor influência. É claríssimo que a sua posição será extremamente diferente consoante se verificar um caso ou outro. Que se passa com os observadores dos factos humanos? Neste domínio, as questões de data recobram os seus direitos.

★

Que todos os factos humanos algo complexos escapem à possibilidade de uma reprodução ou de uma orientação voluntárias parece evidente; voltaremos, aliás, a isto mais tarde. É certo que existe uma experimentação psicológica desde as mais elementares medidas de sensação até aos textos mais apurados da inteligência ou da emotividade. Mas apenas se aplica, afinal, ao indivíduo. A psicologia colectiva é-lhe quase inteiramente rebelde. Não podemos — ou não ousaríamos fazê-lo, supondo que fosse

possível — provocar deliberadamente um pânico ou um movimento de entusiasmo religioso. Contudo, sempre que os fenómenos estudados pertencem ao presente ou ao passado mais próximo, o observador — por muito incapaz que seja de os forçar a repetirem-se ou de lhes alterar o curso a seu bel-prazer — não se encontra tão desarmado perante os seus vestígios. Pode, literalmente, chamar alguns deles à existência. São os relatos das testemunhas.

A 5 de Dezembro de 1805, a experiência de Austerlitz não era mais do que é hoje susceptível de recomeço. Que tinha, todavia, feito na batalha este ou aquele regimento? Se Napoleão, horas depois do cessar fogo, tivesse querido inteirar-se do caso — bastariam duas palavras para que um dos oficiais lhe trouxesse um relatório. Mas nunca, pelo contrário, teria sido preparada narrativa alguma dessa espécie, pública ou privada? Perderam-se as que foram escritas? Bem podemos nós agora pôr a questão; arrisca-se a ficar eternamente sem resposta, como tantas outras muito mais importantes. Que historiador não sonhou poder, como Ulisses, nutrir as sombras de sangue, com o fito de as interrogar? Mas os milagres da *Nekuia* já se não usam e a única máquina que possuímos para reverter no tempo é a que funciona no nosso cérebro, com os materiais propiciados pelas gerações passadas.

Também não convém exagerar muito os privilégios do estudo do presente. Imaginemos que tenham morrido todos os oficiais, todos os homens do regimento; ou, mais simplesmente, que entre os sobreviventes não se encontrem testemunhas cuja memória, cujas faculdades de atenção, possam ser dignas de crédito. Napoleão não teria sido mais feliz do que nós. Quem quer que tenha tomado parte, mesmo no papel mais apagado, de qualquer grande acção, sabe que isto é assim; acontece um episódio, às vezes capital, ser, ao fim de algumas horas, impossível de precisar. Acrescentemos a tudo isto que nem todos os vestígios se prestam com a mesma docilidade a esta evocação feita com atraso. Se as alfândegas

não tiverem o cuidado de registar dia a dia, em Novembro de 1942, a entrada e a saída das mercadorias, eu não terei, praticamente, nenhum meio em Dezembro de apreciar o comércio externo do mês precedente. Numa palavra — da investigação do mais remoto à investigação do mais próximo a diferença é só, uma vez mais, uma questão de grau. Não afecta o fundo dos métodos. Nem por isso a diferença é menos importante, e convém tirar-lhe as consequências.

★

O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa. A quem duvide basta lembrar o que tem ocorrido há pouco mais de um século para cá. Imensos lanços de humanidade saíram das brumas. O Egipto e a Caldela sacudiram suas mortalhas. As cidades mortas da Ásia Central revelaram suas línguas, que já ninguém falava, e suas religiões, há tanto extintas. Uma civilização inteiramente ignorada acaba de erguer-se do túmulo, nas margens do Indo. E não é tudo; o talento dos investigadores a esquadriñar as bibliotecas, a abrir novas trincheiras nos velhos solos, não é o único, nem talvez o mais eficaz a enriquecer a imagem dos tempos idos. Surgiram também processos de investigação até aqui desconhecidos. Sabemos melhor do que os nossos predecessores interrogar as línguas acerca dos costumes, a ferreamenta a respeito dos operários. Aprendemos sobretudo a penetrar mais fundo na análise dos factos sociais. O estudo das crenças e dos ritos populares esboça as suas primeiras perspectivas. A história da economia, de que, outrora, Cournot, quando enumerava os diversos aspectos da investigação histórica, não tinha a menor ideia, mal começa a constituir-se. Tudo isto é certo. Tudo isto nos permite as maiores esperanças. Não esperanças ilimitadas. Aquele sentimento de progressão verdadeiramente indefinida que

se colhe de uma ciência como a química, capaz de criar até o seu próprio objecto, não o temos nós. Porque os exploradores do passado não são homens absolutamente livres. É seu tirano o passado, que só lhes consente saberem de si o que ele próprio, propositadamente ou não, lhes confiou. Nunca poderemos elaborar uma estatística dos pregos da época merovíngia, porque nenhum documento os registou em número suficiente. Jamais penetraremos tão bem a mentalidade dos homens do século XI europeu, por exemplo, como podemos fazê-lo em relação aos contemporâneos de Pascal ou de Voltaire; porque não temos daqueles nem cartas particulares, nem confissões; porque não temos de alguns deles senão más biografias em estilo convencional. Devido a essa lacuna, toda uma parte da nossa história tem o ar, um pouco exangue, de um mundo sem indivíduos. Não nos queixemos muito. Nesta estreita submissão a um destino inflexível nós não estamos — pobres adeptos quantas vezes ridicularizados das jovens ciências do homem — mais mal servidos do que muitos dos nossos confrades, consagrados a disciplinas mais velhas e mais seguras de si. Tal é a sorte comum a todos os estudos que têm como missão perscrutar fenómenos passados — e o historiador da pré-história, à falta de documentos escritos, não é menos capaz de reconstituir as liturgias da idade da pedra do que o paleontólogo, creio eu, reconstituir as glândulas de secreção interna do pesiossauro, de que ficou apenas o esqueleto. É sempre desagradável dizer: «não sei», «não posso saber». Cumpre dizê-lo só depois de termos enêrgicamente, desesperadamente, procurado. Mas há momentos em que o mais imperioso dever do sábio é, depois de ter tentado tudo, resignar-se à ignorância e confessá-lo honestamente.

II. — Os testemunhos

«Heródoto de Turioi expõe aqui o que investigou, a fim de que se não apaguem com o tempo as coisas que

os homens fizeram e para que não percam sua glória as grandes e maravilhosas acções levadas a cabo tanto pelos Gregos como pelos Bárbaros.» Assim começa o mais antigo livro de história que, no mundo ocidental, chegou, sem ser por fragmentos, até nós. Ponhamos, por exemplo, a seu lado, um daqueles guias da viagem para o Além que os Egípcios, no tempo dos faraós, depunham nos túmulos. Teremos, face a face, os próprios tipos das duas grandes classes em que se distribui a massa imensamente variada dos documentos que o passado pôs à disposição dos historiadores. São voluntários os testemunhos do primeiro grupo. Os outros, não.

Realmente, quando se lê, para nos informarmos, Heródoto ou Froissart, as *Memórias* do marechal Joffre ou os relatos, de resto perfeitamente contraditórios, que em nossos dias propõem os jornais alemães e britânicos sobre o ataque de um comboio no Mediterrâneo — que fazemos nós senão conformarmo-nos exactamente com aquilo que esperam de nós os autores desses escritos? Pelo contrário, as fórmulas dos papiros dos mortos destinavam-se unicamente a ser recitadas pela alma em perigo e a ser ouvidas apenas pelos deuses; o homem das palafitas que lançava os restos de cozinha no lago mais próximo, onde o arqueólogo val hoje revolver, pretendia apenas afastar o lixo da sua cabana; a bula papal de isenção só era tão cuidadosamente conservada nos cofres do Mosteiro com a intenção de ser exibida no momento próprio, perante os olhos de um bispo importuno. A preocupação de informar a opinião, quer a dos contemporâneos, quer a dos historiadores futuros, nunca foi a razão de ser de tais cuidados; e quando o medievalista folheia nos arquivos, no ano da graça de 1942, a correspondência comercial dos Cedames de Lucques torna-se culpável por uma indiscrição que os Cedames de nossos dias qualificariam severamente se ele usasse das mesmas liberdades relativamente às cópias das suas cartas comerciais.

Ora, as fontes narrativas — para empregarmos numa linguagem um pouco barroca a expressão consagrada —, isto é, os relatos deliberadamente destinados à informação dos leitores, continuam a ser preciosíssimos ao investigador. Entre outras vantagens, tem a de serem eles, de ordinário, as únicas fontes a propiciar um enquadramento cronológico por pouco seguido que seja. Quanto não daria o pré-historiador, o historiador da Índia, para poderem dispor de um Heródoto? Mas não tenhamos dúvidas: a investigação histórica, à medida que progredia, foi levada a confiar cada vez mais na segunda categoria de testemunhos, isto é, nas testemunhas que não pretendiam sê-lo. Compare-se a história romana tal como a escreviam Rollin ou mesmo Niebuhr com a de qualquer manual dos nossos dias: a primeira tecida visivelmente com os fios tirados de Tito Lívio, Suetónio ou Floro; a segunda construída, em grande parte, com os materiais de inscrições, de papiros, de moedas. Só assim foram reconstituídos períodos inteiros do passado: toda a pré-história, quase toda a história económica, quase toda a história das estruturas sociais. Qual de nós, no momento presente, não preferiria, a todos os jornais de 1938 ou 1939, ter nas mãos alguns documentos secretos de chancelaria, alguns relatórios confidenciais de chefes militares?

★

Não é que documentos deste género estejam mais isentos de erro ou de mentira do que outros. Não faltam as falsas bulas e nem todas as cartas comerciais, como nem todas as narrativas de embaixadores, dizem a verdade. Mas neste caso a deformação — a admitir-se que exista — não foi pelo menos especialmente concebida a pensar na posteridade. E sobretudo os indícios que, sem premeditação, o passado vai deixando ao longo do caminho, não nos permitem apenas suprir os relatos, quando estes não existam, ou verificá-los, se a verdade deles é

suspeita. Afastam dos nossos estudos um perigo mais letal que a ignorância ou a inexactidão: o perigo de uma esclerose irremediável. Na verdade, sem o seu socorro, aconteceria, inevitavelmente, que o historiador, de cada vez que se debruçasse sobre as gerações desaparecidas, se tornaria prisioneiro dos preconceitos, das falsas prudências, das miopias que também essas gerações sofreram: o medievalista, por exemplo, atribuir pequena importância ao movimento comunal, a pretexto de que os escritores da Idade Média não mantinham o público devidamente informado a esse efeito, ou minimizar os grandes impulsos da vida religiosa pela simples razão de ocuparem, na literatura narrativa do tempo, um lugar muito mais apagado que o das guerras entre barões. Em suma (repetindo uma antítese cara a Michelet), fazer-se a história menos a exploradora cada vez mais ousada dos tempos idos do que a eterna e impávida aluna das suas próprias «crónicas».

Analogamente, até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, aquilo que o texto expressamente nos diz deixou de ser hoje o objectivo preferido da nossa atenção. Atemo-nos, de ordinário, com interesse muito mais vivo, ao que o texto nos dá a entender sem ter tido a intenção de dizê-lo. Que descobrimos nós de mais instructivo em Saint-Simon? As informações, quantas vezes fantásticas acerca dos acontecimentos do reinado? Ou a luz surpreendente que lançam as suas *Memórias* sobre a mentalidade de um grande senhor na corte do Rei Sol? Entre as *Vidas* de santos da Alta Idade Média, há pelo menos três quartos incapazes de nos ensinarem com solidez a respeito das piedosas personagens de que pretendem narrar o destino. Interroguemolas, pelo contrário, acerca da maneira de viver ou de pensar peculiares às épocas em que foram escritas — tudo coisas que o hagiógrafo não teve a menor intenção de nos expor: e logo lhe encontraremos um merecimento inestimável. Na nossa inevitável subordinação ao passado há uma coisa, pelo

menos, de que nos libertámos: condenados como sempre estamos a conhecê-lo exclusivamente pelos seus vestígios, conseguimos, todavia, saber muito mais a seu respeito do que aquilo que esse passado achou por bem dar-nos a conhecer. E, bem vistas as coisas, uma grande desforra da inteligência sobre o dado.

★

Mas, desde que nos não resignemos a registar pura e simplesmente o que dizem as nossas testemunhas, desde que entendemos forçá-las a falar, mesmo contra sua vontade — impõe-se mais do que nunca um questionário. E é esta, efectivamente, a primeira necessidade de qualquer investigação histórica bem conduzida.

Muitas pessoas, e mesmo, ao que parece, certos autores de manuais, têm do caminho do nosso trabalho uma imagem espantosamente cândida. Primeiro — diriam essas pessoas — estão os documentos. O historiador reúne-os, lê-os, esforça-se por lhes pesar a autenticidade e a veracidade. Depois do que, e só então, põe mãos à obra. Só há nisto um contratempo: é que jamais historiador algum procedeu desta maneira. Mesmo que, por acaso, imagine que o está fazendo.

Porque os textos, ou os documentos arqueológicos, mesmo os mais claros na aparência e os mais condescendentes, só falam quando se sabe interrogá-los. Antes de Boucher de Perthes, os sílex abundavam, como hoje, nos aluviões do Soma. Mas faltava o interrogador e não havia pré-história. Velho medievalista que sou, confesso que quase não conheço leitura mais atraente que um cartulário. E que sei quase o que lhe hei-de perguntar. Já uma colecção de inscrições romanas, em contrapartida, me diz pouco. Sei lê-las menos mal, mas não provocá-las. Por outras palavras: a investigação histórica admite, desde os primeiros passos, que o inquérito tenha já uma direcção. De início está o espírito. Nunca, em

ciência alguma, foi fecunda a observação passiva. Supondo, aliás, que seja possível.

Não nos deixemos, na verdade, enganar. É claro que pode ocorrer ser o questionário puramente intuitivo. Mas ele lá está, no entanto. Sem que o historiador tenha consciência disso, os quesitos são-lhe ditados pelas afirmações ou pelas hesitações que as suas experiências anteriores obscuramente lhe inscreveram no cérebro, pela tradição, pelo senso comum, isto é, frequentemente, pelos preconceitos comuns. Nunca se é tão receptivo quanto se julga. Não se pode dar pior conselho a um principiante do que aguardar, numa atitude de aparente submissão, a inspiração do documento. Por isso muita investigação cheia de boa vontade se viu reduzida à insignificância ou ao fracasso.

É naturalmente necessário que a escolha reflectida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de se enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e aberta a todas as surpresas — de modo a servir, desde o início, de íman às limalhas do documento. O explorador sabe, antecipadamente, que o itinerário que traçou ao partir não será seguido ponto por ponto. Mas, sem o traçar, arrisca-se a andar eternamente à aventura.

★

É quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito. É curioso verificar quanto as pessoas alheias ao ofício avalliam mal o limite daquelas possibilidades. A razão é continuarem vinculadas a uma ideia anacrónica da nossa ciência: a ideia do tempo em que quase se não sabia ler para além dos testemunhos voluntários. Acusando a «história tradicional» de deixar na sombra «fenómenos importantes», contudo «mais carregados de consequências, mais capazes de modificarem a vida pró-

xima que todos os acontecimentos políticos», Paul Valéry dava como exemplo a «conquista da Terra» pela electricidade. Pelo que devemos aplaudir com ambas as mãos. É infelizmente exactíssimo que assunto imenso não deu ainda origem a nenhum trabalho sério. Mas quando, de alguma maneira arrastado pelo próprio excesso da sua severidade a justificar o erro que acaba de denunciar, P. Valéry acrescenta que esses fenómenos «escapam» necessariamente ao historiador — porque (prossegue ele) «nenhum documento os menciona expressamente» —, a acusação, desta vez, passando do sábio à ciência, engana-se na porta. Quem acredita que as empresas de electricidade não tenham os seus arquivos, os registos de consumo, os seus mapas de extensão das redes? Vão-me dizer que até agora os historiadores desatenderam esses documentos. Não há dúvida que fazem mal; a menos que a responsabilidade pertença às guardiãs demasiado ciosas de tão belos tesouros. Tenham pois paciência. A história ainda não é o que deveria ser. Não é razão para imputar à história tal como pode escrever-se os erros que só cabem à história mal compreendida.

Deste carácter maravilhosamente desarmonico dos nossos materiais nasce, entretanto, uma dificuldade: bastante grave, em boa verdade, para se contar entre três ou quatro grandes paradoxos do officio de historiador.

Seria grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado nessa função. Pelo contrário, quanto mais a investigação procura alcançar os factos profundos, menos lhe é permitido esperar outra luz que não seja a dos raios convergentes de testemunhos diversíssimos na sua natureza. Que historiador das religiões se limita a compulsar tratados de teologia ou compilações de hinos? Ele bem sabe: acerca das crenças e das sensibilibidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário dos túmulos dizem-lhe pelo menos tanto como muitos escritos. O nosso

conhecimento das invasões germânicas depende tanto da análise das crónicas e das cartas como da arqueologia funerária e do estudo dos nomes dos lugares. A medida que nos aproximamos do nosso tempo, estas exigências tornam-se, evidentemente, diferentes. Mas não se tornam por isto menos imperiosas. Para compreender as sociedades de hoje poderá alguém supor que basta mergulhar na leitura dos debates parlamentares ou dos documentos de chancelaria? Não é necessário também saber interpretar um balanço de banco — texto que é, para o profano, mais hermético que muitos hieróglifos? Admite-se que o historiador de uma época em que a máquina é rainha ignore como são constituídas e se modificaram as máquinas?

Ora, se quase todo o problema humano importante exige assim a utilização de testemunhos de tipos opostos — é, em contrapartida, de absoluta necessidade que se distingam as técnicas eruditas pelo tipo de testemunho. É longa a aprendizagem de cada uma delas; e o seu absoluto domínio requer uma prática ainda mais longa e quase constante. Um pequeníssimo número de historiadores, por exemplo, se pode gabar de estar igualmente preparado para ler e para criticar uma carta medieval, para interpretar correctamente os nomes dos lugares (que são, sobretudo, factos de linguagem), para datar sem engano os vestígios do *habitat* pré-histórico, celta, galo-romano; para analisar as associações vegetais de um prado, de uma seara, de uma charneca. Contudo, sem tudo isto, como será possível descrever a história da ocupação do solo? Estou em crer que poucas ciências são coagidas a utilizar, ao mesmo tempo, tantos instrumentos dissemelhantes. É que os factos humanos são de todos os mais complexos. E o homem encontra-se no extremo limite da natureza.

É bom, em minha opinião, é indispensável, que o historiador possua pelo menos umas luzes de todas as principais técnicas do seu officio. Quanto mais não seja para

saber avaliar antecipadamente a força do instrumento e as dificuldades do seu manejo. A lista das «disciplinas auxiliares», cujo ensino apresentamos aos iniciandos, é ainda muito pequena. Por que absurdo paralogismo se permite a homens que, na metade do seu tempo, só alcançarão o objecto do seu estudo através das palavras, se lhes permite, dizia, entre outras lacunas, que ignorem as aquisições fundamentais da linguística?

Entretanto, seja qual for a variedade de conhecimentos que quisermos atribuir aos investigadores mais bem dotados, tais conhecimentos encontrarão, sempre e geralmente muito cedo, os seus limites. Não há, então, outro remédio senão substituir a multiplicidade das competências reunidas num mesmo homem por uma aliança das técnicas praticadas por eruditos diferentes, não obstante tenderem todas elas para a elucidação de um único tema. Pressupõe este método a aceitação de um trabalho de equipa. Exige igualmente a prévia definição, por um comum acordo, de alguns grandes problemas dominantes. São triunfos de que ainda nos encontramos muito longe. Contudo, não tenhamos dúvidas de que serão eles, em larga medida, que traçarão o futuro da nossa ciência.

III. — A transmissão dos testemunhos

Uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade. Ser-lhe-ia difícil consegui-lo sem o socorro de diversos guias: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de todas as espécies. Vemos às vezes uns pedantes admirarem-se atrevidamente com o tempo sacrificado quer por alguns eruditos na composição de trabalhos desse género, quer por todos no aprendizado da sua existência e da sua utilização. Como se, graças às horas assim atribuídas a ocupações a que, a despeito de certa graça oculta, falta na realidade o fulgor roma-

nesco — não viesse afinal a poupar-se o mais terrível dispêndio de energia. Suponhamos que, embora apaixonado com razão pela história do culto dos santos, eu ignoro a *Bibliotheca Hagiographica Latina* dos padres bolandistas: quem não for especialista dificilmente poderá compreender a soma de esforços estupidamente inúteis que me há-de custar essa lacuna da minha preparação. O que devemos lastimar, na verdade, não é que possamos pôr nas estantes das nossas bibliotecas uma quantidade notável desses instrumentos (cuja enumeração, matéria por matéria, pertence aos livros especiais de orientação). O que devemos lastimar é que não sejam ainda bastante numerosos, sobretudo no que respeita às épocas menos afastadas de nós; que a sua elaboração, nomeadamente em França, só excepcionalmente obedeça a um plano de conjunto racionalmente concebido; finalmente, que a sua publicação seja tanta vez abandonada aos caprichos das pessoas ou à parcimónia mal informada de algumas editoras. O tomo I das admiráveis *Sources de l'Histoire de France*, que devemos a Emílio Molinier, nunca mais foi meditado desde a sua primeira aparição, em 1901. Este simples facto vale por uma acção acusatória. O instrumento não faz realmente a ciência. Mas uma sociedade que pretende respeitar as ciências não deveria desinteressar-se dos seus instrumentos. É certo que seria avisado não recorrer para esse efeito aos corpos académicos, cujo recrutamento, favorável à preeminência da idade e propício aos bons alunos, não favorece particularmente o espírito de iniciativa. A nossa Escola de Guerra e os nossos estados-maiores não são os únicos, entre nós, a manter na época do automóvel a mentalidade do carro de bois.

Entretanto, por muito bem feitos, por muito abundantes que possam ser estes marcos de sinalização, de pouco valeriam ao investigador que, antecipadamente, não tivesse qualquer ideia acerca do terreno a explorar. Ao contrário do que parecem por vezes imaginar os prin-

ciplantes, os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência, em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios de técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações. No cabeçalho dos trabalhos históricos do género sério, o autor coloca geralmente uma lista das cotas de arquivo que compulso, das compilações do material que utilizou. Certíssimo. Mas não chega. Todo o livro de história digno deste nome deveria incluir um capítulo, ou, se quizerem, inserida nos pontos capitais do discurso, uma série de parágrafos que se intitularia mais ou menos: «Como pude apurar o que vou dizer?» Estou persuadido de que, ao tomarem conhecimento de tais confissões, até os leitores que não são do ofício experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. O espectáculo da investigação, com os seus sucessos e os seus reveses, raramente enfastia. A coisa passada é que provoca a frieza e o tédio.

★

Acontece-me receber a visita de estudiosos que desejam escrever a história da sua aldeia. Regularmente, digolhes o que se segue, e que vai um pouco simplificado a fim de evitar aquelas minúcias de eruditos, fora de propósito nesta altura. «As comunidades aldeãs só rara e tardiamente possuíram arquivos, ao contrário dos domínios senhoriais, como empresas relativamente continuas e bem organizadas que eram. Para todo o período anterior a 1789, e especialmente para as épocas mais antigas, os principais documentos de que vireis a servir-vos serão,

portanto, de proveniência senhorial. Donde resulta, por sua vez, que a primeira pergunta a que tereis de responder e da qual quase tudo dependerá val ser esta: quem era, em 1789, o senhor da aldeia?» (De facto, a existência simultânea de vários senhores, entre os quais teria sido dividida a aldeia, não é de maneira nenhuma inverosímil; mas, para simplificar, poremos de lado esta suposição.) «Podemos conceber três eventualidades. O domínio senhorial pode ter pertencido a uma igreja; a um senhor laico que emigrou, aquando da Revolução; ainda a um laico, que, pelo contrário, não emigrou. O primeiro caso é, de longe, o mais favorável. Há a probabilidade de o fundo de documentos ter sido mais bem organizado e de há muito mais tempo. Foi certamente confiscado, a partir de 1790, ao mesmo tempo que as terras pela aplicação da Constituição Civil do Clero. Levado então para qualquer arquivo público, é razoável esperar-se que ainda hoje lá esteja, mais ou menos intacto, à disposição dos eruditos. A hipótese do emigrado merece ainda boa classificação. Também neste caso deve ter sido apreendido e transferido; quando muito, é de recear um pouco mais o risco de uma destruição voluntária, como vestígio de um regime odiado. Resta a última possibilidade. Seria muitíssimo desagradável. Os «*ci-devant*» (os ligados ao Antigo Regime), com efeito, desde que não deixassem a França nem caíssem de alguma maneira sob a alçada das leis de Salvação Pública, não eram lesados nos seus bens. E certo que perdiam os seus direitos senhoriais, visto terem sido universalmente abolidos. Conservavam as propriedades pessoais, e por isso os papéis de negócios. Não tendo sido nunca reclamados pelo Estado, os documentos que procuramos terão, desta feita, sofrido simplesmente a sorte comum durante os séculos XIX e XX de todos os papéis de família. Suposto que se não tenham extraviado, ou sido roídos pelos ratos, ou espalhados, ao sabor de vendas e heranças, pelos sótãos

de três ou quatro casas de campo diferentes, nada obriga o seu detentor actual a facultar-nos a consulta deles.»

Citei eu este exemplo por me parecer absolutamente típico das condições que frequentemente determinam e limitam a documentação. Não deixa de ter interesse que analisemos de mais perto os seus ensinamentos.

★

O papel que acabámos de ver desempenhado pelas confiscções revolucionárias é o de uma divindade muitas vezes propícia ao investigador: a catástrofe. Inúmeros municípios romanos se transformaram em banais cidadezinhas italianas, onde o arqueólogo dificilmente encontra alguns vestígios da antiguidade; só a erupção do Vesúvio conservou Pompeia.

Não vai daqui concluir-se que os grandes desastres da humanidade sempre serviram a história. Na desordem das Invasões perderam-se rimas de manuscritos literários e historiográficos e os inestimáveis arquivos da burocracia imperial romana. A nossa vista, as duas guerras mundiais riscaram de uma terra cheia de glória monumentos e arquivos. Nunca mais poderemos folhear as cartas dos velhos mercadores de Ypres, e vi eu queimar na fuga da derrota as ordens de serviço de um exército.

Entretanto, por sua vez, a tranquila continuidade de uma vida social sem sustos febris é muito menos favorável à transmissão da memória das coisas do que pode às vezes julgar-se. São as revoluções que forçam as portas dos cofres de ferro e obrigam os ministros a fugir, antes de terem tempo para queimar os seus papéis secretos. Nos antigos arquivos judiciais, os fundos de falência propiciam-nos hoje papéis de empresas que, se tivessem tido uma existência próspera e honrada, não teriam deixado, finalmente, de mandar destruir o conteúdo dos seus arquivos. Graças à admirável permanência das instituições monásticas, a Abadia de S. Dinis conserva ainda,

em 1789, os diplomas que lhe tinham sido outorgados, há mais de mil anos, pelos reis merovíngios. Mas é nos arquivos nacionais que hoje os temos. Se a comunidade dos monges daquela abadia tivesse resistido à Revolução, poderíamos adivinhar que nos consentiria remexer nos seus cofres? Tanto, talvez, como a Companhia de Jesus consente ao profano o acesso às suas colecções, por falta das quais permanecerão para sempre desaperadamente obscuros tantos problemas da história moderna, ou tanto como o Banco de França convida os especialistas do Primeiro Império a examinar os seus livros de registos, mesmo os mais poeirentos — a tal ponto a mentalidade do iniciado é inerente a todas as corporações. E é nisto que o historiador do presente se encontra nitidamente desfavorecido: está quase totalmente privado destas confidências involuntárias. É verdade que, em compensação, dispõe das indicações que os amigos lhe cochicham ao ouvido. Mas informações dessas, infelizmente, distinguem-se mal da bisbilhotice. Convinha-nos muito mais um cataclismo valente.

Será assim pelo menos enquanto as sociedades não se dispuserem a organizar racionalmente, com as suas memórias, o conhecimento de si mesmas, em vez de se desobrigarem disso, pelo recurso às suas próprias tragédias. Só o conseguirão atacando frontalmente as duas responsáveis, principais do esquecimento ou da ignorância: a negligência que extravia os documentos e, mais perigosa ainda, a paixão do segredo — segredo diplomático, segredo dos negócios, segredo das famílias — que os oculta ou os destrói. É natural que o notário tenha o dever de não revelar as operações do seu cliente. Mas que lhe seja permitido envolver do mesmo impenetrável mistério os contratos feitos pelos clientes do seu bisavô — enquanto, por outro lado, nada lhe proíbe seriamente deixar que esses documentos se desfaçam em pó —, aí é que as nossas leis cheiram verdadeiramente a bafio. Quanto aos motivos que levam a maior parte das nossas

empresas a recusarem tornar públicas as estatísticas mais indispensáveis a uma sã orientação da economia nacional, é raro que sejam dignos de respeito. A nossa civilização terá realizado um progresso imenso no dia em que a dissimulação arvorada em método de acção e quase em virtude burguesa ceder o lugar ao gosto da informação: quer dizer necessariamente à permuta de informações.

★

Voltemos, entretanto, à nossa aldeia. As circunstâncias que, neste caso preciso, decidem da perda ou da conservação, da acessibilidade ou da inacessibilidade dos testemunhos, têm a sua origem em forças históricas de carácter geral. Não apresentam nenhuma característica que não seja perfeitamente inteligível; mas são desprovidas de qualquer relação lógica com o objecto da investigação cujo êxito se encontra, todavia, na sua dependência. Visto que não se vê, evidentemente, a razão por que o estudo de uma pequena comunidade rural, na Idade Média, por exemplo, há-de ser mais ou menos instrutivo, conforme, alguns séculos depois, o senhor de então tiver decidido engrossar ou não a falange dos emigrados de Coblentz. Desacordos desta espécie são frequentíssimos. Se conhecemos o Egipto romano infinitamente melhor do que a Gália da mesma época, não é porque tenhamos pelos Egípcios um interesse mais vivo que pelos Galo-Romanos: a secura, as areias e os ritos funerários da mumificação conservaram ali os documentos escritos, que o clima do Ocidente e os seus costumes votaram, pelo contrário, a uma rápida destruição. Entre as causas que determinam o sucesso ou o malogro da busca dos documentos e os motivos que nos tornam esses documentos desejáveis não há em geral nada de comum: tal é o elemento irracional, impossível de eliminar, que dá às nossas pesquisas um pouco daquele trágico interior em que tantas obras do espírito encontram, talvez, com

os seus limites, uma das razões secretas da sua destruição. E ainda assim, no exemplo citado, a sorte dos documentos, aldeia por aldeia, se torna quase previsível, uma vez que se conheça o facto crucial. Não é sempre o caso. O resultado final depende às vezes do encontro de um tão grande número de cadeias causais plenamente independentes umas das outras que qualquer previsão se mostra impraticável. Eu sei que quatro incêndios sucessivos, depois de um saque, devastaram os arquivos da antiga Abadia de Saint Benoît-sur-Loire. Como é que, ao abordar tais arquivos, posso eu calcular antecipadamente que tipos de documentos escaparam a essas devastações? Aquilo a que se chamou a migração dos manuscritos oferece um tema de estudos do mais alto interesse; as passagens de uma obra literária através das bibliotecas, a execução das cópias, o zelo ou a negligência dos bibliotecários e dos copistas, são outros tantos rasgos por que se exprimem, de maneira incisiva, as vicissitudes da cultura e o jogo variável das suas grandes correntes. Mas teria podido o mais bem informado erudito anunciar, antes da descoberta, que o único manuscrito da Germânia de Tácito tinha ido parar, no século XVI, ao Mosteiro de Hersfeld? Em suma, há no fundo de quase todas as investigações documentais um resíduo de imprevisível e, conseqüentemente, de risco. Um historiador, que tenho razão para conhecer muito bem, contou-me que em Dunquerque, como esperasse, sem mostrar demasiada impaciência, na costa bombardeada, um embarque incerto, um dos seus camaradas lhe disse, com um trejeito de espanto: «É curioso, você não tem ar de detestar a aventura!» O meu amigo poderia ter respondido que, não obstante o preconceito corrente, o hábito da investigação não é de modo algum desfavorável, efectivamente, a uma fácil aceitação da aposta com o destino.

Entre o conhecimento do passado humano e o do presente, perguntávamos atrás, existe uma oposição de técnicas? Acabámos de responder agora. É verdade que o

explorador do actual e o das épocas longínquas tem, cada um deles, a sua maneira especial de manejar a ferramenta. Cada um deles, também, conforme o caso, tem do seu lado a vantagem. O primeiro capta a vida por um modo mais imediatamente sensível; o segundo, nas suas pesquisas, dispõe de meios que estão muitas vezes vedados ao primeiro. Assim, a dissecação do cadáver, ao mesmo tempo que revela ao biologista muitos segredos que o estudo do ser vivo teria deixado ocultos, fica silente perante muitos outros que só o corpo com vida pode revelar. Mas, seja qual for a época da humanidade a que o investigador se dedique, os métodos da observação que assentam quase uniformemente em vestígios são fundamentalmente os mesmos. Vamos ver que são igualmente semelhantes as regras críticas a que a observação tem de obedecer para ser fecunda.

CAPITULO III

A CRÍTICA

I. — Esboço de uma história do método crítico

Até o polícia mais ingénuo sabe que se não deve fargosamente acreditar naquilo que as testemunhas dizem. Ainda que nem sempre saibamos, aliás, tirar deste conhecimento teórico o partido conveniente. Análogamente, há muito tempo já que se toma a precaução de não se aceitarem cegamente todos os testemunhos históricos. Ensinou-o uma experiência quase tão velha como a própria humanidade: mais do que um texto se dá como sendo de uma época ou de uma proveniência diferentes do que realmente é; nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais podem ser também falsificados. Na Idade Média, perante a abundância mesma de documentos falsos, a dúvida tornou-se frequentemente como que um reflexo natural de defesa. «Havendo tinta, quem quer que seja pode escrever o que quer que seja», exclamava no século XI um fidalgo de Lorena, em processo movido a monges que brandiam contra ele provas documentais. A Doação de Constantino — essa espantosa lucubração que um clérigo românico do século VIII pôs sob o nome do primeiro César cristão — foi, três séculos mais tarde, contestada na corte do mui piedoso imperador Otão III. As falsas relíquias têm sido perseguidas quase desde que começou a haver relíquias.

No entanto, o cepticismo como princípio não é uma atitude intelectual mais estimável nem mais fecunda do

5- Crítico Constantino impregnado
Constantino religioso baseada na Bíblia

que a credulidade, com a qual, de resto, se alia facilmente em muitos espíritos um pouco simples. Conheci, durante a outra guerra, um honrado veterinário que se negava sistematicamente, e aparentemente com alguma razão, a acreditar nas notícias dos jornais. Mas, ao primeiro camarada que lhe bichanasse ao ouvido atento as mais disparatadas balelas, ele aí estava a bebê-las como se fossem mel.

Analogamente, a crítica de simples bom senso, que foi, durante muito tempo, a única que se praticou, e que, por acaso, ainda seduz certos espíritos, não podia ir muito longe. O que é, efectivamente, a maioria das vezes, esse alegado bom senso? Nada mais do que um amálgama de postulados desarrazoados e de experiências apressadamente generalizadas. Trata-se do mundo físico? Negou os antipodas. Nega o universo einsteiniano. Considerou uma fábula a narrativa de Heródoto referindo que os navegadores, ao contornarem a África, viram um dia o ponto em que o Sol nasce passar de um lado para o outro. Trata-se de actos humanos? O pior é que as observações alcandoradas assim a um plano de eternidade são forçosamente tributárias de um momento muito curto da duração: a nossa. Foi esse o principal vício da crítica voltairiana, de resto frequentemente tão penetrante. Nem só as excentricidades individuais são de todos os tempos; mais de um estado de alma outrora vulgar nos parece agora bizarro, por já o não compartilharmos. Parece que o «bom senso» não deveria deixar aceitar que o imperador Otão I tenha podido subscrever, a favor dos papas, concessões territoriais impraticáveis, que desmentiam os seus actos anteriores e que os sucessores não tiveram em nenhuma consideração. Temos de acreditar, contudo, que a organização do seu espírito era diferente da nossa — ou, mais precisamente, havia na sua época entre o que se escrevia e o que se fazia uma distância cuja amplitude nos surpreende —, visto que o privilégio é incontestavelmente autêntico.

O verdadeiro progresso nasceu no dia em que a dúvida se tornou, como dizia Volney, «examinadora»; por outras palavras, em que se elaboraram pouco a pouco as regras objectivas que permitem distinguir entre a mentira e a verdade. O jesuita Papebroeck, a quem a leitura das *Vidas* de santos inspirara uma irreprimível desconfiança em relação à herança de toda a Alta Idade Média, tinha por falsos todos os diplomas merovingios conservados nos mosteiros. Não, respondeu, em suma, Mabillon, há, sem dúvida alguma, diplomas inteiramente forjados, refundidos ou interpolados. Também os há autênticos, e eis como é possível distingui-los uns dos outros. Nesse ano — 1681, o ano da publicação do *De Re Diplomatica*, em boa verdade uma grande data na história do espírito humano — ficou definitivamente instituída a crítica dos documentos de arquivo.

★

De qualquer maneira, foi este, de resto, o momento decisivo na história do método crítico. O humanismo da época anterior tivera as suas veleidades e as suas intuições. Não fora mais longe. É bem característica certa passagem dos *Ensaíos*. Nessa passagem, Montaigne justifica Tácito por ter relatado milagres. Compete aos teólogos e aos filósofos, diz ele, discutir as «crenças comuns». Os historiadores só têm de as narrar tal como as fontes no-las apresentam. «Que eles nos dêem a história mais como a recebem do que como a entendem.» Por outras palavras, uma crítica filosófica apoiada numa certa concepção da ordem natural ou divina é perfeitamente legítima; e sabemos muito bem que Montaigne não perfilha os milagres de Vespasiano: de igual modo que tantos outros. Mas, visivelmente, ele não se apercebe de como seria possível o exame, especificamente histórico, de um testemunho considerado como tal. A doutrina da investigação elaborou-se somente no decurso do século XVII,

cuja grandeza é sempre situada onde cumpriria que fosse, e designadamente pela sua segunda metade. Os próprios homens desse tempo tiveram consciência disso. Era um lugar-comum, entre 1630 e 1690, denunciar como moda do momento o «pirronismo da história». «Diz-se», escreve Michel Levassor comentando este termo, «que a rectidão do espírito consiste em não acreditar levemente e no saber duvidar em diferentes conjecturas.» A própria palavra «crítica», que até então e quase só designava um juízo de gosto, passa a ter o sentido quase novo de prova de veracidade. De início, como que pedem desculpa por empregá-la. Porque «o seu uso não é inteiramente de bom tom»: entenda-se que tem ainda um sabor técnico. O seu uso vai-se entretanto difundindo cada vez mais. Bossuet mantém-na prudentemente a distância. Quando fala dos «nossos autores críticos», adivinha-se-lhe um encolher de ombros. Mas Richard Simon inscreve-a no título de quase todas as suas obras. Os mais argutos, aliás, não se iludem. O que o nome anuncia é verdadeiramente a descoberta de um método de aplicação quase universal. A crítica, essa «espécie de labareda que nos ilumina e nos guia por todos os caminhos obscuros da antiguidade, fazendo-nos distinguir o verdadeiro do falso», assim se exprime Ellies du Pin. E Bayle mais nitidamente ainda: «O Sr. Simon difundiu nesta nova Resposta várias regras de crítica que podem servir não somente para entender a Escritura, mas também para ler com proveito muitas outras obras.»

Ora, confrontemos algumas datas de nascimento: Papebroeck (que, apesar de se ter enganado acerca de certos documentos, nem por isso deixa de merecer um lugar de primeira fila entre os fundadores da crítica aplicada à historiografia), 1628; Mabillon, 1632; Richard Simon (cujos trabalhos dominam o dealbar da exegese bíblica), 1638. Acrescentemos, à margem da coorte dos eruditos propriamente ditos, Espinosa — o Espinosa do *Tratado Teológico-Político*, essa límpida obra-prima de

crítica filológica e histórica: ainda 1632. No mais exacto sentido da palavra, é uma geração cujos contornos se desenham à nossa vista com espantosa nitidez. Mas cumpre sermos ainda mais precisos. Foi exactamente a geração que viu a luz do dia por alturas em que aparecia o *Discurso do Método*.

Não digamos: uma geração de cartesianos. Mabillon, para só falarmos dele, era um monge devoto, de uma ortodoxia simples, e que nos deixou, como obra derradeira, um tratado de *A Morte Cristã*. É duvidoso que tenha conhecido de muito perto a nova filosofia, por essa altura tão suspeita aos olhos de tanta gente piedosa; mais ainda, se acaso teve de tal filosofia alguns vislumbres, é duvidoso que encontrasse nela muitos motivos de adesão. Por outro lado — apesar do que parecem sugerir algumas páginas, talvez demasiado célebres, de Claude Bernard —, as verdades de evidência, de carácter matemático, a que a dúvida metódica, em Descartes, tem por missão abrir o caminho, apresentam poucas características comuns com as probabilidades cada vez mais aproximadas com que a crítica histórica, como as ciências de laboratório, se compraz em determinar. Mas para que uma filosofia impregne toda uma época não é necessário nem que actue exactamente consoante a sua letra, nem que a maioria dos espíritos lhe sofram os efeitos senão por uma espécie de osmose, muitas vezes meio inconsciente. Como a «ciência» cartesiana, a crítica do testemunho histórico faz tábua rasa da crença. Ainda como a ciência cartesiana, ela só procede àquela implacável demolição de todos os esteios antigos a fim de chegar por esse modo a novas certezas (ou a grandes probabilidades), doravante devidamente experimentadas. Por outras palavras, a ideia que a inspira pressupõe uma alteração quase total das concepções antigas da dúvida. Que as chagas da dúvida se afigurem um sofrimento ou que lhe encontrem, pelo contrário, não sei que nobre doçura, quase só fora considerada até aí como uma atitude mental puramente

negativa, como uma simples ausência. Julga-se, a partir de então, que racionalmente conduzida pode tornar-se num instrumento de conhecimento. É uma ideia cuja aparição se situa num momento muito preciso da história do pensamento.

Desde então, as regras essenciais do método crítico estavam, em suma, fixadas. O seu alcance geral passava tão pouco despercebido que, no século XVIII, entre os temas propostos com mais frequência pela Universidade de Paris no concurso de admissão ao magistério da Filosofia figura este, de sabor curiosamente moderno: «Do testemunho dos homens acerca dos factos históricos.» Não que as gerações seguintes não tenham vindo a aperfeiçoar o instrumento da crítica. Generalizaram sobretudo muito o seu emprego e alargaram consideravelmente as suas aplicações.

★

Por muito tempo foram as técnicas da crítica praticadas, pelo menos de uma maneira contínua, quase exclusivamente por um punhado de eruditos, de exegetas e de curiosos. Os escritores interessados em compor obras históricas de certo alento não cuidavam de se familiarizar com aquelas receitas de laboratório, em seu entender excessivamente minuciosas — limitando-se quando muito a ter em conta os seus resultados. Ora, nunca foi bom que, para usar a expressão de Humboldt, os químicos tivessem medo «de molhar as mãos». Para a história, o perigo de um tal divórcio entre a preparação e a realização tem duas faces. Atinge em primeiro lugar e cruelmente as grandes tentativas de interpretação. Estas, assim, não faltam apenas ao dever primordial da veracidade pacientemente procurada; além disso, privados daquela perpétua renovação, daquela surpresa constante que só a luta com o documento pode proporcionar, torna-se-lhes impossível escapar a uma oscilação permanente

entre alguns temas estereotipados que a rotina impõe. Mas o próprio trabalho técnico não é o menos prejudicado. Deixando de ser orientado de alto, arrisca-se a ficar indefinidamente agarrado a problemas insignificantes ou mal postos. Não há pior desgaste que o da erudição, quando se exerce em vão, nem arrogância mais desloçada que o orgulho da ferramenta que se considera como um meio em si.

Contra tais perigos lutou valorosamente o consciencioso esforço do século XIX. A escola alemã, Renan, Fustel de Coulanges, deram à erudição a sua categoria intelectual. O historiador foi reconduzido à banca de trabalho. Pode, entretanto, considerar-se a partida completamente ganha? Seria optimismo exagerado julgar que sim. Quantas vezes o trabalho de investigação continua a fazer-se aos bordos, sem opção ponderada dos seus pontos de aplicação. Sobre tudo, a necessidade crítica não conseguiu ainda conquistar plenamente aquela opinião das «pessoas discretas» (no sentido velho do termo), cujo assentimento, necessário indubitavelmente à higiene moral de qualquer ciência, é mais particularmente indispensável à nossa. Tendo os homens por objecto de estudo, se os homens não conseguirem compreender-nos, como não havemos nós, historiadores, de sentir que ficamos apenas a meio da nossa missão?

★

É possível, aliás, que não a tenhamos, na realidade, cumprido cabalmente. O esoterismo rebarbativo em que teimam fechar-se alguns dos melhores; a preponderância, na nossa produção de leitura corrente, do triste manual, que a obsessão de um ensino mal concebido põe no lugar da verdadeira síntese; o singular pudor que, mal saímos da oficina, parece coibir-nos, demonstra aos profanos os nobres tentames dos nossos métodos: todos estes maus hábitos, nascidos da acumulação de preconceitos contra-

ditórios, comprometem uma causa que é, todavia, bela. Todos esses maus hábitos se conjugam para entregar, sem defesa, a massa dos leitores aos ouropéis de uma pretensa história em que a ausência de seriedade, o pitoresco de pacotilha, os preconceitos políticos, pensam resgatar-se por uma suficiência imodesta: Maurras, Bainville ou Plekhanov afirmam onde Fustel de Coulanges ou Pirenne teriam duvidado. Entre a averiguação histórica, tal como se faz ou pretende fazer-se, e o público que lê, subsiste inegavelmente um mal-entendido. A grande querela das notas é um dos seus mais significativos sintomas, e citamo-la por pôr em causa manias bastante divertidas de ambas as partes.

As margens inferiores das páginas exercem sobre muitos eruditos uma atracção tal que chega ao desvario. É absolutamente absurdo atulhar esse espaço branco, como eles o fazem, de remissões bibliográficas, que uma lista posta na abertura do volume conseguiria, em grande parte, evitar; ou, o que é pior ainda, relegar para essas margens, por pura preguiça, longos desenvolvimentos cujo lugar estava indicado ser no próprio corpo da exposição: de maneira que o que há de mais útil nestes trabalhos tem de ir procurar-se, a maior parte das vezes, à cave. Mas quando certos leitores se lastimam de que a mais simples linha solitária, no fundo do texto, lhes dá volta aos miolos, quando certos editores pretendem que os seus clientes, talvez menos hipersensíveis de facto do que os pintam, sofrem um martírio à vista de uma folha assim aviltada, esses esquisitos dão provas simplesmente da sua impermeabilidade aos mais elementares preceitos de uma moral da inteligência. Porque, à parte os livres recreios da fantasia, só há o direito de se fazer uma afirmação sob a condição de poder ser verificada; e um historiador, se utilizar um documento, deve indicar, o mais concisamente possível, a sua proveniência, isto é, o modo de o localizar, dever que equivale a submeter-se

a uma regra universal de probidade. Envenenada de dogmas e de mitos, a nossa opinião, mesmo a menos inimiga das luzes, chegou ao ponto de perder o gosto da verificação. No dia em que, tendo tido primeiro o cuidado de não a desgostarmos com um pedantismo escusado, conseguirmos convencê-la a medir o valor de um conhecimento pela sua presteza em dar a mão à palmatória, as forças da razão terão alcançado uma das suas mais brilhantes vitórias. É exactamente para preparar essa opinião que se apoquentam as nossas humildes notas, as nossas referências minuciosas, de que zomba hoje, sem as compreenderem, tanta gente culta.

★

Os documentos que os primeiros eruditos compulsaram eram as mais das vezes escritos que se apresentavam a si mesmos ou que alguém apresentava, tradicionalmente, como de um autor ou de um tempo dados, e que deliberadamente narravam tal ou tais acontecimentos. Diziam a verdade? Eram realmente de Moisés os livros denominados mosaicos — e de Clóvis os diplomas que têm o seu nome? Que valiam as narrativas do *Êxodo* ou as das *Vidas* de santos? Era essa a questão. Mas, à medida que a história foi levada a utilizar cada vez mais os testemunhos involuntários, deixou de limitar-se a ponderar as afirmações explícitas dos documentos. Teve necessidade também de lhes extorquir os esclarecimentos que eles não pretendiam fornecer.

Ora, as regras críticas, que tinham dado as suas provas no primeiro caso, mostraram-se igualmente eficazes no segundo. Tenho na minha frente um maço de diplomas medievais. Alguns estão datados, outros não. Onde figura a indicação cumpre verificá-la: porque a experiência prova que pode ser falsa. Falta a indicação? Importa apurá-la. Em ambos os casos, servirão os mesmos meios. Suponhamos este exemplo: um diploma que, pela escrita (se se

trata de um original), pelo teor da língua latina, pelas instituições a que alude, pelo aspecto geral da ordenação, corresponde aos usos, fáceis de reconhecer, dos notários franceses de cerca do ano 1000. Se o diploma se apresenta como sendo da época merovíngia, fica denunciada a fraude. Não tem data? Ela aí está fixada com aproximação. Análogamente, o arqueólogo, quer se proponha classificar por épocas e por civilizações utensílios pré-históricos ou desmascarar falsas antiguidades, examina, aproxima, distingue as formas ou os processos de fabrico, conforme regras, em ambos os casos, basilarmente semelhantes. O historiador não é, cada vez menos o é, aquele juiz um pouco caturra de que certos manuais de iniciação, se não houvesse cuidado, imporiam facilmente uma imagem desagradável. É claro que o historiador não se tornou crédulo. Soube que as suas testemunhas podem enganar-se ou mentir. Mas, antes de mais, preocupa-se com fazê-las falar, para as compreender. Um dos feitos mais apreciáveis do método crítico foi ter conseguido, sem modificar os seus primeiros princípios, continuar a orientar a investigação no sentido da-quele alargamento.

Seria contudo má vontade negá-lo: o mau testemunho não foi apenas o excitante que provocou os primeiros esforços de uma técnica da verdade. Continua a ser o caso simples de que esta tem necessariamente de partir para realizar as suas análises.

II. — Em perseguição da mentira e do erro

De todos os venenos capazes de viciar um testemunho, o mais virulento é a impostura.

Esta, por sua vez, pode assumir duas formas. É, em primeiro lugar, o embuste quanto ao autor e à data: o falso, no sentido jurídico da palavra. As cartas publicadas com a assinatura de Maria Antonieta não foram

escritas por ela; sucede que foram forjadas no século XIX. Vendida no Louvre como antiguidade cito-grega do século III antes da nossa era, a tiara dita de Saltafernes fora cinzelada em Odessa, em 1895. Vem, depois, a fraude quanto ao fundo. César, nos seus *Comentários*, cuja paternidade não pode ser contestada, conscientemente deformou e omitiu muito. A estátua que mostram em S. Dinis como representando Filipe, o Bravo, é de facto a figura funerária do rei tal como foi executada depois da sua morte; mas tudo indica que o escritor se limitou a reproduzir um modelo convencional, que de retrato só tem o nome.

Ora, estes dois aspectos da mentira levantam problemas muito distintos, cujas soluções não se implicam mutuamente.

Decerto que a maioria dos escritos assinados com um nome suposto mentem também pelo conteúdo. Os protocolos dos sábios do Sião, além de não serem dos sábios do Sião, afastam-se na sua substância da verdade tanto quanto é possível. Um pseudodiploma de Carlos Magno revela-se, após exame, como forjado dois ou três séculos mais tarde? Pode apostar-se que a magnanimidade atribuída ao imperador foi igualmente inventada. Isto mesmo, no entanto, não deve ser admitido antecipadamente, pois certos documentos foram fabricados com o fim exclusivo de repetir as disposições de diplomas perfeitamente autênticos que se tinham perdido. Excepcionalmente, um falso pode dizer a verdade.

Deveria ser supérfluo lembrar que, ao invés, os testemunhos mais insuspeitos na sua confessada proveniência não são por isso, necessariamente, testemunhos verídicos. Mas, antes de aceitarem um documento como autêntico, os eruditos atormentam-se tanto a pesá-lo nas suas balanças que não têm sempre, em seguida, estoicismo bastante para lhe criticar as afirmações. A dúvida, em particular, hesita naturalmente perante os escritos que se apresentam ao abrigo de garantias juri-

dicas impressionantes: diplomas oficiais ou contratos privados, por pouco que estes últimos tenham sido solenemente validados. Nem uns nem outros são, todavia, dignos de muito respeito. Em 21 de Abril de 1834, antes do processo das Sociedades Secretas, Thiers escrevia ao prefeito do Baixo Reno: «Recomendo-vos a melhor atenção no que respeita ao vosso contributo de documentos para o grande processo que vai instruir-se... O que importa esclarecer perfeitamente é a correspondência de todos os anarquistas; é a última conexão dos acontecimentos de Paris, Sião, Estrasburgo; é, numa palavra, a existência de uma vasta conspiração abrangendo a França inteira.» Eis incontestavelmente uma documentação oficial bem preparada. Quanto à miragem das cartas devidamente seladas, devidamente datadas, a menor experiência do presente basta para a dissipar. Ninguém o ignora: os documentos notariais mais regularmente elaborados pululam de inexactidões voluntárias, e eu lembro-me de ter há pouco tempo antefadado, segundo me ordenaram, a minha assinatura numa acta encomendada por uma das grandes repartições do Estado. Os nossos antepassados não eram a este respeito mais exigentes. «Dado em tal dia, em tal lugar», lê-se no fim dos diplomas reais. Mas consultai o diário de viagem do soberano. Veremos por mais de uma vez que no dito dia ele estanciava, de facto, a várias léguas desse lugar. Inúmeras cartas de libertação de servos que ninguém pensava, sem loucura, arguir de falsas, afirmam-se concedidas por pura caridade, quando podemos colocar em face delas a factura com o preço pago pela liberdade.

★

Mas verificar o embuste não chega. É preciso descobrir-lhe também os motivos. Quanto mais não seja para melhor o identificar como tal. Enquanto continuar a haver uma dúvida acerca das origens do embuste, fica

nele um resíduo rebelde à análise; e, por consequência, o embuste fica apenas meio provado. Além de que uma mentira, como tal, é à sua maneira um testemunho. Demonstrar, sem mais, que o célebre diploma de Carlos Magno relativo à igreja de Aix-la-Chapelle não é autêntico — é evitar um erro, não é adquirir um conhecimento. Conseguiremos nós, pelo contrário, determinar que a falsificação foi composta na corte de Frederico Barba-Roxa?, que teve por razão de ser servir os grandes senhores imperiais? Abre-se um caminho novo para vastas perspectivas históricas. Aí temos, portanto, a crítica conduzida a procurar, atrás da impostura, o impostor; quer dizer, conforme à própria divisa da história, o homem.

Seria pueril pretender enumerar, na sua infinita variedade, as razões que podem levar a mentir. Mas os historiadores naturalmente inclinados a intelectualizar excessivamente a humanidade procederão ponderadamente se se lembrarem de que nem todas essas razões são razoáveis. Em certos seres, a mentira (ainda que geralmente associada a um complexo de vaidade e de recalçamento) torna-se quase, segundo a terminologia de André Gide, um «acto gratuito». O sábio alemão que se deu ao trabalho de redigir, em muito bom grego, a história oriental cuja paternidade atribuiu ao fictício Sanchoniathon, teria facilmente adquirido, com menor custo, uma estimável reputação de helenista. Filho de um membro do Instituto, convidado ele próprio mais tarde a figurar nessa honrosa Companhia, Francisco Lenorman entrou na carreira aos 17 anos, mistificando o seu próprio pai com a falsa descoberta das inscrições da Capela de Santo Elói, inteiramente fabricadas por suas mãos; já velho e carregado de honrarias, o seu último golpe de mestre foi, diz-se, o de publicar como originárias da Grécia algumas banais antiguidades pré-históricas que ele tinha simplesmente recolhido nos campos de França.

Ora, assim como há indivíduos mitómanos, há épocas da mesma espécie. Tal foi o caso, pelo fim do século VIII

e princípios do seguinte, das gerações pré-românticas ou românticas. Poemas pseudocélticos assinados com o nome de Ossian; epopeias, baladas, que Chatterton acreditou escrever em velho inglês; poesias pretensamente medievais de Clotilde de Surville; canções bretãs imaginadas por Villemarqué; canções pretensamente traduzidas do croata por Mérimée; canções heróicas checas do manuscrito de Kravoli-Dvor — e basta: foi de uma ponta à outra da Europa, durante algumas décadas, como que uma vasta sinfonia de fraudes. A Idade Média, sobretudo do século VIII ao XII, é outro exemplo desta epidemia colectiva. Por certo, a maioria dos falsos diplomas, dos falsos decretos pontifícios, das falsas capitulares, forjados nesta época, em tão grande número, o foram por interesse. Garantir a uma igreja um património contestado, apolar a autoridade da Cúria Romana, defender os monges contra o Bispo, os bispos contra os metropolitas, o Papa contra os soberanos temporais, o Imperador contra o Papa, os falsários não viam mais longe. Mas o facto mais característico é que colaboraram em tais embustes personagens de uma piedade e, muitas vezes, de uma virtude incontestáveis. Visivelmente, quase não ofuscavam a moralidade comum. Quanto ao plágio, parecia a todos, nesses tempos, o acto mais inocente do mundo: o cronista, o hagiógrafo, apropriavam-se sem remorso de passagens inteiras dos escritos de autores mais antigos. Nada menos «futurista», no entanto, que essas duas sociedades, aliás de tipo tão diferente. A Idade Média não conhecia outro fundamento da sua fé, como do seu direito, que não fosse a lição de seus maiores. O romantismo pretendia desse-dentar-se na fonte viva do primitivo, como do popular. Deste modo, os períodos mais afeiçoados à tradição foram também aqueles que se mostraram mais atrevidos com os seus respectivos ascendentes. Como se, por singular desforra de uma irresistível necessidade de criação, à força de venerar o passado se fosse naturalmente conduzido a inventá-lo.

★

No mês de Julho de 1857, o matemático Michel Chasles comunicou à Academia das Ciências todo um lote de cartas inéditas de Pascal, que lhe vendera o seu fornecedor habitual, o ilustre falsário Vrain-Lucas. Delas se depreendia que o autor das *Provinciales* tinha, antes de Newton, formulado o princípio da atracção universal. Espanto de um sábio inglês. Como explicar, dizia ele, em suma, que esses textos contivessem medidas astronómicas efectuadas muitos anos depois da morte de Pascal e de que o próprio Newton só tivera conhecimento depois de publicadas as primeiras edições da sua obra? Vrain-Lucas não era homem para se embarçar por tão pouco. Regressou à sua banca de trabalho e, em breve, reabastecido por seus desvelos, Chasles pôde apresentar outros autógrafos. Desta vez tinham Galileu por signatário; por destinatário, Pascal. Assim o enigma ficava esclarecido: o ilustre astrónomo fornecera as observações; Pascal, os cálculos. Tudo isto, de ambas as partes, secretamente. É certo que Pascal, aquando da morte de Galileu, só tinha 18 anos. Mas, que importava! Mais uma razão para admirar a precocidade do seu génio.

Eis, no entanto, notou o infatigável contraditor, uma outra coisa estranha: numa das suas cartas, datada de 1641, vemos Galileu lamentar-se por só escrever à custa de muita fadiga dos seus olhos. Ora, não sabemos nós que desde o fim do ano de 1637 ele estava na realidade completamente cego? Perdão, replicou pouco depois o bom Chasles; concordo que toda a gente tem acreditado em tal cegueira. Mas sem razão. Porque surgido na altura própria para confundir o erro comum, posso agora lançar no debate um documento decisivo. A 2 de Dezembro de 1641 um outro sábio italiano comunicava a Pascal: Galileu, cuja vista na verdade vinha enfraquecendo há alguns anos, acabara de perdê-la por completo justamente nessa

altura... Nem todos os impostores, seguramente, ostentam tanta fecundidade como Vrain-Lucas; nem todos os intrujados a candura da sua lamentável vítima; mas que o insulto à verdade seja uma engrenagem, que toda a mentira desencadeie quase forçosamente na sua sequência muitas outras, chamadas a prestarem-se, pelo menos aparentemente, um apoio mútuo — a experiência da vida ensina-o e a da história confirma-o. Por isso tantas falsificações célebres se apresentam aos cachos. Falsos privilégios da sé de Canterbury, falsos privilégios do ducado da Áustria — subscritos por tantos grandes soberanos, de Júlio César a Frederico Barba-Roxa —, falsos documentos, em arborização genealógica, do caso de Dreyfus: dir-se-ia (e eu não quero citar senão alguns exemplos) como que a pululação de colónias microbianas. A fraude, por natureza, gera a fraude.

★

Há, finalmente, uma forma mais insidiosa do embuste. Em vez da contraverdade brutal, inteira e, se é lícito dizê-lo, franca, é o arranjo sorrateiro; interpolações em diplomas autênticos; na narração, sobre um fundo grosseiramente verídico de pormenores inventados. Interpola-se geralmente por interesse. Floreia-se muitas vezes para embelezar. Muita vez se têm denunciado os estragos que uma estética falaciosa exerceu na historiografia antiga ou medieval. O seu quinhão não é talvez muito menor na nossa imprensa. Ainda que à custa da veracidade, o mais modesto novelista compõe naturalmente as suas personagens segundo as convenções de uma retórica a que o andar dos tempos não tirou o prestígio, e, nas nossas redações, Aristóteles e Quintiliano contam mais discípulos do que habitualmente se julga.

Mesmo certas condições técnicas parecem favorecer estas deformações. Quando o espião Bolo foi condenado, em 1917, um quotidiano, diz-se, publicou, em 6 de Abril, o relato da execução. Marcada, com efeito, para essa data,

a execução só veio realmente a verificar-se onze dias mais tarde. O jornalista tinha preparado a sua «notícia» de antemão; convencido de que o acontecimento se daria no dia previsto, pensou ser inútil verificar. Eu não sei se esta história é fiel. Erros tão grandes são decerto excepcionais. Mas não há inverosimilhança nenhuma na suposição de que se preparem às vezes antecipadamente reportagens de cenas previstas, pois que, para andar mais depressa, cumpre, acima de tudo, entregar o original a tempo. Quase sempre, convençamo-nos disso, o rascunho, depois da observação, será modificado, se houver motivo para tal, em todos os pontos importantes; é duvidoso, pelo contrário, que se retoquem os traços acessórios, tidos por convenientes ao colorido do relato e que ninguém pensará verificar. Pelo menos assim parece ao profano que sou. Conviria que um homem do ofício nos trouxesse, a este respeito, aclarações sinceras. O jornal infelizmente ainda não encontrou o seu Mabillon. O que é certo é que a obediência a um código, um pouco cedido, de decoro literário, o respeito de uma psicologia estereotipada, a paixão do pitoresco, não estão prestes a perder o seu lugar na galeria dos fatores de mistificação.

★

Da dissimulação pura e simples ao erro involuntário vão muitas gradações. Quanto mais não seja, por causa da fácil metamorfose graças à qual a balela mais sincera se transforma, se a ocasião é propícia, em pura mentira. Inventar supõe um esforço que repugna à preguiça mental comum à maioria dos homens. Quão mais cómodo é aceitar complacentemente uma ilusão, espontânea na origem, que lisonjeia o interesse do momento!

Veja-se o célebre episódio do «avião de Nuremberga». Ainda que o caso nunca tenha sido perfeitamente esclarecido, parece certo que um avião comercial francês sobrevoou a cidade poucos dias antes da declaração de guerra.

É provável que o tomassem por um aparelho militar. Não é inverosímil que, numa população já sujeita aos fantasmas do conflito próximo, se tenha espalhado o boato de bombas, aqui e ali lançadas. É certo, porém, que não foram lançadas; que os governantes do Império Alemão possuíam todos os meios para reduzir esse boato falso a nada; que, conseqüentemente, aceitando-o, sem verificação, para dele fazerem um pretexto de guerra, mentiram de facto. Mas sem inventar coisa nenhuma, sem mesmo talvez terem, de início, uma consciência muito clara da sua impostura. Acreditou-se no absurdo porque era útil acreditar. De todos os tipos de mentira, aquela que se diz a si mesmo não é das menos frequentes, e a palavra «sinceridade» oculta um conceito algo tosco, que não deve ser manejado sem nele introduzirmos muitos cambiantes.

★

Não é menos verdade que muitas testemunhas se enganam com inteira boa fé. É chegado o momento de o historiador aproveitar os preciosos resultados com que, desde há algumas décadas, a observação equipou uma disciplina quase nova: a psicologia do testemunho. Na medida em que interessam os nossos estudos, essas aquisições parecem ser, no essencial, as seguintes.

A acreditar em Guilherme de Saint-Thierry, o seu discípulo e amigo São Bernardo ficou um dia muito surpreendido ao saber que a capela em que, quando jovem monge, acompanhava diariamente os officios divinos, se abria na abside por três janelas; pensara sempre que só havia uma. O hagiógrafo, por sua vez, espanta-se com o facto e maravilha-se: que perfeito servidor de Deus um tal desprendimento das coisas terrenas não anunciava? É certo que Bernardo parece bem ter sido de uma distração pouco comum; se pelo menos é verdade, como se conta também, que lhe aconteceu mais tarde caminhar durante um dia inteiro ao lado do lago Léman sem disso se

aperceber. Numerosas provas, no entanto, o atestam: para nos enganarmos grosseiramente acerca das realidades que deveriam, parece, ser mais bem conhecidas por nós, não é necessário contarmo-nos entre os príncipes da mistura. Os estudantes do Prof. Claparède, em Genebra, mostraram-se, no decurso de experiências célebres, tão incapazes de descrever correctamente o vestibulo da sua Universidade como o Doutor «da palavra de mel» a igreja do seu mosteiro. A verdade é que, na maioria dos cérebros, o mundo que nos cerca só encontra mediocres aparelhos de registo. Acrescente-se que, não sendo os testemunhos propriamente senão a expressão de recordações, os erros iniciais da percepção correm sempre o risco de se confundir com erros de memória, dessa fluida, dessa coleante memória, denunciada já por um dos nossos velhos juristas.

Em certos espíritos, a inexactidão toma aspectos verdadeiramente patológicos. Será muita irreverência propor, para esta psicose, o nome de «doença de Lamartine»?

Toda a gente sabe que essas pessoas são geralmente as mais prontas a afirmar. Mas, se isto é assim com testemunhas mais ou menos suspeitas e seguras, a experiência prova que não encontramos testemunhas cujos dizeres sejam igualmente dignos de fé acerca de todos os assuntos e em todas as circunstâncias. Em sentido absoluto, a boa testemunha não existe; existem só bons ou maus testemunhos. Duas ordens de causas, principalmente, alteram, mesmo no homem melhor dotado, a veracidade das imagens cerebrais. Uma depende do estado momentâneo do observador: são a fadiga, por exemplo, ou a emoção. Outras, do grau da sua atenção. Com poucas excepções, só vemos, ou só ouvimos bem, aquilo que procuramos conhecer. Um médico dirige-se à cabeça de um doente; acredito naturalmente mais no que me disser acerca do seu paciente, cujo comportamento examinou cuidadosamente, do que acerca dos móveis do quarto, ao qual lançou provavelmente um olhar dis-

traído. É por isso que, mau grado um preconceito muito vulgar, os objectos mais familiares — como, para São Bernardo, a capela de Clister — se contam usualmente entre aqueles a respeito dos quais é mais difícil de obter uma descrição exacta: porque a familiaridade leva quase necessariamente à indiferença.

Ora, muitos acontecimentos históricos só puderam ser observados em momentos de violenta perturbação emotiva, ou por testemunhas cuja atenção, quer solicitada muito tarde, se houve surpresa, quer retida pelas preocupações de acção imediata, cuja atenção, dizia, era incapaz de incidir com vigor suficiente nos aspectos a que o historiador atribuiria hoje em dia, com razão, um interesse predominante. Há casos célebres. O primeiro tiro que, em 25 de Fevereiro de 1848, diante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desencadeou o tumulto — donde sairia, por sua vez, a Revolução —, foi atirado pela tropa?, ou pela multidão? Provavelmente nunca o saberemos. Como, por outro lado, no que diz respeito aos cronistas, tomaremos daqui em diante a sério os grandes trechos descritivos, as pinturas minuciosas dos vestuários, dos gestos, das cerimónias, dos episódios guerreiros, por que rotina obstinada haveremos de conservar a menor ilusão acerca da veracidade de todo esse bricabraque, de que se nutriam as obrinhas dos historiadores românticos, como havemos de tomar tudo isso a sério, se podemos verificar que nem uma só testemunha está em condições de fixar com correcção, na sua integridade, os pormenores acerca dos quais se interrogaram tão ingenuamente os velhos autores? Quando muito, esses quadros dão-nos o cenário das acções tal como, no tempo do escritor, se imaginava que devia ter sido. Isto é extremamente instrutivo; não é o género de informações que os amadores de pitoresco pedem geralmente às suas fontes.

Convém, entretanto, ver até que ponto estas observações, pessimistas talvez, apenas na aparência, hipotecam doravante os nossos estudos. Tais observações não atin-

gem a estrutura elementar do passado. As palavras de Bayle continuam a ser justas. «Nunca se há-de objectar nada que valha contra esta verdade que César venceu Pompeu e que, seja qual for o princípio a respeito do qual se discuta, nunca se encontrarão coisas mais inabalaáveis do que esta proposição: *César e Pompeu existiram e não foram uma simples modificação da alma daqueles que escreveram a sua vida.*» É verdade: se não ficassem como certos senão alguns factos deste tipo privados de explicação, a história reduzir-se-ia a uma série de grosseiras notações, sem grande valor intelectual. Felizmente não é o caso. As únicas causas que a psicologia do testemunho afecta assim de uma frequente incerteza são os antecedentes absolutamente imediatos. Podemos comparar um grande acontecimento a uma explosão. Em que condições, exactamente, se produz o último choque molecular, indispensável à expansão do gás? Será muitas vezes forçoso resignarmo-nos à ignorância. É sem dúvida lamentável, mas os químicos não estão sempre em melhor posição que os historiadores. O que não impede que a composição da mistura detonante não seja perfeitamente susceptível de análise. Considere-se a Revolução de 1848. Por estranha aberração, pois foi um movimento claramente determinado, alguns historiadores pretenderam fazer dela o tipo acabado do acontecimento fortuito, quando a verdade é que numerosos factores, muito diversos e activos, vinham há muito a preparar-se, como Tocqueville logo pressentiu. A fuzilaria do Boulevard des Capucines não foi apenas a pequenina faúlha derradeira?

Além disso, como veremos, as causas próximas não escapam somente, com frequência, à observação dos nossos informadores e, por consequência, à nossa. Em si próprias, constituem também na história a parte privilegiada do imprevisível, do «acaso». Podemos consolar-nos, sem grande mágoa, pois as fraquezas do testemunho dissimulam-nas geralmente aos nossos instrumentos mais subtis. Mesmo mais bem conhecidos, o seu encontro com

as grandes cadeias causais da evolução representaria o resíduo de mentiras que a nossa ciência não conseguirá jamais eliminar, que ela não tem o direito de pretender eliminar. Quanto às forças íntimas dos destinos humanos, às vicissitudes da mentalidade ou da sensibilidade, das técnicas, da estrutura social ou económica, os testemunhos que interrogamos a esse respeito quase não estão sujeitos às fragilidades da percepção momentânea. Por uma harmonia feliz, que Voltaire já entrevira, o que há em história de mais profundo poderá ser também o que há de mais seguro.

★

Eminentemente variável de indivíduo para indivíduo, a faculdade de observação também não é uma constante social. A certas épocas faltou mais do que a outras. Por medíocre, por exemplo, que seja ainda hoje, entre a maioria dos homens, a apreciação dos números, não é já tão universalmente falível como entre os cronistas medievais; a nossa percepção, como a nossa civilização, está impregnada de matemática. No entanto, se os erros do testemunho não fossem determinados, em última análise, senão pelas fraquezas dos sentidos ou da atenção, o historiador deveria afinal quase abandonar o seu estudo ao psicólogo. Mas, para além desses pequenos acidentes cerebrais, de feição bastante comum, muitos dos erros remontam a causas, aliás significativas, de uma atmosfera social particular. Por isso assumem frequentemente, por seu lado, como a mentira, um valor documental.

No mês de Setembro de 1917, o regimento de infantaria a que eu pertencia ocupava as trincheiras do Chemin des Dames, ao norte da pequena cidade de Braisne. Numa surtida fizemos um prisioneiro. Era um reservista, negociante de seu ofício e originário de Bremen, sobre o Weser. Pouco depois, chegou-nos um curiosa história da retaguarda. «A espionagem alemã é espantosa!», diziam

mais ou menos esses camaradas bem informados. «ApANHAMOS um dos seus pequenos postos no coração mesmo da França. E quem vamos lá encontrar? Um comerciante estabelecido do tempo da paz a alguns quilómetros dali: em Braisne.» O disparate é evidente. Evitemos no entanto explicá-lo com simplicidade demasiada. Atribuí-lo, sem mais, a um erro de audição seria, ao fim e ao cabo, exprimirmo-nos com bastante inexactidão. Porque, mais do que mal ouvido, o nome verdadeiro fora sem dúvida mal compreendido: não prendia a atenção por ser geralmente desconhecido. Por uma inclinação natural do espírito, as pessoas acreditaram ter percebido em vez dele um nome familiar. Mas há mais. Nesse primeiro trabalho de interpretação encontrava-se já implicado um outro, também inconsciente. A imagem muitas vezes verídica das astúcias alemãs fora popularizada por inúmeras descrições: deleitava vivamente a sensibilidade romanesca das multidões. A substituição de Bremen por Braisne harmonizava-se tão bem com esta obsessão que se impôs, de algum modo, espontaneamente. Ora, é esse o caso de um grande número de formações do testemunho. O erro é quase sempre orientado de antemão. Sobretudo não se espalha, não toma corpo, senão na medida em que se concilia com os preconceitos da opinião vulgar; torna-se então como que o espelho em que a consciência colectiva contempla as suas próprias feições. Muitas casas belgas apresentam, nas suas fachadas, estreitas aberturas, destinadas a facilitar aos rebocadores a colocação dos andaimes; os soldados alemães, em 1914, nunca teriam sonhado ver seteiras, preparadas pelos franco-atiradores, nesses inocentes dispositivos dos pedreiros, se a sua imaginação não viesse sendo alucinada, desde há muito, pelo medo das guerrilhas. As nuvens não mudaram de forma desde a Idade Média. Nós, porém, já não vemos nelas nem cruces nem espadas miraculosas. A cauda do cometa observada pelo grande Ambroise Paré não era talvez muito diferente das que varrem às vezes os céus de

hoje. Não obstante, ele supôs que via toda uma panóplia de armas extraordinárias. A obediência à superstição geral triunfara do rigor habitual do seu olhar, e o seu testemunho, como tantos outros, elucida, não acerca do que na realidade viu, mas do que no seu tempo se julgava ver.

★

No entanto, para que o erro de uma testemunha se torne o de muitos homens, para que uma má observação se transforme num falso rumor, é preciso também que o estado da sociedade favoreça tal difusão. Nem todos os tipos sociais lhe são, muito longe disso, igualmente favoráveis. Sob este aspecto, as extraordinárias perturbações da vida colectiva que as nossas gerações viveram são admiráveis experiências. As do momento presente, para dizer a verdade, estão próximas de mais para serem, por ora, objecto de uma análise exacta. A guerra de 1914-18 permite um maior receio.

Todos sabem quanto esses quatro anos foram fecundos em notícias falsas. Especialmente entre os que combatiam. E na sociedade muito característica das trincheiras que se afigura mais interessante estudar a sua formação. O papel da propaganda e da censura foi, à sua maneira, considerável. Mas exactamente inverso do que os criadores dessas instituições esperavam. Como disse muito bem um humorista: «prevalecia nas trincheiras a opinião de que podia ser tudo verdadeiro, excepto o que deixavam publicar.» Ninguém acreditava nos jornais; nas cartas, pouco mais; porque, além de chegarem irregularmente, passavam por sêr muito vigiadas. Daí um recrudescimento prodigioso da tradição oral, mãe antiga das lendas e dos mitos. Num lance audacioso que o mais intemerato dos experimentadores nunca se teria atrevido a sonhar, os governos, anulando os séculos passados, faziam regressar o soldado da frente de combate aos meios de informação

e ao estado de espírito dos tempos idos, antes do jornal, antes da folha de notícias, antes do livro.

Não era, usualmente, na linha de fogo que os boatos nasciam. Os pequenos grupos estavam demasiado isolados uns dos outros para isso. O soldado não tinha o direito de se deslocar sem autorização; só o fazia, aliás, na maior parte dos casos, com risco da sua vida. As vezes, circulavam viajantes intermitentes: agentes de ligação, telefonistas que reparavam as linhas, observadores de artilharia. Essas personagens importantes conviviam pouco com o simples soldado. Mas havia também comunicações periódicas muito mais importantes. Eram exigidas pelos problemas da alimentação. A ágora desse pequeno mundo dos abrigos e dos postos de sentinela foram as cozinhas, onde, uma ou duas vezes por dia, os abastecedores vindos de diversos pontos do sector se encontravam e conversavam uns com os outros ou com os cozinheiros. Estes sabiam muito, porque, colocados na encruzilhada de todas as unidades, tinham, por outro lado, o raro privilégio de poderem trocar diâriamente algumas palavras com os condutores do trem do regimento, homens afortunados que bivacavam na vizinhança dos estados-maiores. Assim, durante alguns momentos, à volta das fogueiras ao ar livre ou do lume das cozinhas de campanha, se formavam vínculos precários entre meios singularmente diferentes. Depois, as faxinas abalavam por pistas e veredas, e levavam consigo até aos postos mais avançados, com as suas marmitas, informações verdadeiras ou falsas, em todo o caso quase sempre deformadas, e prontas lá na frente para nova elaboração. Sobre os planos directivos, um pouco atrás das linhas entrelaçadas que desenhavam as primeiras posições, seria possível sombrear com tracejados uma faixa contínua: seria a zona da formação das lendas.

Ora, a história conheceu mais de uma sociedade regida, em linhas gerais, por condições análogas; com esta diferença: em vez de serem efeito passageiro de uma crise

absolutamente excepcional, constituíam a trama normal da vida. Aí, a transmissão oral era também quase a única eficaz. Lá também as ligações entre elementos muito fragmentados operavam-se quase exclusivamente graças a intermediários especializados, ou em pontos de junção definidos. Bufarinheiros, jograis, peregrinos e mendigos tinham então o papel do errante povo miúdo das trincheiras. Os encontros periódicos verificavam-se nos mereados e romarias. Assim era, por exemplo, durante a Alta Idade Média. Feitas à custa de interrogatórios tendo os viandantes por informadores, as crônicas monásticas assemelham-se muito a livros de lembranças que fossem redigidos pelos nossos cabos de infantaria, se tivessem gosto para tanto. Essas sociedades de então foram sempre, para as notícias falsas, um excelente caldo de cultura. Relações frequentes entre os homens tornam fácil a comparação entre as diversas narrativas. Estimulam o sentido crítico. Pelo contrário, acredita-se muito no narrador que, com longos intervalos, traz por caminhos difíceis rumores longínquos.

III. — Ensaio de uma lógica do método crítico

A crítica do testemunho, que opera sobre realidades psíquicas, permanecerá para sempre uma arte subtil. Não há para ela um livro de receitas. Mas é também uma arte racional que assenta na prática metódica de algumas grandes operações do espírito. Tem, numa palavra, a sua dialéctica peculiar, que convém procurar esclarecer.

★

Suponhamos que, de uma civilização desaparecida, ficou um único objecto; que, além disso, as condições da sua descoberta impossibilitam relacioná-lo mesmo com vestígios estranhos ao homem, tais como sedimentações

geológicas (porque, nesta pesquisa de ligações, a natureza inanimada pode ter sua parte). Será completamente impossível datar este vestígio único e formular um parecer sobre a sua autenticidade. Efectivamente, não se restitui uma data, não se verifica e, em suma, nunca se interpreta, um documento a não ser por inserção numa série cronológica ou num conjunto síncrono. Foi pela aproximação dos diplomas merovíngios tanto entre si como com outros textos diferentes, de época ou de natureza, que Mabillon fundou a diplomática; foi do confronto das narrativas evangélicas que nasceu a exegese. Na base de quase toda a crítica inscreve-se um trabalho de comparação.

Mas os resultados desta comparação nada têm de automático. Ela conduz, necessariamente, à revelação tanto de semelhança como de diferenças. Ora, conforme os casos, a concordância de um testemunho com os testemunhos parecidos pode impor conclusões exactamente inversas.

★

Cumpra considerar, primeiro, o caso elementar da narrativa. Nas suas *Memórias*, que fizeram pulsar tantos corações juvenis, conta Marbot, com uma grande abundância de pormenores, um rasgo de bravura em que ele se apresenta como herói: a darmos-lhe crédito, ele teria, na noite de 7 para 8 de Maio de 1809, atravessado numa barca as ondas encapeladas do Danúbio, em plena cheia, para raptar na outra margem alguns prisioneiros austriacos. Como verificar a anedota? Apellando para outros testemunhos. Possuímos ordens, guias de marcha, relatórios dos exércitos presentes; atestam que, durante a famosa noite, o corpo austriaco, de que Marbot pretende ter encontrado os acampamentos na margem esquerda, ocupava ainda a outra margem. Da própria *Correspondência* de Napoleão deduz-se, por outro lado, que a 8 de Maio não tinha ainda começado a cheia. Finalmente, encontrou-se um pedido de promoção elaborado, em 30 de

Junho de 1809, pelo próprio Marbot. Entre os títulos alegados, nem uma palavra da sua pretensa aventura do mês precedente. De um lado temos as *Memórias*; do outro, todo um maço de textos que as desmentem. Há que desempatar estas testemunhas irreconciliáveis. Qual das alternativas parece mais verosímil? Que, por essa mesma altura, os estados-maiores, o próprio imperador, se enganassem (a menos que, só Deus sabe porquê, tenham deliberadamente alterado a realidade); que o Marbot de 1809, com a doença da promoção, tenha pecado por insensata modéstia; ou que, muito mais tarde, o velho guerreiro, cuja bazófia é aliás notória, tenha de novo feito claudicar a verdade? Ninguém, com certeza, hesitará: as *Memórias* mentiram uma vez mais.

Neste caso, pois, a verificação de um desacordo arruinou um dos testemunhos opostos. Um deles tinha de sucumbir. Assim o exigia o mais universal dos postulados lógicos: o princípio de contradição proíbe impiedosamente que um acontecimento possa ao mesmo tempo ser e não ser. Encontram-se por esse mundo fora eruditos cuja indulgência se esgota a descobrir um meio termo entre afirmações antagónicas: lembram aquele garoto que, interrogado sobre qual era o quadrado de 2, como um dos companheiros lhe soprasse «4» e outro «8», julgou acertar em cheio respondendo «6».

Faltava depois decidir qual o testemunho a rejeitar e qual o que devia preferir-se. Decidiu-o uma análise psicológica: pesaram-se, sucessivamente, as razões presumíveis da verdade, da mentira ou do erro, nas diferentes testemunhas. Sucedeu, no caso em referência, que a apreciação tinha um carácter de evidência quase absoluta. Noutras circunstâncias, não deixará de mostrar-se afectada por um muito maior coeficiente de incerteza. As conclusões que assentam num fino doseamento de motivos supõem uma longa gradação, desde o infinitamente provável ao tangentemente verosímil.

★

Vejamos agora exemplos de um outro tipo.

Um diploma, que se diz do século XII, está escrito em papel, quando todos os originais da época encontrados até agora o são em pergaminho; a forma das letras apresenta-se muito diferente do desenho que se observa em outros documentos da mesma data; a expressão abunda em palavras e em formas estilísticas estranhas ao seu uso unânime. Ou então um utensílio pretensamente paleolítico revela processos de fabrico empregados, que saibamos, somente em épocas muito próximas de nós. Concluiremos que o diploma, que o utensílio, são falsos. Como no caso atrás referido, o desacordo condena. Mas por razões de natureza muito diferente.

A ideia que, desta vez, orienta a argumentação é que, numa mesma geração de uma mesma sociedade, reina uma similitude de costumes e de técnicas suficientemente forte para não ser possível a nenhum indivíduo afastar-se sensivelmente da prática comum. Nós temos por certo que um francês do tempo de Luís VII desenhava as letras pouco mais ou menos como os seus contemporâneos (7); que se exprimia pouco mais ou menos nos mesmos termos; que se servia das mesmas matérias; temos por certo que, se um operário das tribos magdalenianas dispusesse, para afiar as pontas de osso, de uma serra mecânica, também os seus camaradas se teriam servido dela como ele. Em resumo: o postulado é aqui de ordem sociológica. As noções de endosmose colectiva, de pressão do número, de imperiosa imitação sobre que assenta o postulado, confirmadas, sem dúvida alguma, no seu valor geral, por uma experiência constante da humanidade, confundem-se, no seu conjunto, com o conceito mesmo de civilização.

★

A semelhança não deverá no entanto ser grande de mais, caso em que deixaria de depor a favor do testemunho. Constituiria, pelo contrário, a sua condenação.

Quem quer que tenha tomado parte na batalha de Waterloo soube que Napoleão foi vencido. O testemunho, bastante original, que negasse a derrota seria considerado por nós como um falso testemunho. Por outro lado, admitimos que não haja muitas maneiras diferentes de dizer em francês que Napoleão foi vencido em Waterloo, se nos limitarmos a esta simples e grosseira verificação. Mas suponhamos que duas testemunhas, ou tidas como tal, descrevem a batalha exactamente com a mesma linguagem. Ou que, apesar de uma certa diversidade de expressão, o fazem exactamente com os mesmos pormenores. Concluímos sem hesitar que um dos dois copiou o outro ou que copiaram ambos um modelo comum. A nossa razão recusa-se, efectivamente, a admitir que, colocados necessariamente em pontos diferentes do espaço e dotados de faculdades de atenção desiguais, dois observadores tenham podido anotar, ponto por ponto, os mesmos episódios; que, entre as inúmeras palavras da língua francesa, dois escritores, trabalhando independentemente um do outro, tenham fortuitamente escolhido os mesmos termos, ordenados da mesma maneira, para contarem as mesmas coisas. Se dois relatos se apresentam como inspirados directamente na realidade, temos de convir, portanto, que um deles, pelo menos, mente.

Considerai ainda, em dois monumentos antigos, esculpidas num lado e noutro da pedra, duas cenas de guerra. Referem-se a campanhas diferentes. Estão representadas, contudo, quase da mesma maneira. Dirá o arqueólogo: «um dos dois artistas plagiou, com certeza, o outro, a menos que se tenham ambos limitado a reproduzir um modelo de escola.» Pouco importa que os combates tenham sido separados somente por um curto intervalo; e que tenham oposto talvez adversários procedentes dos mesmos povos — Egípcios contra Hititas, Assur contra Elam. O que é certo é que nos revoltamos contra a ideia de que, na imensa variedade das atitudes humanas, duas acções distintas, em momentos diferentes, tenham podido ver

repetirem-se exactamente os mesmos gestos. Como testemunho dos fastos militares que simula descrever, uma das duas imagens, pelo menos — quando não as duas —, é propriamente um testemunho falso.

Assim, a crítica move-se entre estes dois extremos: a similitude que justifica e a similitude que desacredita. É que o acaso das coincidências tem seus limites, e, pensando bem, são bastante lassas as malhas do acordo social. Por outras palavras: julgamos que há no universo e na sociedade bastante uniformidade para excluir a eventualidade de desvios muito acentuados. Mas esta uniformidade, tal como no-la representamos, atém-se a caracteres muito gerais. Supõe, pensamos nós, que, de qualquer modo, engloba, à medida que se penetra progressivamente no real, um número de combinações possíveis muito próximo do infinito para que a sua repetição espontânea seja concebível: para isso é necessário que se verifique um acto voluntário de imitação. Posto que, no fim de contas, a crítica do testemunho se apoie numa instintiva metafísica do semelhante e do dissemelhante, do uno e do múltiplo.

★

Resta, quando assim se impôs a hipótese da cópia, fixar as direcções de influência. Pergunta-se: dados dois documentos semelhantes, ter-se-ão inspirado numa fonte comum? Suposto, pelo contrário, que um deles é original, a qual reconheceremos essa qualidade? A resposta será, às vezes, propiciada por critérios exteriores, tais como, por exemplo, as datas relativas, se for possível determiná-las. Caso não seja, a análise psicológica, com a ajuda dos caracteres internos do objecto ou do texto, recobrará seus direitos. Escusado é dizer que tal análise não tolera regras mecânicas. Deverá, acaso, por exemplo, pôr-se como princípio, como o fazem alguns eruditos, que aqueles que modificam os textos vão acrescentando constantemente novas invenções? De sorte que o texto mais

sóbrio e menos inverosímil teria sempre a probabilidade de ser o mais antigo? Assim acontece algumas vezes. De inscrição para inscrição, cresce desmedidamente o montante dos inimigos caídos por efeito das investidas de um rei da Assíria. Mas acontece também a razão revoltar-se. A mais fabulosa das *Paixões* de S. Jorge é a primeira na data; seguidamente, inspirando-se na velha descrição, os redactores sucessivos sacrificaram primeiro um laço, depois outro, cuja imoderada fantasia os chocava. Há muitas maneiras diferentes de imitar. Variam consoante o individuo, por vezes consoante os modos comuns a uma geração. Não é lícito definir aprioristicamente essas diferentes formas de imitação, ou qualquer outra atitude mental, sob o pretexto de nos parecerem «naturais».

Felizmente, os plagiários são frequentemente traídos pela sua imperícia. Quando não compreendem o modelo, os contra-sensos denunciam a fraude. Procuram acaso ocultar o que colheram em seara alheia? A inabilidade dos estratagemas a que recorrem perde-os. Conheci um aluno do liceu que, durante um exercício escrito, com os olhos baixos na folha do colega, transcrevia cuidadosamente as frases às avessas. Com bastante perseverança transformava os sujeitos em atributos e a activa em passiva. Apenas conseguiu dar ao professor um excelente exemplo de critica histórica.

Desmascarar uma imitação é, quando supomos haver-nos com duas ou várias testemunhas, deixar apenas ficar uma. Dois contemporâneos de Marbot, o conde de Ségur e o general Pelet, fizeram um relato da pretensa passagem do Danúbio igual ao seu. Mas Ségur era posterior a Pelet. Leu-o. Quase se limitou a copiá-lo. Quanto a Pelet, não interessa ter escrito antes de Marbot; era seu amigo e com certeza o ouvira muitas vezes evocar as suas proezas fictícias—porque o infatigável gabarola se preparava gostosamente, iludindo os seus familiares, para mistificar a posteridade. Marbot continua pois a ser

a nossa única garantia, visto que os seus aparentes fiadores só falaram depois dele. Quando Tito Lívio reproduziu Políbio, a nossa única autoridade, embora embelezando-o, é ainda Políbio. Quando Eguinaldo, com o ar de nos descrever Carlos Magno, copia o retrato de Augusto por Suetónio, não há, no sentido próprio, testemunha alguma.

Acontece, enfim, que, por detrás da pretensa testemunha, se oculta uma espécie de anónimo «ponto» de teatro. Ao estudar o processo dos Templários, Robert Lea observou que quando dois acusados pertencentes a duas casas diferentes eram interrogados pelo mesmo inquisidor confessavam invariavelmente as mesmas atrocidades e as mesmas blasfémias. Mas suponhamos que oriundos da mesma casa eram interrogados por inquisidores diferentes: as confissões deixam de ser concordantes. A conclusão evidente é que o juiz ditava as respostas. É coisa de que os anais judiciais dariam, penso eu, outros exemplos.

★

O papel desempenhado no raciocínio critico por aquilo a que poderíamos chamar o princípio da semelhança limitada aparece sob um aspecto curioso, mais, talvez, do que em qualquer outro domínio, numa das mais recentes aplicações do método: a critica estatística.

Suponhamos que eu estudo a história dos preços entre duas datas determinadas, numa sociedade unida, percorrida por correntes de permutas activas. Suponhamos que, depois de mim, um outro historiador e um terceiro ainda empreendem a mesma investigação, mas que utilizam elementos que, diferentes dos meus, diferem igualmente entre si: outros livros de contas, outras mercúrias. Cada um de nós elabora as suas médias anuais, os seus índices, a partir de uma base comum, os seus gráficos. Suponhamos que as três curvas se sobrepõem aproximadamente. Conclui-se que cada uma delas propicia

uma imagem sumariamente exacta do movimento. Porquê?

A razão não está unicamente no facto de num meio económico homogéneo as grandes flutuações dos preços deverem necessariamente obedecer a um ritmo sensivelmente uniforme. Esta consideração bastaria indubitavelmente para tornar suspeitas as curvas que fossem muitíssimo divergentes; não para nos garantir que, entre tantos traçados possíveis, aquele que os três gráficos concordantes propõem seja forçosamente o verdadeiro, só porque são concordantes. Três pesagens, com balanças semelhantemente falseadas, darão o mesmo peso, e tal peso será falso. Todo o raciocínio assenta aqui numa análise do mecanismo dos erros. Nenhuma das três listas de preços pode ser tida por isenta de erros de pormenor. Em matéria de estatística eles são quase inevitáveis. Suponhamos mesmo eliminados os erros pessoais do investigador (sem falar de enganos mais grosseiros: qual de nós terá a coragem de afirmar-se seguro de nunca ter tropeçado no dédalo medonho das medidas antigas?); por mais maravilhosamente atento que se imagine o erudito, ficarão sempre as rasteiras armadas pelos próprios documentos: certos preços podem ter sido, por levandade ou má fé, inexactamente inscritos; outros serão excepcionais (preços de «amigos», por exemplo, ou, inversamente, preços de gente lograda), e por isso mesmo muito capazes de perturbarem as médias; as mercuriais, que registam os preços médios praticados nos mercados, não terão sido sempre elaboradas com um perfeito cuidado. Mas, se se tratar de um grande número de preços, os erros compensam-se. Porque seria extremamente inverosímil que eles se tivessem verificado todos no mesmo sentido. Se portanto a concordância dos resultados, obtidos a partir de dados diferentes, os confirma uns aos outros, é que, na base, a concordância nas negligências, nos pequenos enganos, nas pequenas complacências, nos parece, e com razão, inconcebível. O que existe de irredutivel-

mente diverso nos testemunhos leva-nos a concluir que o seu acordo final só pode vir de uma realidade cuja unidade fundamental estaria, neste caso, fora de dúvida.



Os reactivos da verificação do testemunho não são feitos para serem manejados brutalmente. Quase todos os princípios racionais, quase todas as experiências que a guiam, encontram, por muito pouco que os utilizemos a fundo, os seus limites em princípios ou experiências contrários. Como toda a lógica que se preza, a crítica histórica tem suas antinomias, pelo menos aparentes.

Para que um testemunho seja reconhecido como autêntico, o método, como vimos, exige que apresente uma certa similitude com os testemunhos vizinhos. Se entretanto aplicarmos este preceito à letra, que sucederia à descoberta? Porque quem diz «descoberta» diz «empresa» e «dissemelhança». A prática de uma ciência que se limitasse a verificar que tudo se passa sempre tal como se esperava quase não seria proveitosa, nem divertida. Ainda se não encontrou até agora documento redigido em francês (em vez de ser em latim) anterior ao ano de 1204. Imaginemos que amanhã um investigador apresenta um documento francês datado de 1180. Vamos concluir que o documento é falso, ou que os nossos conhecimentos eram insuficientes?

A impressão de uma contradição entre um testemunho novo e o seu contexto pode aliás não ter apenas origem numa debilidade temporária do nosso saber. Pode suceder que o desacordo esteja de facto nas coisas. A uniformidade social não tem tanta força que certos indivíduos ou pequenos grupos não possam escapar-lhe. A pretexto de que Pascal não escrevia como Arnauld, que Cézanne não pintava como Bouguereau, não aceitaremos as datas reconhecidas das *Provinciales* ou da «Montanha Santa Vitória»? Acusaremos de falsos os mais antigos utensílios

de bronze pela simples razão de a maior parte das jazidas da mesma época não nos darem ainda senão utensílios de pedra?

Estas conclusões falsas nada têm de imaginário e seria longa a lista dos factos que a rotina erudita negou ao princípio por serem surpreendentes: desde a zoolatria egípcia, com a qual Voltaire tanto se divertia, até aos vestígios romanos da era terciária. Contudo, vistas as coisas mais de perto, o paradoxo metodológico é apenas aparente. O raciocínio da semelhança não perde os seus direitos. Importa apenas que uma análise mais exacta discirna os desvios possíveis, os pontos de similitude necessários. Porque toda a originalidade pessoal tem os seus limites. O estilo de Pascal não pertence senão a ele; mas a sua gramática e o fundo do seu vocabulário são do seu tempo. Pelo emprego que fizesse de uma linguagem inusitada, o nosso hipotético documento de 1180 poderá diferir dos outros documentos da mesma data conhecidos até agora. Para que pudesse ser considerado aceitável, deveria o seu francês ser conforme, no conjunto, ao estado da língua atestado nesta época pelos textos literários; que as instituições mencionadas correspondessem às do tempo.

Da mesma maneira, a comparação crítica bem compreendida não se satisfaz com aproximar os testemunhos sobre um mesmo plano da duração. Um fenómeno humano é sempre um elo de uma cadeia que atravessa as idades. No dia que um novo Vrain-Lucas, lançando sobre a mesa da Academia um punhado de autógrafos, pretenda provar que Pascal inventou, antes de Einstein, a relatividade generalizada, podemos estar antecipadamente certos de que os documentos são falsos. Não que Pascal não fosse capaz de chegar aonde não chegaram os seus contemporâneos. Mas a teoria da relatividade foi elaborada com base num longo desenvolvimento anterior de especulações matemáticas. Por muito grande que fosse, nenhum homem poderia, só pela força do seu génio, suprir

esse trabalho de gerações. Quando, pelo contrário, perante as primeiras descobertas de pinturas paleolíticas, vimos certos sábios negar-lhes a autenticidade ou a data, a pretexto de que uma arte como essa não poderia ter florescido e depois fenecer, aqueles cépticos raciocinavam mal: existem cadeias que se quebram e as civilizações são mortais.

★

Quando se lê, escreve, em suma, o P.^o Delehaye, que a Igreja celebra no mesmo dia a festa de dois dos seus servos mortos, ambos em Itália; que a conversão de um e de outro se deve à leitura das *Vidas* de santos; que cada um deles fundou um ordem religiosa sob o mesmo nome; que estas duas ordens, finalmente, foram suprimidas por dois papas homónimos, não há ninguém que se não sinta tentado a proclamar que um único indivíduo, desdobrado por engano, tivesse sido inscrito no martirológio sob dois nomes diferentes. A verdade, todavia, é que, igualmente conquistados para a vida religiosa pelo exemplo de biografias piedosas, São João Colombini fundou a Ordem dos Jesuatos e Inácio de Loiola a dos Jesuítas: que eles morreram ambos em 13 de Julho, o primeiro perto de Sena, em 1367, o segundo em Roma, em 1556; que os Jesuatos foram dissolvidos pelo papa Clemente IX e a Companhia de Jesus por Clemente XIV. O exemplo é frisante. E não é certamente o único. Admitamos que um cataclismo viesse a deixar da obra filosófica dos últimos séculos apenas uns pobres lineamentos: quantos escrúpulos de consciência não traria aos eruditos a existência de dois pensadores, ambos ingleses e com o mesmo nome de Bacon, coincidentes no facto de atribuírem nas suas doutrinas lugar importantíssimo ao conhecimento experimental? País condenou como lendárias muitas das antigas tradições romanas pela única razão, ou quase, de se repetirem os mesmos nomes, associados a episódios muito semelhantes. Ainda que custe à crítica do plágio, cuja

alma é a negação das repetições espontâneas de acontecimentos ou de palavras, a coincidência é uma destas bizarras que não pode eliminar-se da história.

Mas não basta reconhecer de uma maneira geral a possibilidade de coincidências fortuitas. Reduzida a esta simples observação, a crítica oscilaria eternamente entre o pró e o contra. Para que a dúvida se torne instrumento de conhecer é preciso que em cada caso particular possa ser pesado com alguma exactidão o grau de verosimilhança da combinação. Aqui a investigação histórica, como tantas outras disciplinas do espírito, cruza o seu caminho com a grande estrada real da teoria das probabilidades.

★

Avaliar a probabilidade de um acontecimento é medir os ensejos que têm de ocorrer. Posto isto, será legítimo falar da possibilidade de um facto passado? Em sentido absoluto, evidentemente que não. Só o futuro é aleatório. O passado é um dado que já não dá lugar ao possível. Antes de lançarmos um dado, a probabilidade de se apresentar uma qualquer das suas faces é de um para seis; uma vez esvaziado o copo, o problema desapareceu. Pode dar-se o caso que hesitem mais tarde sobre se, nessa altura, foi o 3 ou o 5 que saiu. A incerteza está então em nós, na nossa memória, ou na das nossas testemunhas. Não está nas coisas.

No entanto, se analisarmos bem, verificamos que o uso que a investigação histórica faz da noção do provável nada tem de contraditório. Que tenta, com efeito, o historiador que se interroga sobre a probabilidade de um acontecimento passado senão transportar-se, por um movimento ousado do espírito, ao tempo que antecede esse mesmo acontecimento para lhe avaliar as probabilidades, tais como elas se apresentavam antes da sua ocorrência? A probabilidade continua, pois, a situar-se de facto no futuro. Mas como a linha do presente foi, de

alguma maneira, imaginariamente recuada, é um futuro de outrora construído com um fragmento daquilo que, para nós, é actualmente o passado. Se o facto, incontavelmente, se deu, estas especulações quase não têm mais valor do que os recreios de ordem metafísica. Qual era a probabilidade de que Napoleão nascesse? E a de que Adolfo Hitler, soldado de 1914, escapasse às balas francesas? Não é ilícito distrairmo-nos com estas questões. Com a condição, no entanto, de não as tomarmos senão por aquilo que elas realmente são: simples artifícios de linguagem, destinados a pôr em foco, na marcha da humanidade, o que há de contingente e de imprevisível. Elas não têm nada que ver com a crítica do testemunho. E se a própria existência do facto, ao contrário, se afirmar incerta? Pomos nós sequer em dúvida, por exemplo, que um autor, sem ter copiado um relato alheio, possa encontrar-se a repetir espontaneamente muitos dos seus episódios e palavras? Ou que o acaso apenas, ou não sei que harmonia divinamente pré-estabelecida, bastam para explicar uma tão flagrante semelhança entre os *Protocolos dos Sábios do Sião* e os panfletos de um obscuro polemista do Segundo Império? Conforme julgarmos a coincidência, antes que a narrativa tivesse sido composta, afectada de um maior ou menor coeficiente de probabilidade, assim hoje admitiremos ou rejeitaremos a sua verosimilhança. Postulam na base, entre todos os casos possíveis, a imparcialidade das condições: uma causa particular que favorecesse de antemão um ou outro dos casos seria como um corpo estranho no cálculo. O dado dos teóricos é um cubo perfeitamente equilibrado; se supuséssemos um grão de chumbo numa das suas faces, as possibilidades dos jogadores deixariam de ser iguais. Mas, em crítica de testemunho, quase todos os dados estão viciados. Porque intervêm constantemente elementos humanos delicadíssimos que fazem descair a balança para uma eventualidade privilegiada. Uma disciplina histórica, a bem-dizer, constitui excepção. É a linguística, ou, pelo

menos, aquele dos seus ramos que se dedica à determinação do parentesco entre as línguas. Muito diferente, pelo seu alcance, das operações propriamente críticas, essa investigação nem por isso deixa de ter de comum com muitas delas o procurar descobrir filiações. Ora as condições a respeito das quais raciocina estão excepcionalmente próximas da convenção primordial de igualdade, familiar à teoria do acaso. Deve tal prerrogativa às próprias particularidades dos fenômenos da linguagem. Com efeito, não só o imenso número das combinações possíveis entre os sons reduz a um valor ínfimo a probabilidade da sua repetição fortuita, em quantidade considerável, em falares diferentes. Coisa muito mais importante ainda: exceptuadas algumas raras harmonias imitativas, as significações atribuídas a estas combinações são inteiramente arbitrárias. É evidente que nenhuma ligação prévia de imagens impõe que as associações vocais *tu* (*tu* pronunciado à francesa ou à maneira latina) sirvam para representar a segunda pessoa. Se, porém, verificarmos que têm tal função, ao mesmo tempo, em francês, em italiano, em espanhol e em romeno; se observarmos, ao mesmo tempo, entre estas línguas, uma multitude de outras correspondências, igualmente irracionais, a única explicação sensata será que o francês, o italiano, o espanhol e o romeno têm uma origem comum. Visto os diversos possíveis serem humanamente indiferentes, um cálculo de probabilidades quase puro levou à decisão.

Mas está muito longe de ser corrente esta simplicidade.

Vários diplomas de um soberano medieval, tratando de assuntos diferentes, reproduzem as mesmas palavras e os mesmos modos de dizer. Concluem os fanáticos da «crítica dos estilos» que um mesmo notário os redigiu. Concordaríamos, se só estivesse em causa o caso. Mas não é assim. Cada sociedade, e, mais ainda, cada pequeno grupo profissional, tem seus hábitos de linguagem. Não bastava enumerar os pontos semelhantes. Cumpria ainda

distinguir neles o raro do usual. Só as expressões verdadeiramente excepcionais podem denunciar um autor, supondo, é claro, que as repetições sejam bastante numerosas. O erro está aqui em atribuir a todos os elementos do discurso um peso igual: como se os variáveis coeficientes de preferência social de que cada um deles se encontra afectado não fossem os grãos de chumbo que contrariam a equivalência das possibilidades.

Uma escola inteira de eruditos dedicou-se, desde o início do século XIX, a estudar a transmissão dos textos literários. O princípio é simples: temos três manuscritos de uma mesma obra: *B*, *C* e *D*. Verificou-se que todos três apresentam as mesmas lições evidentemente errôneas (é o método dos erros, o mais antigo, o de Lachmann). Ou ainda, mais geralmente, apuram-se as mesmas lições, boas ou más, mas diferentes na maior parte das dos outros manuscritos (é o recenseamento integral das variantes, preconizado por Dom Quentin). Conclui-se que os manuscritos são «aparentados». Entende-se, consoante os casos, ou que foram copiados uns dos outros, segundo uma ordem que fica por determinar, ou que remontam todos, por filiações particulares, a um modelo comum. É evidente, com efeito, que uma coincidência tão insistente não pode ser fortuita. Entretanto, duas observações, que foram apercebidas muito recentemente, obrigaram a crítica textual a abandonar muito do rigor, quase mecânico, das suas primeiras conclusões.

Os copistas corrigiam às vezes o seu modelo. Mesmo que trabalhassem independentemente uns dos outros, hábitos de espírito comuns deveriam frequentemente ter-lhes sugerido conclusões semelhantes. Terêncio emprega algumas a palavra *raptio*, que é muitíssimo rara. Não a compreendendo, dois escribas substituíram-na por *ratio*, que determinava um contra-senso, mas lhes era familiar. Tinham eles, para isso, necessidade de se combinar ou de se imitar? Ai está pois um género de erros incapaz de nos elucidar acerca da «genealogia» dos manuscritos.

Mas há mais. Porque é que o copista há-de ter utilizado só um modelo? Não lhe era vedado, quando o pudesse fazer, confrontar vários exemplares, a fim de escolher, como melhor lhe parecesse, entre as suas variantes. O caso foi certamente muito excepcional na Idade Média, cujas bibliotecas eram pobres; muito mais frequente, em contrapartida, aparentemente, na antiguidade. Que lugar atribuir, nas belas árvores de Jefté que é de uso compor no limiar das edições críticas, a esses produtos incertos de várias tradições diferentes? No jogo das coincidências, a vontade do indivíduo, como a pressão das forças colectivas, faz batota com o acaso.

Assim, como já tinha visto com Volney a filosofia do século XVIII, a maior parte dos problemas da crítica histórica são problemas de probabilidade; mas de tal ordem que mesmo o cálculo, o mais subtil, tem de confessar-se incapaz de os resolver. Não é só por os dados serem de uma extraordinária complexidade. Em si próprios, não são a maior parte dos casos rebeldes a qualquer tradução matemática. Como pôr em números, por exemplo, o favor particular concedido por uma sociedade a uma palavra ou a um uso? Não aliviaremos as nossas dificuldades mediante a arte de Fermat, de Laplace e de Emílio Borel. Quando muito, visto que ela se coloca até certo ponto no limite inacessível da nossa lógica, podemos pedir-lhe que nos ajude do alto a analisar melhor e a conduzir melhor os nossos raciocínios.

★

Quem não praticou a arte dos eruditos não sabe quanto lhes repugna, de ordinário, aceitar a inocência de uma coincidência. Porque se encontram duas expressões semelhantes na lei sálica e num edicto de Clóvis, um respeitável sábio alemão não afirmou que a lei devia ser daquele príncipe? Ponhamos de lado a banalidade das

palavras, empregadas num e noutro lugar. Uma tinta da teoria matemática teriam bastado para evitar o passo em falso. Quando o acaso se exerce livremente, a probabilidade de uma coincidência única ou de um pequeno número de coincidências raramente é da ordem do impossível. Pouco importa que nos pareçam extraordinárias; as surpresas do senso comum raro são de muito valor.

Podemos entreter-nos a calcular a probabilidade do lance do acaso que, em dois anos diferentes, fez cair no mesmo dia do mesmo mês as mortes de duas personagens

inteiramente distintas. Ela é de $\frac{1}{365} / 2$ (a). Admitamos

agora (apesar do absurdo do postulado) como antecipadamente certo que as fundações de João Colombini e de Inácio de Loiola teriam de ser suprimidas pela igreja romana. O exame das listas pontificias permite determinar que a probabilidade da abolição por dois papas

do mesmo nome seria de $\frac{11}{13}$. A probabilidade combinada

ao mesmo tempo de uma mesma data de dia e de mês no que respeita às mortes e de dois papas homónimos

como autores das condenações situa-se entre $\frac{1}{10^2}$ e

$\frac{1}{10^3}$ (b).

Quem quisesse apostar não se contentaria de certeza com isso. Mas as ciências da natureza só consi-

(a) Supondo que são iguais as probabilidades de mortalidade para cada um dos dias do ano, o que não é exacto (há uma curva anual da mortalidade), mas pode, sem inconveniente, ser aqui apontado.

(b) Desde a morte de João Colombini até aos nossos dias, 65 papas governaram a Igreja (incluindo a dupla e triplíce série do tempo do Grande Cisma); 38 são posteriores à morte de Inácio. A primeira lista contém 55 homónimos da segunda, onde estes mesmos aparecem repetidos exactamente 38 vezes (os papas, como se sabe, têm o costume de repetir nomes já honrados pelo uso). A probabilidade de os Jesuatos serem suprimidos por um

deram como próximas do irrealizável, à escala terrestre, as possibilidades da ordem de 10/15. Estamos, como se vê, longe da conta. E com razão, como o testemunha o exemplo bem documentado dos dois santos. Só para as concordâncias a probabilidade se torna praticamente minimizável, porque, em virtude de um teorema bem conhecido, as probabilidades dos casos elementares multiplicam-se entre si para darem a probabilidade da combinação, e, sendo as probabilidades fracções, o seu produto é por definição inferior aos seus componentes. É célebre o exemplo, em linguística, da palavra *bad*, que, tanto em inglês como em persa, significa «mau», embora o termo inglês e o termo persa estejam muitíssimo longe de ter uma origem comum. Quem pretendesse alegar uma filiação com base nessa única correspondência pecaria contra a lei tutelar de toda a crítica das coincidências: só os grandes membros têm ali direito de cidade.

As concordâncias ou discordâncias maciças são feitas de uma multitude de casos particulares. No conjunto, as influências accidentais destroem-se. E se considerarmos, pelo contrário, cada elemento independentemente dos outros? A acção das variáveis já não pode ser eliminada. Mesmo se os dados do jogo forem viciados, o lance isolado será sempre mais difícil de prever que o resultado

destes papas homónimos era pois de $\frac{55}{65}$, ou $\frac{11}{13}$; para os Jesuítas, ela subia a $\frac{38}{38}$, ou 1; dito de outro modo, tornava-se certeza. A probabilidade combinada é de $\frac{11}{13} \times 1$, ou $\frac{11}{13}$.
Enfim, $\frac{1}{365^2}$ ou $\frac{1}{133\ 225} \times \frac{11}{13}$ dá $\frac{11}{1\ 731\ 925}$, ou seja um pouco mais de $\frac{1}{157\ 447}$.

Para ser inteiramente exacto, conviria ter em consideração as durações respectivas dos pontificados. Devido à natureza deste divertimento matemático, cujo fim único é pôr em foco uma ordem de grandeza, senti-me autorizado a simplificar os cálculos.

da partida; por consequência, uma vez jogado, sujeito a uma muito maior diversidade de explicações. E por isso que, à medida que penetra mais fundo nos pormenores, as verosimilhanças da crítica se vão esbatendo. Não existe, na *Oréstia*, tal como a lemos hoje, quase nenhuma palavra considerada à parte que estejamos certos de ler como Esquilo a escreveu. Não duvidemos, porém: no seu conjunto, a nossa *Oréstia* é bem a de Esquilo. Há maior certeza no todo que nos seus componentes.

Em que medida, contudo, nos é permitido pronunciar esta palavra solene: «certeza»? A crítica dos documentos não conseguiria alcançar a certeza «metafísica», confessava já Mabillon. Não deixava de ter razão. E só por simplificação que substituímos algumas vezes uma linguagem de probabilidade por uma linguagem de evidência. Mas sabemos-lo hoje, melhor que no tempo de Mabillon, que esta convenção não é exclusivo nosso. Não é, no sentido absoluto do termo, «impossível» que a *Doação* de Constantino não seja autêntica; que a *Germânia* de Tácito — segundo o capricho de alguns eruditos — não seja um falso. No mesmo sentido, não é também impossível que um macaco, batendo ao acaso no teclado de uma máquina de escrever, não possa reconstituir fortuitamente, letra por letra, a *Doação* ou a *Germânia*. «O acontecimento fisicamente impossível», disse Cournot, «não é mais do que o acontecimento cuja probabilidade é insuficientemente pequena.» Limitando a sua parte de segurança a dosear o provável e o improvável, a crítica histórica não se distingue da maior parte das outras ciências do real senão por um escalonamento dos graus indubitavelmente mais matizado.

★

Poderá dizer-se que o enorme proveito resultante do advento de um método racional de crítica, aplicado ao testemunho humano, tem sido apreciado na sua devida

conta? Proveito que entendo não apenas para o conhecimento histórico, mas para o conhecimento *tout court*.

O outrora, a menos que houvesse antecipadamente razões muito fortes para se suspeitar das testemunhas ou dos narradores, todo o facto afirmado era, três vezes em quatro, um facto aceite. Não me digam: isso foi há muito tempo. Lucien Febvre mostrou-o, quanto à Renascença, muitíssimo bem: não se pensava, nem se agia de outra maneira, em épocas suficientemente próximas da nossa, para que as suas obras-primas continuem a ser ainda para nós um vivo alimento. Não me venham dizer: essa era, naturalmente, a atitude daquela multidão crédula, cuja massa ponderável, a que se mistura, aí de nós, mais de um pseudo-sábio, ameaça constantemente, ainda hoje, arrastar as nossas frágeis civilizações para terríveis abismos de ignorância ou de loucura. As mais firmes inteligências não escapavam então, nem podiam escapar, ao preconceito comum. Dizia-se que caíra chuva de sangue? Então é porque há chuvas de sangue. Montaigne lia nos seus dilectos autores antigos esta ou aquela patranha acerca do país cujos habitantes nasciam sem cabeça ou acerca da força prodigiosa do peixe *remora*? Incluía-as sem pestanejar nos argumentos da sua dialéctica; por muito capaz que fosse de desmontar com engenho o mecanismo de um boato falso, as ideias recebidas achavam-no sempre muito mais desconfiado que os factos ditos atestados. Assim reinava, segundo o mito rabelaisiano, o velho Ouvi-Dizer. Quer no mundo físico, quer no mundo dos homens. Mais talvez no mundo físico que no mundo dos homens. Porque, instruídas por uma experiência mais directa, as pessoas duvidavam mais de um acontecimento humano de que de um meteoro, ou de um pretenso acidente da vida orgânica. Uma filosofia rejeitava o milagre? Ou uma religião os milagres das outras religiões? Impunha-se neste caso realizar um esforço penoso para descobrir causas pretensamente intelligíveis para essas manifestações surpreendentes, causas essas que continuavam, na forma de acções demoníacas

ou de influxos ocultos, a aderir a um sistema de ideias ou de imagens completamente estranho àquilo a que nós hoje chamariamos pensamento científico. Negar a própria manifestação seria uma audácia que não passava pela cabeça de ninguém. Corifeu desta escola paduana tão alheia ao sobrenatural cristão, Pomponazzi não acreditava que os reis, ainda quando ungidos com os óleos da Anfora Sagrada, pudessem, só porque eram reis, curar as doenças tocando-as. Contudo, não contestava as curas. Explicava-as por uma propriedade fisiológica que entendia hereditária: o glorioso privilégio da função sagrada era reduzido às virtudes curativas de uma saliva dinástica.

Ora, se a nossa imagem do universo pôde ser, hoje, limpa de tantos prodígios fictícios, apesar de confirmados, parecia, pelo acordo das gerações, nós devemo-lo, seguramente, antes de tudo, à noção lentamente desligada de um ordem natural, que imutáveis leis determinam. Mas esta noção mesma só pôde firmar-se tão sólidamente, as observações que pareciam contradizê-la só puderam ser eliminadas, graças ao paciente trabalho de uma experiência continuada acerca do homem mesmo como testemunha. Nós somos doravante capazes ao mesmo tempo de discernir e de explicar as imperfeições do testemunho. Ganhámos o direito de não aceitar sempre, porque sabemos, melhor que no passado, quando e porquê não deve ser aceite. E foi assim que as ciências conseguiram rejeitar o peso morto de muitos falsos problemas.

Mas o conhecimento puro não está aqui mais separado da conduta do que em qualquer outro domínio.

Richard Simon, figura cimeira na geração dos nossos fundadores, não nos deixou apenas admiráveis lições de exegese. Vimo-lo, um dia, aplicar a acuidade da sua inteligência a salvar alguns inocentes, processados pela estúpida acusação do crime ritual. A coincidência não tem nada de arbitrário. Em ambos os domínios era idêntica a necessidade de decência intelectual. Um mesmo instrumento, nos dois casos, permitia satisfazê-la. Constante-

mente forçada a pautar-se por relatos alheios, a acção não está menos interessada que a investigação em avaliar a sua exactidão. Não dispõe, para isso, de meios diferentes. Melhor: os seus meios são aqueles que a erudição havia já forjado. Na arte de orientar útilmente a dúvida, a prática judiciária não fez mais que seguir as pisadas, com algum atraso, dos bolandistas e dos Beneditinos. E os próprios psicólogos só se lembraram de encontrar no testemunho, directamente observado e provocado, um objecto de ciência, muito tempo depois de a perturbada memória do passado ter começado a ser submetida a uma prova racional. Na nossa época, mais do que nenhuma exposta às toxinas da mentira e do falso boato, seria escandaloso que o método crítico não figurasse, embora num cantinho modesto, nos programas de ensino: porque ele deixou de ser apenas o auxiliar humilde de alguns trabalhos de oficina. O método crítico, doravante, vê abrir-se perante si horizontes muito mais vastos; e a história tem o direito de contar entre as suas glórias mais certas o ter assim, elaborando a sua técnica, aberto aos homens um caminho novo para aquilo que é verdadeiro e, por conseguinte, para o que é justo.

CAPITULO IV

A ANALISE HISTÓRICA

I. — Julgar ou compreender?

É célebre a fórmula do velho Ranke: o historiador apenas se propõe descrever as coisas «tal como se passaram, *wie es eigentlich gewesen*». Já antes dele o dissera Heródoto. «Contar o que aconteceu, *ton eonta*.» (10). Por outras palavras, o sábio, o historiador, são convidados a apagar-se perante os factos. Como tantas outras máximas, também aquela deve talvez a sua fortuna à ambiguidade. Nela se pode ler, modestamente, um conselho de probidade: e era este, não pode duvidar-se, o sentido de Ranke. Mas também um conselho de passividade. De maneira que, da mesma assentada, se levantam dois problemas: o da imparcialidade histórica, o da história como tentativa de reprodução ou como tentativa de análise.

★

Mas há realmente um problema da imparcialidade? Ele só se põe porque a palavra, por sua vez, é equívoca.

Existem duas maneiras de ser imparcial: a do sábio e a do juiz. Têm uma raiz comum que é a honesta submissão à verdade. O sábio regista, melhor ainda, provoca a experiência que, possivelmente, deitará por terra as teorias que mais prezou. Qualquer que seja o voto secreto do seu coração, o bom juiz interroga as testemunhas com a única preocupação de conhecer os factos, tal como se

passaram. É essa, em ambos os casos, uma obrigação de consciência que não tem discussão.

Chega, contudo, um momento em que os dois caminhos se separam. Logo que o sábio observou e explicou, dá-se por finda a tarefa. Ao juiz falta ainda dar a sentença. Se, calando em si qualquer inclinação pessoal, a dita somente de harmonia com a lei, julga-se imparcial. Sê-lo-á, efectivamente, segundo parecer dos juizes. Não segundo o parecer dos sábios. Porque não é possível condenar ou absolver sem tomar partido por uma tábua de valores que não releva de nenhuma ciência positiva. Que um homem tenha morto outro é um facto, eminentemente susceptível de prova. Mas castigar o assassino supõe que se considera o assassinio coisa condenável: o que, bem vistas as coisas, não passa de uma opinião em que não estão de acordo todas as civilizações.

Ora, durante muito tempo passou o historiador por ser uma espécie de juiz dos Infernos, encarregado de distribuir pelos heróis mortos o elogio ou a reprovação. Temos de convir que esta atitude corresponde a um instinto fortemente enraizado. Todos os mestres que têm de corrigir trabalhos de estudantes sabem quanto é difícil dissuadi-los de se porem, do alto das suas carteiras, a fazer o papel de Minos ou de Osiris. Nunca a afirmação de Pascal foi tão própria: «Toda a gente faz de Deus quando julga: isto é bem, isto é mal.» Esquecemo-nos de que um juiz de valor só tem razão de ser como preparação de um acto e só tem sentido em relação a um sistema de referências morais, deliberadamente aceite. Na vida quotidiana, as necessidades do comportamento impõem-nos esta classificação, geralmente muito sumária. Ficamos todavia embaraçados onde já nada podemos fazer, onde os ideais comuns diferem profundamente dos nossos. Estaremos suficientemente seguros de nós e do nosso tempo para podermos separar, no tropel dos nossos antepassados, os justos dos pecadores? Havia de ter graça, levando ao absoluto os critérios tão relativos, de

um individuo, de um partido ou de uma geração, aplicar-lhes normas à maneira de Sila no governo de Roma ou de Richelieu no governo dos Estados do rei Cristianissimo. Como, aliás, não há coisa mais variável, pela sua própria natureza, do que tais sentenças, sujeitas a todas as flutuações da consciência colectiva ou do capricho pessoal, a história, permitindo frequentemente que o quadro de honra se adiante ao caderno das experiências, assumiu gratuitamente o ar da mais incerta das disciplinas; aos requisitórios vão succedem-se vão reabilitações. Robespieristas, anti-robspieristas, por favor! Dizel-nos simplesmente quem foi Robespierre.

Ainda se a sentença se limitasse a vir depois da explicação, o leitor livrava-se dela saltando a página. Infelizmente, à força de julgar, acaba-se fatalmente por se perder até o gosto de explicar. Misturando-se os ecos das paixões do passado aos preconceitos do presente, a realidade humana reduz-se a um quadro a preto e branco. Já Montaigne nos tinha prevenido disso: «Desde que a sentença se incline para uma banda, não é possível evitar torcer e deformar a narrativa dessa banda.» Análogamente, para penetrar numa consciência estranha que o intervalo das gerações separa de nós, quase precisamos de nos despojar do próprio eu. Para lhe dizermos o que julgamos dela, basta continuar a ser quem somos. O esforço é com certeza muito menor. É muito mais fácil escrever a favor ou contra Lutero do que perscrutar a sua alma; ser pelo papa Gregório VII contra o imperador Henrique IV ou por Henrique IV contra Gregório VII do que destriçar as razões profundas de um dos maiores dramas da civilização ocidental. Fora do plano individual, considerai ainda a questão dos bens nacionais. Rompendo com a legislação anterior, o governo revolucionário resolveu vendê-los por parcelas e sem ofertas. Era, sem qualquer dúvida, comprometer gravemente os interesses do Tesouro. Contra esta politica se insurgiram com veemência alguns eruditos dos nossos dias. Corajoso seria

se, com assento na Convenção, tivessem tido o ousio de falar naquele tom. É divertida aquela violência sem risco, longe da guilhotina. Mais valia procurar o que queriam, realmente, os homenes do ano III. Desejavam, antes do mais, favorecer a aquisição da terra pelo povo miúdo dos campos; preferiam o alívio dos aldeões pobres, garantia da sua fidelidade à ordem nova, ao equilíbrio do orçamento. Tinham ou não razão? A este respeito, que me importa a opinião, formulada a destempo, de um historiador? Só lhe pedíamos que se não deixasse hipnotizar pela sua própria opção a ponto de já nem sequer conceber que outra tivesse sido possível no passado. A lição do desenvolvimento intelectual da humanidade é, contudo, clara: as ciências mostraram-se sempre mais fecundas, e, por consequência, tanto mais prestáveis, finalmente, à prática, quanto mais iam abandonando o velho antropocentrismo do bem e do mal. Havíamos de rir hoje do químico que pusesse de um lado os gases maus, como o cloro, do outro os bons, como o oxigénio. Mas se a química, no seu início, tivesse adoptado tal distinção, arriscava-se bastante a ficar atolada nela, com grande prejuízo do conhecimento dos corpos.

★

Mas não forcemos demasiadamente a analogia. A nomenclatura de uma ciência dos homens há-de ter sempre características peculiares. A das ciências do mundo físico exclui o finalismo. As palavras «sucesso» ou «malogro», «imperícia» ou «habilidade», só poderiam desempenhar aí, na melhor das hipóteses, o papel das ficções sempre carregadas de perigos. Pertencem, contudo, ao vocabulário normal da história. Porque a história trata de seres capazes, por natureza, de fins conscientemente procurados.

Pode admitir-se que um cabo de guerra que trava uma batalha se esforce ordinariamente por ganhá-la. Se a perder, sendo as forças em confronto equilibradas, é per-

feitamente legítimo dizer que conduziu mal a manobra. Acontecia-lhe muitas vezes o acidente? Saímos do mais escrupuloso juízo de facto se dissermos que não era com certeza um grande estratega. Consideremos ainda o caso de uma quebra da moeda, cuja finalidade era, suponhamos, favorecer os devedores à custa dos credores. Qualificá-la de excelente ou de deplorável seria tomar partido por um dos dois grupos — por conseguinte, transferir arbitrariamente para o passado uma noção absolutamente subjectiva do bem público. Mas imaginemos que, por acaso, a operação destinada a aliviar o peso das dívidas tenha resultado praticamente — já tem acontecido — num resultado oposto. «Falhou», dizemos nós, sem fazermos mais nada que não seja verificar honestamente uma realidade. O acto falhado é um dos elementos essenciais da evolução humana. Como o é de toda a psicologia.

Há mais. Acaso o nosso general voluntariamente levou as tropas à derrota? Não hesitamos em afirmar antecipadamente que traiu: porque, singelamente, é assim que a coisa se chama. Haveria, da parte da história, uma delicadeza um tanto ou quanto pedante se recusasse o auxílio do léxico simples e directo do uso comum. Resta averiguar depois o que a moral comum do tempo e do grupo pensava de um acto como esse. A traição pode ser, à sua maneira, um conformismo: haja em vista os *condottieri* da Itália antiga.

Uma palavra, em suma, domina e ilumina os nossos estudos: «compreender». Não afirmemos que o bom historiador é alheio às paixões; tem aquela, pelo menos. Palavra essa, não tenhamos ilusões, cheia de dificuldades; mas também de esperança. Palavra cheia, sobretudo, de amizade. Até na acção julgamos de mais. É tão cómodo gritar «à forca»! Nunca compreendemos bastante. Quem difere de nós — estrangeiro, adversário político — passa, quase necessariamente, por mau. Mesmo para orientar as lutas inevitáveis, seria necessário um pouco mais de inteligência das almas; com mais forte razão se as que-

remos evitar, quando ainda é tempo. A história, se renunciar ela mesma aos seus falsos ares de arcanjo, deve ajudar a curar-nos desta mania. Ela é uma vasta experiência da diversidade humana, um longo encontro dos homens. A vida, como a ciência, tem tudo a ganhar se c encontro for fraternal.

II. — Da diversidade dos factos humanos à unidade das consciências

Compreender, todavia, nada tem de passivo. Para fazer uma ciência serão sempre necessárias duas coisas: uma matéria, mas também um homem. A realidade humana, como as do mundo físico, é enorme e variegada. Uma simples fotografia, supondo mesmo que tenha sentido a ideia de uma reprodução mecânicamente integral, seria ilegível. Poderá dizer-se que os documentos põem já um primeiro filtro entre nós e o passado? Não há dúvida de que eliminam muitas vezes a torto e a direito. Pelo contrário, quase nunca se organizam de harmonia com as necessidades de um entendimento que deseja conhecer. Como todo o sábio, como todo o cérebro quando simplesmente percebe, o historiador escolhe e aparta. Em suma, analisa. E, primeiramente, descobre as semelhanças, a fim de as aproximar.

★

Tenho diante de mim uma inscrição funerária romana: texto de uma só peça, preparado com um único designio. Contudo, quão variados são os testemunhos que aí esperam, em confusão, pela varinha mágica do erudito. Estamos, acaso, interessados pelos factos da linguagem? As palavras, a sintaxe, dirão do estado do latim, tal como procuravam escrevê-lo nesse tempo e nesse lugar, e, por transparência, através dessa língua meio

culta, deixarão entrever o falar de todos os dias. Ou, pelo contrário, vai a nossa predilecção para o estudo das crenças? Estamos em pleno domínio das esperanças do Além. Para o sistema político? Um nome de imperador, uma data de magistratura, enchem-nos de contentamento. Para a economia? O epitáfio talvez revele um officio ignorado. E assim por diante. Consideremos, agora, em vez de um documento isolado, um momento qualquer no desenvolvimento de uma civilização, conhecido graças a documentos numerosos e diversos. Dos homens que então viviam não havia nenhum que não participasse quase simultaneamente em múltiplas manifestações da vitalidade humana; que não falasse e não se fizesse entender pelos seus vizinhos; que não tivesse os seus deuses; que não fosse produtor, traficante ou simples consumidor; que à míngua de desempenhar um papel nos acontecimentos políticos não lhes sofresse, pelo menos, as consequências. Quem ousará reproduzir, sem fazer selecção e aproximações, todas essas diferentes actividades no confuso entretecido em que cada documento ou cada vida individual ou colectiva no-las apresenta? Equivaleria a sacrificar a clareza não à verdadeira ordem do real — que é feito de naturais afinidades e de profundas ligações —, mas à ordem puramente aparente do sincronismo. Um caderno de experiências não se confunde com o diário, minuto a minuto, do que se passa no laboratório.

Assim também, quando julgamos discernir, no curso da evolução humana, entre determinados fenómenos, aquilo a que chamamos um parentesco, que entendemos por isso senão que cada tipo de instituições, de crenças, de práticas ou mesmo de acontecimentos, assim destacado, nos parece exprimir uma tendência particular, e até um certo ponto estável, do indivíduo ou da sociedade? Poderá negar-se, por exemplo, que, através de todos os contrastes, não haja entre as emoções religiosas algo de comum? Daí resulta necessariamente que sempre se com-

*Ls. aim. Todos procuram a verdade
Mas só Jesus disse: Eu sou a verdade
e a vida (João 14:6)*

preenderá melhor um facto humano, qualquer que ele seja, se possuímos já a inteligência de outros factos da mesma espécie. O uso que a primeira idade feudal fazia da moeda, muito mais como escalão de valores que como meio de pagamento, diferia profundamente das normas fixadas pela economia ocidental das proximidades de 1350; entre o regime monetário dos meados do século XIX e o nosso, os contrastes, por sua vez, não são muito acentuados. Contudo, um erudito que só tivesse encontrado a moeda pelo ano 1000 não chegaria facilmente, penso eu, a abarcar as próprias originalidades do seu emprego nessa data. É o que justifica certas especializações, de algum modo, verticais: no sentido, é claro, infinitamente modesto, em que as especializações são alguma vez legítimas, quer dizer, como remédios contra a falta de alcance do nosso espírito e a brevidade dos nossos destinos.

Mas há mais. Descurando a ordenação racional de uma matéria que se nos apresenta em bruto, não conseguiríamos, no fim de contas, senão negar o tempo; e, por conseguinte, a própria história. Porque saberemos nós compreender aquele estádio do latim se nos alhearmos do desenvolvimento anterior da língua? Aquela estrutura da propriedade, aquelas crenças, não eram, com certeza, começos absolutos. Na medida em que a sua determinação se opera do mais antigo para o mais recente, os fenómenos humanos ordenam-se, antes de tudo, por cadeias de fenómenos semelhantes. Classificá-los por géneros é, portanto, pôr a nu linhas de força de uma eficácia capital.

Mas, exclamarão alguns, as distinções que assim estabelecéis, retalhando através da própria vida, só existem na vossa inteligência, não existem na realidade, onde tudo se mistura. Usais, portanto, de «abstracção». É certo. Porque havemos de ter medo das palavras? Nenhuma ciência pode passar sem abstracção. Tão-pouco, aliás, sem imaginação. É significativo, diga-se de passagem, que os mesmos espíritos que pretendem banir a pri-

meira manifestam geralmente em relação à segunda idêntico mau humor. E, de ambos os lados, o mesmo positivismo mal compreendido. As ciências do homem não constituem excepção. Em que é que a função clorofilina é mais «real», no sentido do realismo extremo, do que a função económica? Só as classificações que assentassem em falsas semelhanças seriam funestas. Compete ao historiador pôr as suas permanentemente à prova, para melhor tomar consciência das suas razões de ser e, se for caso, revê-las. No seu esforço comum para cingir o real, elas podem, contudo, partir de pontos de vista muito diferentes.

Consideremos, por exemplo, a «história do direito». O ensino e o manual, que são admiráveis instrumentos de esclerose, vulgarizaram o nome. Entretanto, que engloba ele? Uma regra de direito é uma norma social, explicitamente imperativa; sancionada, além disso, por uma autoridade capaz de impor o seu respeito mercê de um sistema preciso de coacções e de penalidades. Praticamente, tais preceitos podem reger as actividades mais diversas. Mas nunca são únicos a fazê-lo: obedecemos constantemente, na nossa conduta diária, a códigos morais, profissionais, mundanos, frequentemente muito mais imperativos do que o próprio código. De resto, as fronteiras deste oscilam permanentemente; e uma obrigação socialmente reconhecida, se pode, por estar incluída nela, ganhar mais ou menos força ou clareza, não muda evidentemente de natureza por isso. O direito, no sentido estrito da palavra, é, portanto, o invólucro formal de realidades em si mesmas demasiado variadas para poderem ser com proveito objecto de um só estudo; e não esgota nenhuma delas. Para penetrar verdadeiramente a vida da família — quer se trate da pequena família matrimonial de hoje, em estado de perpétuas sistoles e diástoles, ou da grande linhagem medieval, essa colectividade cimentada por uma rede tão tenaz de sentimentos e de interesses — será jamais suficiente enumerar uns

após outros os artigos de um qualquer direito familiar, seja ele qual for? Dir-se-ia que houve quem o acreditasse: mostra-o a incapacidade em que nos encontramos ainda, traduzida em resultados decepcionantes, para descrever a evolução íntima da família francesa.

Há, contudo, qualquer coisa de exacto na noção do facto jurídico como distinto dos outros. É que, pelo menos em muitas sociedades, a aplicação e, em larga medida, a própria elaboração das regras de direito foram obra própria de um grupo de homens relativamente especializado e, neste papel (que os seus membros podiam, é evidente, combinar com outras funções sociais), suficientemente autónomo para ter as suas tradições próprias e, frequentemente, até à prática de raciocínio peculiar. Em suma, a história do direito poderia muito bem não ter existência à parte senão como a história dos juristas: o que nem por isso representa, para um ramo de uma ciência dos homens, uma maneira muito má de existir. Entendida neste sentido, lança sobre fenómenos muito diversos, mas submetidos a uma acção humana comum, uma luz, no seu campo necessariamente limitado, muito reveladora.

Um género completamente diferente de divisão é representado pela disciplina que nos habituámos a chamar «geografia humana». Aqui, a perspectiva não se vai buscar à acção de uma mentalidade de grupo (como é o caso, embora nem sempre se aperceba disso, da história do direito). Tão-pouco se vai buscar, como é o caso da história religiosa ou da história económica, à natureza específica de um facto humano: crenças, emoções, efusões do coração, esperanças e temores que a imagem de forças transcendentes à humanidade inspira; esforços para satisfazer e organizar as necessidades materiais. A investigação centra-se num tipo de ligações comuns a um grande número de fenómenos sociais. A «antropogeografia» estuda as sociedades nas suas relações com o meio físico: permutas nos dois sentidos, é claro, em que o

homem age permanentemente sobre as coisas ao mesmo tempo que estas agem sobre ele. Ainda neste caso, há apenas uma perspectiva, cuja legitimidade se prova pela sua fecundidade, mas que outras perspectivas deveriam completar. É este exactamente o papel da análise em qualquer campo de investigação. A ciência só decompõe o real para melhor o poder observar, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e se interpenetram. O perigo só começa quando cada projector pretende ser o único a ver tudo; quando cada cantão do saber se toma por uma pátria. Evitemos uma vez mais postular entre as ciências da natureza e uma ciência dos homens, não sei que paralelismo falsamente geométrico. Da vista que tenho da minha janela, tira cada sábio o que lhe pertence, sem ter muitas preocupações com o conjunto. O físico explica o azul do céu; o químico, a água do riacho; o botânico, a erva dos campos. O cuidado de recompor a paisagem tal como ela se me apresenta e me comove, esse deixam-no à arte, se o pintor ou o poeta quiserem fazê-lo. É que a paisagem, como unidade, existe apenas na minha consciência. Ora, o que é próprio do método científico, tal como o praticam aquelas formas do saber e, graças aos seus sucessos, o justificam, é abandonar deliberadamente o contemplador, para só ter olhos para os objectos contemplados. Os liames que o nosso espírito tece entre as coisas parecem-lhes arbitrários; elas cortam-nos, propositadamente, para restaurar uma diversidade, em sua opinião mais autêntica. O mundo orgânico já põe, contudo, aos que o analisam, problemas singularmente mais delicados. O biologista pode muito bem, para maior comodidade, estudar à parte a respiração, a digestão, as funções motoras; não ignora que, acima de tudo isto, há o indivíduo que tem de explicar. Mas as dificuldades da história são ainda de uma outra essência, porque tem precisamente por matéria, em última análise, consciências humanas. As relações que se entretecem mediante as consciências, as contamina-

ções, mesmo as confusões de que são o terreno, constituem, a seus olhos, a própria realidade.

Ora, *homo religiosus, homo economicus, homo politicus*, toda esta ladainha de homens em *us*, cuja lista poderíamos alongar à vontade, haveria grande perigo se os tomássemos por coisa diferente do que eles são na realidade: fantasmas cómodos, sob a condição de se não tornarem embaraçosos. O único ser de carne e osso é o homem, simplesmente, que é, ao mesmo tempo, tudo aquilo.

É verdade que as consciências têm os seus compartimentos interiores, que alguns de nós se mostram particularmente hábeis a levantar. Gustave Lenôtre ficava sempre pasmado por encontrar entre os Terroristas tantos bons chefes de família. Mesmo que os nossos grandes revolucionários tivessem sido os autênticos bebedores de sangue com que a pintura deleíta tão agradavelmente um público delicadamente emburguesado, o pasmo nem por isso deixa de trair uma psicologia bastante sumária. Quantos homens levam, em três ou quatro planos diferentes, várias vidas que desejam distintas e que conseguem, por vezes, manter como tal?

Dai, então, a negar-se a profunda unidade do eu e as constantes interpenetrações das suas atitudes há uma grande distância. Seriam um para o outro dois estranhos, o Pascal matemático e o Pascal cristão? Não cruzavam nunca seus caminhos o douto médico Francisco Rabelais e mestre Alcofribas, de pantagruélica memória? Mesmo quando os papéis alternadamente desempenhados pelo actor único parecem opor-se tão brutalmente como as personagens estereotipadas de um melodrama, é possível que, vista de perto, a antítese seja apenas a máscara de uma solidariedade mais profunda. Zombou-se do elegíaco Florian, que, segundo parece, batia nas suas amantes. Quem sabe se não punha nos seus versos tanta doçura senão para minorar o desconsolo de não conseguir pô-la na sua conduta? Quando o mercador medieval ia

ajoelhar-se com unção diante da imagem de Nossa Senhora, depois de ter violado, durante todo o dia, os ditames da Igreja sobre a usura e o justo prego, e depois, no crepúsculo da vida, acumulava os legados pios e esmoleres; quando o grande manufactureiro dos «tempos difíceis» construía hospitais com o dinheiro tirado aos salários miseráveis de crianças esfarrapadas, procuravam apenas um e outro, como habitualmente se diz, alcançar uma garantia bastante vil contra os castigos do Céu, ou não satisfaziam também, sem que o dissessem claramente, mediante esses rasgos de fé ou de caridade, os secretos anseios do coração que a vida quotidiana tinha levado a recalcar? Há contradições que se parecem muito com evasões.

E se passarmos dos indivíduos à sociedade? Como esta, seja qual for o modo por que se considere, não poderia deixar de ser, não digamos uma soma (porque seria dizer pouquíssimo), mas, pelo menos, um produto de consciências individuais, não nos devemos admirar de também nela encontrarmos o mesmo jogo de perpétuas interações. É um facto incontestável terem sido as comunidades de tecelões, pelo menos do século XII à Reforma, um dos terrenos mais favoráveis às heresias. Aqui está seguramente um belo assunto para uma ficha de história religiosa. Coloquemos, pois, cuidadosamente, no respectivo lugar, este pedaço de cartolina. Lancemos nas gavetas vizinhas, sob o título, desta vez, de «história económica», uma segunda apanha de notas. Julgaremos nós ter dado por findo o que respeita a essas turbulentas comunidades da lançadeira? Temos ainda de explicá-las, visto que uma das suas características fundamentais não foi fazer coexistir o religioso com o económico, mas entrete-las. Impressionado com «esta espécie de certeza, de segurança, de estabilidade moral», que algumas gerações imediatamente anteriores à nossa parecem ter gozado com tão espantosa plenitude, Lucien Febvre encontra para o facto sobretudo duas razões: o império

do sistema cosmológico de Laplace sobre as inteligências e «a anormal fixidez» do regime monetário. Não haverá factos humanos de natureza aparentemente mais oposta do que esses. E, no entanto, colaboraram para dar à atitude mental de um grupo a sua tonalidade entre todas mais característica.

É claro que, como sucede no íntimo de qualquer consciência pessoal, estas relações à escala colectiva não são simples. Hoje já ninguém se atreveria a dizer, com toda a singeleza, que a literatura é «a expressão da sociedade». Pelo menos, não o é no mesmo sentido em que um espelho «exprime» o objecto reflectido. Tanto pode traduzir reacções de defesa como uma consonância. A literatura carrega, quase inevitavelmente, um grande número de temas herdados, de mecanismos formais aprendidos na banca de trabalho, de antigas convenções estéticas, que são outras tantas causas de atraso. «Na mesma data», escreveu com sagacidade H. Focillon, «o político, o económico, o artístico, não ocupam — [eu preferiria «não ocupam forçosamente»] — a mesma posição nas suas curvas respectivas.» Mas é a esses desfasamentos, precisamente, que a vida social deve o seu ritmo quase sempre sobresaltado. Do mesmo modo, na maior parte dos indivíduos, as diversas almas, para falar a linguagem pluralista da antiga psicologia, raramente têm uma idade idêntica: quantos homens amadurecidos conservam ainda coisas infantis!

Michelet explicava, em 1837, a Sainte-Beuve: «Se eu só tivesse incluído na narração a história política, se eu não tivesse tido em consideração elementos diversos da história (religião, direito, geografia, literatura, arte, etc. ...), o meu caminho teria sido completamente diferente. Mas era necessário um grande movimento vital para que todos estes elementos diversos gravitassem conjuntamente na unidade da narrativa.» Em 1800, Fustel de Coulanges, por sua vez, dizia aos seus auditores da Sorbona: «Suponham cem especialistas repartindo entre

si, por lotes, o passado da França! Pensam que, ao fim e ao cabo, teriam feito a história da França? Duvido muito. Faltar-lhes-ia, pelo menos, a conexão dos factos: *ora, a conexão também é uma verdade histórica.*» «Movimento vital», «conexão»: a oposição das imagens é significativa.

Michelet pensava, sentia sob o signo do orgânico; Fustel, filho de uma idade a que o universo newtoniano parecia dar o modelo acabado da ciência, recebia as suas metáforas do espaço. Mas a sua concordância fundamental reforça um modo de ver. Estes dois grandes historiadores eram demasiado grandes para o ignorarem: uma civilização, tal qual como um indivíduo, nada tem de um jogo de paciência, mecânicamente ajuntado; o conhecimento dos fragmentos, estudados sucessivamente, cada um por si, não propiciará jamais o conhecimento do todo; nem mesmo o dos próprios fragmentos.

Mas o trabalho de recomposição só pode vir depois da análise. Melhor: não é mais do que o prolongamento da análise, do que a sua razão de ser. Na imagem primitiva, mais contemplada que observada, como discernir ligações, se as coisas se não apresentavam distintamente? A sua delicada rede só podia revelar-se depois de classificados os factos por categorias específicas. Igualmente, para permanecermos fiéis à vida no constante entrecruzamento das suas acções e reacções, não é absolutamente necessário pretender abarcá-la inteira, por um esforço de ordinário grande de mais para as possibilidades de um único sábio. Nada há mais legítimo, nem, frequentemente, de mais salutar, que centrar o estudo de uma sociedade num dos seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, num dos problemas precisos que este ou aquele desses aspectos suscita: crenças, economia, estrutura das classes ou dos grupos, crises políticas... Em resultado desta escolha reflectida, os problemas não ficarão apenas, em geral, formulados com maior firmeza: os próprios factos de contacto e de troca ficarão realçados com maior nitidez. Sob a condição, simplesmente, de que queremos

descobri-los. Quereis conhecer verdadeiramente esses grandes mercadores da Europa do Renascimento, banqueiros de imperadores e de reis, vendedores de panos e de especiarias, monopolistas do cobre, do mercúrio ou do alumínio — quereis conhecê-los na sua própria actividade comercial? Lembrai-vos de que se faziam retratar por Holbein, que llam Erasmo ou Lutero. Para comprehenderdes a attitude do vassallo medieval para com o seu senhor, cumpre que vos informeis também da sua attitude para com Deus. O historiador nunca sai do tempo, mas por uma oscilação necessária, que o debate acerca das origens já nos mostrou, considera, no tempo, ora as grandes ondas de fenómenos aparentados que percorrem, de lado a lado, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no poderoso nó das consciências.

III. — A nomenclatura

Seria, todavia, bem pouco limitarmo-nos a discernir num homem ou numa sociedade os principais aspectos da sua actividade. Importa realizar, no âmago de cada um desses grupos de factos, um novo e mais delicado esforço de análise. Convém distinguir as diversas instituições que compõem um sistema político, as diversas crenças, práticas, emoções, de que uma religião se compõe. Convém, em cada uma destas peças e nelas todas juntas, caracterizar os traços que ora as aproximam, ora as afastam das realidades da mesma ordem... Problema de classificação inseparável, na prática, do problema fundamental da nomenclatura.

Porque toda análise exige, em primeiro lugar, como utensilio, uma linguagem apropriada; uma linguagem capaz de desenhar com precisão os contornos dos factos, ao mesmo tempo que conserve a maleabilidade necessária para se adaptar progressivamente às descobertas, uma linguagem, sobretudo, sem flutuações nem equívocos. Aqui é que está o busfils, para nós outros, historiadores.

Um escritor de espirito subtil, que não gosta nada de nós, bem o viu: «Não chegou para a história aquele momento capital das definições e das convenções nítidas e especiais destinado a substituir as significações de origem confusa e estatística.» São palavras de Paul Valéry. Mas, por ser verdade que essa hora de exactidão ainda não chegou, concluiremos a impossibilidade de que venha a soar um dia? E, sobretudo, por que razão é ela tão lenta a soar?

★

A química forjou o seu cabedal de notações. E até as suas palavras: «*gaz*» é, se não me engano, um dos raros vocábulos autenticamente inventados que a língua francesa possui. Isto porque a química tinha a grande vantagem de se referir a realidades incapazes, por natureza, de se nomearem a si mesmas. A linguagem da percepção confusa, que rejeitou, não era menos exterior às coisas e, neste sentido, menos arbitraria que a linguagem da observação classificada e verificada que a substituiu: quer se diga vitriolo ou ácido sulfúrico, não é da conta do corpo a designação. Coisa muitíssimo diferente se passa com uma ciência da humanidade. Os homens não esperaram, para dar nome aos seus actos, às suas crenças e aos diversos aspectos da sua vida de sociedade, que se tornassem objecto de uma investigação desinteressada. O seu vocabulário recebe-o a história, portanto, na maior parte dos casos, da própria matéria do seu estudo. Ella aceita-o, já usado e deformado por uma longa utilização; ambiguo, aliás, inuitas vezes desde a origem, como todo o sistema de expressões que não resultou do esforço severamente concertado dos técnicos.

O pior é faltar unidade a essas contribuições. Os documentos tendem a impor a sua nomenclatura; o historiador, se lhes dá ouvidos, escreve sob a influencia de uma dada época diferente de qualquer outra. Mas, por

outro lado, pensa, naturalmente, consoante as categorias do seu próprio tempo; por consequência, com as palavras desse tempo. Quando falamos de patrícios, poderíamos ser compreendidos por um contemporâneo do velho Catão; pelo contrário, como há-de o autor, que evoca o papel da «burguesia» nas crises do Império Romano, traduzir em latim o nome ou a ideia? Assim duas orientações distintas se fazem sentir, quase necessariamente, na linguagem da história. Consideremo-las, uma após outra.



Reproduzir ou decalcar a terminologia do passado pode parecer, à primeira vista, um processo seguro. Esbarra, contudo, na sua aplicação, com múltiplas dificuldades.

Primeiramente, as mudanças das coisas estão longe de arrastar sempre consigo mudanças paralelas nos seus nomes. É o resultado natural do carácter tradicionalista inerente a toda a linguagem, como do fraco poder de invenção de que sofre a maior parte dos homens.

A observação vale mesmo para a utensilhagem, sujeita, contudo, a modificações, de ordinário bastante marcadas. Quando o meu vizinho me diz: «Saio do carro», devo entender por isto que fala de um carro de cavalos, de um automóvel? Só o conhecimento antecipado que tenha da sua cocheira ou da sua garagem me permite responder. *Aratrum* designava, em princípio, o instrumento de lavar, sem rodas; *carruca*, o que as tinha. Como o primeiro apareceu antes do segundo, poderei eu garantir, se encontrar num texto a palavra mais antiga, que ela se não manteve aplicada a um novo utensílio? Inversamente, Mathieu de Dombasle denominou «charrua» o instrumento que imaginara e que, sem rodas, era na verdade um arado.

Quantas vezes, todavia, esta vinculação ao nome herdado não aparece mais forte quando consideramos realidades de uma ordem menos material? É que as

transformações, em tais casos, se operam quase sempre com lentidão grande de mais para serem perceptíveis pelos próprios homens que elas afectam. Não sentem a necessidade de mudar o rótulo porque lhes escapa a mudança do conteúdo. A palavra latina *servus*, que deu em francês *serf*, durou séculos. Mas foram tantas as alterações sucessivas da condição que a palavra foi designando, que entre o *servus* da antiga Roma e o servo da França de S. Luís os contrastes prevaleceram largamente sobre as semelhanças. Por isso os historiadores preferiram geralmente a palavra «servo» para a Idade Média, usando «escravo» para a Antiguidade. Dito de outro modo, preferiram, neste caso, o equivalente ao decalque. Não sem sacrificarem à exactidão intrínseca da linguagem um pouco da harmonia de suas cores, porque o termo que eles transplantam assim para um clima romano nasceu somente por volta do ano 1000, nos mercados de carne humana onde os cativos eslavos pareciam fornecer o modelo acabado de uma inteira sujeição, tornada completamente estranha aos servos indígenas do Ocidente. É cômodo o artifício, se nos ativermos aos extremos. Mas, entre eles, onde convirá que se apague o escravo diante do servo? É o eterno sofisma do molho de trigo. Eis-nos, de todas as maneiras, coagidos, para nos cingirmos aos factos em si mesmos, a substituir a sua linguagem por uma nomenclatura, se não propriamente inventada, pelo menos, modificada e desajustada no tempo.

Reciprocamente, acontece também que os nomes variam, no tempo ou no espaço, independentemente de qualquer variação nas coisas. São algumas vezes causas particulares à evolução da linguagem que levam ao desaparecimento da palavra, sem que tenha havido a mais pequena alteração no objecto ou no acto. Porque os factos linguísticos têm o seu coeficiente próprio de resistência ou de ductilidade. Verificando o desaparecimento nas línguas românicas do verbo latino *emere*, e a sua substituição por outros verbos de origens muito diferentes

— *acheter, comprar*, etc. ... —, um erudito, não há muito, julgou lícito tirar do facto as conclusões mais latas e mais engenhosas acerca das transformações que, nas sociedades herdeiras de Roma, teriam afectado o regime das permutas. O que ele não há-de ter-se interrogado sobre se este facto indiscutível podia ser tratado como um facto isolado! Ora, pelo contrário, não há nada mais frequente do que a queda das palavras muito curtas nas línguas provenientes do latim; a anemia das sílabas átonas tornava-as a pouco e pouco quase indistintas. O fenómeno é de ordem estritamente fonética, e é divertido o erro de se tomar por característica de civilização económica um acidente da pronúncia.

De resto, são as condições sociais que se opõem ao estabelecimento ou à permanência de um vocabulário uniforme. Nas sociedades muito fragmentadas, como as da Idade Média, era frequente que instituições fundamentalmente idênticas fossem, conforme os lugares, designadas por termos muito diferentes. Ainda em nossos dias, os falares rurais se afastam muito entre si, até nas indicações dos objectos mais comuns e dos costumes mais universais. Na província do Centro, onde escrevo estas linhas, chama-se *village* ao que, no Norte, seria denominado *hameau*. A aldeia do Norte é aqui um *bourg*. Estas divergências verbais apresentam, em si mesmas, factos muito dignos de atenção. Se o historiador, entretanto, subordinasse a sua terminologia a tais divergências, não comprometia apenas a inteligibilidade do seu discurso; ficava impedido de efectuar sequer um trabalho de classificação, que figura na primeira fila dos seus deveres.

★

A nossa ciência não dispõe, como as matemáticas ou a química, de um sistema de símbolos separado de qualquer língua nacional. O historiador fala unicamente com palavras; portanto, com as palavras do seu país. Se se

encontra perante realidades que se exprimiram numa língua estrangeira, tem forçosamente de traduzir. Não haverá obstáculos sérios enquanto as palavras se referirem a coisas ou a acções banais: a moeda corrente do vocabulário troca-se facilmente ao par. Mas assim que aparecem instituições, crenças, costumes, que participam mais fundamentalmente da vida própria de uma sociedade, a transposição para uma outra língua, feita à imagem de uma sociedade diferente, torna-se empresa carregada de perigos. Porque escolher o equivalente é postular uma semelhança.

Havemos, portanto, de nos resignar, em desespero de causa, a conservar, desde que o expliquemos, o termo original? Assim terá de ser, algumas vezes. Quando, em 1919, a Constituição de Weimar manteve o seu velho nome de *Reich* no Estado Alemão, disseram entre nós alguns publicistas: «Estranha *República* esta que continua a denominar-se *Império*!» A verdade é não apenas que *Reich* não evoca de modo nenhum, só por si, a ideia de um imperador; associada às imagens de uma história política perpétuamente oscilante entre o particularismo e a unidade, a palavra tem uma ressonância especificamente alemã em demasia para aguentar, numa língua em que se reflecte um passado nacional muitíssimo diferente, a menor tentativa de tradução.

Como generalizar, entretanto, a reprodução mecânica, verdadeira solução de menor esforço? Ponhamos mesmo de parte qualquer preocupação de asseio de linguagem: confessamos que seria lamentável ver os historiadores, enchendo as suas considerações de vocábulos estrangeiros, imitar aqueles autores de romances rústicos que, à força de usarem um linguajar provinciano, caem numa gíria tal que o campo não se reconhece nele mais do que a cidade. Renunciando a qualquer tentativa de equivalência, compromete-se muitas vezes a própria validade. Um uso que remonta, creio eu, ao século XVIII, pretende que *serf*, em francês, ou palavras de sentido vizinho, nas outras

línguas ocidentais, sejam empregadas para designar o *criepostnoi* da antiga Rússia dos czares. É difícil imaginar uma aproximação mais infeliz. Ali, um regime de vinculação à gleba, transformado pouco a pouco numa verdadeira escravatura; entre nós, uma forma de dependência pessoal que, apesar do seu rigor, estava muito longe de considerar o homem como uma coisa desprovida de todos os direitos: a pretensa servidão russa quase nada tinha de comum com a nossa servidão medieval. Entretanto, dizer muito simplesmente «criepostnoi» pouco nos adiantaria. Porque existiram na Roménia, na Hungria, na Polónia e até na Alemanha Oriental tipos de sujeição aldeã estreitamente aparentados com aquele que se estabeleceu na Rússia. Será necessário falar, sucessivamente, romeno, húngaro, polaco, alemão ou russo? O essencial, que é reconstituir as conexões profundas dos factos, exprimindo-os por uma justa nomenclatura, escaparia uma vez mais.

O rótulo foi pois mal escolhido. Mas nem por isso é menos necessário um rótulo comum, sobreposto por conseguinte aos nomes nacionais. Aqui ainda, é de excluir toda a passividade.



Praticaram numerosas sociedades aquilo a que pode chamar-se um bilinguismo hierárquico. Afrontavam-se duas línguas — uma popular, erudita a outra. O que se pensava e se dizia correntemente na primeira escrevia-se, exclusivamente ou de preferência, na segunda. Assim, a Abissínia, do século XI ao século XVII, escreveu o gu'ez, falou o ambárico. Assim os Evangelhos narraram em grego, que era então a grande língua de cultura do Oriente, conversas que, devemos supô-lo, foram travadas em aramaico. Assim, mais perto de nós, a Idade Média só se administrou, só se relatou a si própria, em latim. Herdadas de civilizações estrangeiras, estas línguas de letrados, de sacerdotes e de notários eram forçadas a

exprimir muitas realidades para as quais não tinham sido originariamente feitas. Só o conseguiram mediante todo um sistema de transposições, mediante uma inevitável imperícia.

Ora é pelo seus escritos — exceptuados os testemunhos materiais — que conhecemos uma sociedade. Aquelas em que triunfou um tal dualismo de linguagem só nos aparecem, portanto, em muitas das suas características principais, através de um véu de aproximações. Por vezes interpõe-se mesmo uma cortina suplementar. O grande cadastro da Inglaterra que Guilherme, o Conquistador, mandou elaborar, o famoso *Livro do Juízo* (*Domesday Book*), foi obra de clérigos da Normandia ou do Mans. Não se limitaram a descrever instituições especificamente inglesas em latim; tinham-nas primeiramente pensado em francês. Quando esbarra com estas nomenclaturas por substituição de termos, só resta ao historiador fazer o trabalho às avessas. Será tarefa relativamente fácil, se as correspondências foram comodamente escolhidas e sobretudo aplicadas de maneira continuada. Não haverá grande dificuldade em reconhecer nos «cônsules» dos cronistas os condes da realidade. Encontram-se, infelizmente, casos menos favoráveis. Que será o *colonus* dos nossos diplomas dos séculos XI e XII? Pergunta desprovida de sentido. Efectivamente, aquela palavra, sem herdeira na língua vulgar, porque deixara de evocar algo de vivo, representava apenas um artifício de tradução, empregado pelos notários para designar sucessivamente, num belo latim clássico, condições jurídicas ou económicas muito diversas.

Também esta oposição de duas línguas forçosamente diferentes não representa, na verdade, senão o caso-limite de contrastes comuns a todas as sociedades. Mesmo nas nações mais unificadas, como a nossa, cada pequena colectividade profissional, cada grupo caracterizado pela cultura ou pela fortuna, possui o seu sistema de expressão peculiar. Ora, nem todos os grupos escrevem, ou

escrevem tanto, ou têm tantas oportunidades de fazer passar os seus escritos à posteridade. Toda a gente sabe ser raro que os autos de um interrogatório judiciário reproduzam literalmente as palavras pronunciadas; o escrivão, quase espontaneamente, ordena, classifica, corrige a sintaxe, expurga o texto das palavras consideradas demasiadamente vulgares. As civilizações do passado também tiveram os seus escrivães; foram os cronistas, os juristas sobretudo. Foi a voz deles que principalmente chegou até nós. Não esqueçamos que as palavras que utilizavam, as classificações que propunham por meio destas palavras, eram o resultado de uma douda elaboração, muitas vezes exageradamente influenciada pela tradição. Que admiração a nossa talvez se, em vez de penarmos sobre a terminologia complicada (e provavelmente artificial) dos censuralistas e das capitulares carolíngias, pudéssemos, deambulando por uma aldeia desse tempo, ouvir os camponeses nomear as suas condições ou os senhores as dos seus súditos? É possível que esta descrição da prática quotidiana feita por si mesma também nos não desse o quadro completo da vida; porque as tentativas de expressão e, conseqüentemente, de interpretação que provêm dos doutos ou dos homens de leis também constituem forças concretamente actuautes; atingiríamos, pelo menos, uma fibra profunda. Que ensinamento não colheríamos se — fosse o deus de ontem ou de hoje — conseguíssemos surpreender nos lábios dos humildes a sua verdadeira prece! Admitindo, porém, que tivessem eles próprios sabido traduzir sem mutilações os impulsos do seu coração.

Porque é esse, em última instância, o grande obstáculo. Não há coisa mais difícil para um homem do que exprimir-se a si próprio. Mas quase não nos custa menos a nós encontrar, para as fluidas realidades sociais que constituem a trama da nossa existência, nomes que estejam ao mesmo tempo isentos de ambigüidade e de falso rigor. Os termos mais correntes não passam de aproximações. Mesmo os termos de fé, que naturalmente ima-

ginamos terem um sentido restrito. Repare-se por quantas matizadas distinções é hoje um sábio como Le Bras obrigado a substituir aquele simplicíssimo rótulo: «católico». É coisa para dar que pensar aos historiadores que, do alto da sua crença (por vezes, e com mais frequência talvez, da sua descrença) decidem peremptoriamente do catolicismo de um Erasmo. Outras realidades, muito vivas, não conseguiram encontrar as palavras que convinham. Nos nossos dias, um operário fala com desenvoltura da sua consciência de classe: mesmo que se dê o caso de ela ser muito pouca. Não creio que este sentimento de solidariedade reflectida e armada se tenha manifestado alguma vez com mais força ou mais lucidez que entre os trabalhadores braçais das nossas terras do Norte, pelos fins do Antigo Regime; diversas petições, certos cadernos de 1789, conservaram ecos pungentes de tal sentimento, que não era, todavia, então possível denominar simplesmente porque não tinha ainda um nome.

★

Numa palavra, o vocabulário dos documentos não passa, à sua maneira, de um testemunho. Preciosíssimo, evidentemente, mas imperfeito, como todos os testemunhos; portanto, sujeito à crítica. Cada termo importante, cada talhe característico de estilo, se torna num verdadeiro elemento do conhecimento — mas somente quando confrontado com o seu ambiente; restituído ao uso da época, do meio ou do autor; defendido sobretudo, se durou muito, do perigo sempre presente do contra-senso por anacronismo. A unção real era, no século XII, considerada com naturalidade como um sacramento; consideração essa de certo cheia de significação — mas desprovida, naquela data, do valor singularmente mais forte que lhe atribuiria hoje uma teologia inflexível nas suas definições e, conseqüentemente, no seu léxico. O advento do nome é sempre:

um facto importante, mesmo quando a coisa que designa o precedeu; porque marca a época decisiva da tomada de consciência. Que momento aquele em que os adeptos de uma fé nova se chamaram a si próprios cristãos! Alguns dos nossos antecessores, como Fustel de Coulanges, deixaram-nos admiráveis modelos desse estudo dos sentidos das palavras, dessa «semântica histórica». A partir de então, os progressos da linguística vêm afinando esse instrumento. Oxalá os jovens investigadores não deixem de o manejar e, sobretudo, de fazer uso dela até às épocas mais próximas de nós, que estão, neste aspecto, muitíssimo menos exploradas.

É claro que, por muito incompleta que seja em geral a aderência, os nomes prendem-se, apesar de tudo, às realidades de maneira tal que se tornou difícil descrever uma sociedade sem fazer largo uso das suas palavras, devidamente explicadas e interpretadas. Não imitaremos os eternos tradutores da Idade Média. Falaremos de condes quando se tratar de condes, de cônsules se Roma estiver em cena. Verificou-se grande progresso na inteligência das religiões helénicas quando, na boca do erudito, Júpiter foi definitivamente destronado por Zeus. Mas isto refere-se sobretudo ao pormenor das instituições, da utensilhagem ou das crenças. Pensar que a nomenclatura dos documentos é inteiramente suficiente para fixar a nossa equivalência, em suma, a admitir que eles nos propiciam a análise já feita. Neste caso a história já não teria grande coisa a fazer. Felizmente, para prazer nosso, não é isso que sucede. Somos assim obrigados a buscar noutro lado os nossos grandes quadros de classificação.

★

Temos já à nossa disposição, para tanto, todo um léxico, cuja generalidade se pretende superior às ressonâncias de qualquer época particular. Elaborado, sem designio preestabelecido, por retoques sucessivos de várias

gerações de historiadores, reúne elementos de data e proveniência muito diversas. «Feudal», «feudalismo», termos de gíria forense tirados do tribunal desde o século XVIII por Boulainvilliers, depois por Montesquieu — para se tornarem as etiquetas, bastante toscas, de um tipo de estrutura social, já de si muito mal definido. «Capital», palavra de usurário e de contabilista, cuja significação os economistas logo alargaram muitíssimo. «Capitalista», distante da gíria dos especuladores, nas primeiras bolsas europeias. Mas «capitalismo», que tem hoje nos nossos clássicos um lugar muito mais importante, é novíssimo: a sua desinência é como uma marca de origem (*Kapitalismus*). «Revolução» trocou por um sentido mais humano as suas antigas associações astrológicas; no Céu era, e é ainda, um movimento regular, que interminantemente regressa ao mesmo ponto; na Terra, doravante, uma crise brusca toda tendida avante. «Proletário» veste-se à antiga, como os homens de 89 que, na peugada de Rousseau, fizeram sua fortuna; mas Marx, depois de Babeuf, marcou a palavra para sempre. Até a América deu «tóteme» e a Oceânia «tabo»: contribuições de etnógrafos, perante os quais hesita ainda o classicismo de alguns historiadores...

Nem esta variedade de origens, nem estes desvios de sentido, são embaraço. Uma palavra vale muito menos pela sua etimologia que pelo uso que dela se faz. Se «capitalismo», mesmo nas suas mais latas aplicações, está longe de abarcar todos os regimes económicos em que o capital dos prestamistas de dinheiro desempenhou um papel; se «feudal» serve correntemente para caracterizar sociedades de que o feudo não foi evidentemente a característica mais significativa: nada há aí que contradiga a prática universal de todas as ciências, forçadas (desde que se não contentem com puros símbolos algebricos) a servir-se do baralhado vocabulário da vida quotidiana. Quem se escandaliza com o facto de o físico continuar a chamar «átomo», isto é, «indivisível», ao objecto das suas dissecações mais audaciosas?

Muito mais temíveis são os eflúvios emotivos de que tantas palavras nos chegam carregadas. Os poderes do sentimento raramente favorecem a precisão da linguagem.

O uso, até nos historiadores, tende a confundir, da maneira mais embaraçosa, as duas expressões de «regime feudal» e de «regime senhorial». É assimilar arbitrariamente, à teia de laços de dependência característica de uma aristocracia guerreira, um tipo de sujeição campestre que, muito diferente na sua natureza, tinha, além disso, nascido muito antes, durado muito mais e se difundira mais pelo mundo.

O quiproquó remonta ao século XVIII. A vassalagem e o feudo continuavam então a existir, mas no estado de meras formas jurídicas, há muitos séculos, quase vazias de substância. Procedente desse mesmo passado, a relação senhorial, pelo contrário, continuava a ser muito viva. Os escritores políticos não souberam fazer distinções em tal herança. Não apenas porque compreendessem mal. Mas porque, na sua maioria, não a encaravam friamente. Detestavam nela, simultaneamente, os arcaísmos e, mais ainda, as obstinadas forças opressivas que continha. Uma mesma condenação envolvia o todo. Depois a Revolução aboliu, simultaneamente e sob um único nome, com as instituições propriamente feudais, a relação senhorial. Nada mais ficou que uma recordação, embora tenaz e colorida de tintas vivas pela imagem das lutas dos últimos tempos. A confusão, a partir daí, radicou-se. Nascida da paixão, ficava apta a derramar-se ainda, por efeito de novas paixões. Hoje mesmo, quando evocamos a torto e a direito as «feudalidades» industriais ou bancárias, fazemo-lo com inteira calma? Há sempre, por detrás, um reflexo de castelos incendiados, durante o Estio ardente de 89.

Ora é esta, desgraçadamente, a sorte de muitas das palavras. Continuam a viver ao nosso lado uma vida agitada de praça pública. Não é historiador aquele cujas

arengas nos intimam hoje a identificar capitalismo e comunismo. Sinais que variam muitas vezes, conforme os meios e os momentos, esses coeficientes de afectividade só fazem nascer equívocos. Diante do nome de «revolução», os ultras de 1815 cobriam a cara. Os de 1940 servem-se dele para camuflar o seu golpe de Estado.

★

Suponhamos, entretanto, o nosso vocabulário restituído definitivamente à impassibilidade. As línguas mais intelectuais também têm as suas armadilhas. Evidentemente que não sentimos aqui a menor tentação de repetir essas «brincadeiras nominalistas» de que não há muito se admirava com razão François Simiand por ver reservar às ciências do homem «o singular privilégio» delas. Com que direito nos hão-de recusar as facilidades de linguagem indispensáveis a todo o conhecimento racional? Se falamos, por exemplo, de maquinismo, não estamos de maneira nenhuma a criar uma entidade. Estamos, sim, a agrupar, sob um nome expressivo, factos tão concretos quanto seria de desejar, e cuja semelhança, que o nome tem propriamente por fim significar, é também uma realidade. Em si mesmas, tais rubricas são perfeitamente legítimas. O único perigo vem da sua própria comodidade. Se é mal escolhido ou aplicado demasiado mecânicamente, o símbolo, que só interessava como auxiliar da análise, acaba por dispensá-la. E, além disso, fomenta o anacronismo: o mais imperdoável dos pecados, no entender de uma ciência do tempo.

As sociedades medievais distinguiam duas grandes condições humanas: havia homens livres, outros que passavam por não sê-lo. Mas a noção de liberdade é daquelas que cada época trata à sua maneira. Por isso, julgaram alguns historiadores dos nossos dias que, no sentido pretensamente normal da palavra, quer dizer, no deles, os

não-livres da Idade Média, tinham sido mal denominados. Não eram — diziam eles — senão «meio livres». Palavra inventada sem nenhuma abonação dos textos, a intrusa seria, ao fim e ao cabo, um estorvo. Infelizmente não foi só isso. Por uma consequência quase inevitável, o falso rigor que dava à linguagem pareceu tornar supérflua toda a investigação verdadeiramente aprofundada acerca da fronteira da liberdade e da servidão, de acordo com a imagem que dela tinham essas civilizações: limite muitas vezes incerto, variável até segundo os preconceitos do momento ou do grupo, mas de que um dos caracteres essenciais foi, justamente, não ter nunca experimentado aquela zona marginal que o nome de semiliberdade sugere com uma insistência mal-aventurada. Uma nomenclatura imposta ao passado tenderá sempre a deformá-lo, se tiver por designio ou somente por resultado reduzir as suas categorias às nossas, alcandoradas na emergência à altura de coisa eterna. Não há outra atitude razoável para com tais rótulos senão eliminá-los.

«Capitalismo» foi um nome útil. Tornará a sê-lo, evidentemente, quando se conseguir lavá-lo de todos os equívocos de que se foi progressivamente enchendo, à medida que avançava no uso corrente. De momento, passeado sem precaução através das mais diversas civilizações, deu em mascarar-lhes quase fatalmente as originalidades. «Capitalista», o regime económico do século XVI? É possível. Considerai entretanto essa espécie de universal descoberta do ganho pelo dinheiro, infiltrando-se então na sociedade de alto a baixo, arrebatando tanto o mercador ou o notário de aldeia como o grande banqueiro de Ausburgo ou de Lião; vede o interesse votado muito mais ao empréstimo ou à especulação comercial do que à organização da produção: na sua contextura humana, como era então diferente este «capitalismo» da Renascença do sistema mais hierarquizado, do sistema manufactureiro, do sistema saint-simoniano da era da revolução industrial! Que por sua vez...

Por isso uma observação muito simples bastaria como advertência. Que data fixaremos para a aparição do capitalismo? Não já do capitalismo de uma época determinada, mas do capitalismo em si, do capitalismo com um C. Apareceu na Itália do século XII? Na Flandres do século XIII? No tempo dos Fuggers e da Bolsa de Antuérpia? No século XVIII, mesmo no século XIX? Consoante os historiadores, assim as certidões de nascimento. Quase tão numerosos, na verdade, como as daquela Burguesia de que os compêndios escolares celebram o acesso ao Poder, conforme os períodos sucessivamente propostos às congeminções dos nossos garotos, ora no período de Filipe, o Belo, ora no de Luís XIV, quando não é em 1789 ou em 1830... E se não se tratasse, ao fim de contas, exactamente da mesma burguesia? Tal como o capitalismo, que não seria talvez sempre o mesmo...

★

E assim chegamos, cuido eu, ao fundo das coisas. Recorde-se o dito espirituoso de Fontenelle: Leibniz, dizia ele, «formula definições exactas, que o privam da agradável liberdade de abusar dos termos nas ocasiões próprias». Agradável, não sei; perigosa é que é certamente. Liberdade essa que nos é excessivamente familiar. O historiador raramente define. Poderia, efectivamente, considerar supérfluo esse cuidado se se inspirasse num uso ou costume de sentido estrito. Como não é este o caso, não tem, até no uso das suas palavras-chaves, qualquer outro guia que não seja o seu instinto pessoal. Amplia, restringe, deforma despoticamente as significações — sem avisar o leitor; até mesmo sem se aperceber ele próprio sempre disso. Quantas «feudalidades», por esse mundo fora, desde a China até à Grécia dos Aqueus de belas cnémides? A maior parte das vezes, quase não se assemelham nada. É que cada historiador, ou quase, compreende a palavra à sua maneira.

E se por acaso chegamos a apresentar uma definição? Na maior parte das vezes, cada um define para uso próprio. Nada de mais significativo que o caso de um analista de economia tão penetrante como John Meynard Keynes. Poucos são os seus livros em que não o vejamos apoderar-se de termos, por excepção muito bem fixados, e decretar-lhes sentidos absolutamente novos: mudando às vezes de obra para obra; voluntariamente afastados, em todo o caso, do uso comum. Curiosa singularidade das ciências do homem que, por terem durante muito tempo figurado entre as letras, pareceu conservar alguma coisa do impenitente individualismo da arte! Podemos supor um químico a dizer: «São precisos, para formar uma molécula de água, dois corpos: um fornece dois átomos, o outro um só; no meu vocabulário, ao primeiro chama-se oxigénio e ao segundo hidrogénio.» Por muito bem definidas que as suponhamos, linguagens de historiadores, postas lado a lado, não farão nunca a linguagem da história.

Manda a verdade que se diga que se tentaram, aqui e ali, esforços mais bem concertados, por grupos de especialistas que a juventude relativa das suas disciplinas parece pôr ao abrigo das piores rotinas corporativas (linguistas, etnógrafos, geógrafos); no que respeita à história inteira, mediante o Centro de Síntese, sempre à espreita dos serviços a prestar e dos exemplos a dar. De tudo isso se deve esperar muito. Mas menos ainda, talvez, que dos progressos de uma difusa boa vontade. Virá o dia, evidentemente, em que uma série de entendimentos hão-de permitir tornar a nomenclatura mais precisa e depois, pouco a pouco, afiná-la. Mesmo então, a iniciativa do investigador há-de conservar tradicionalmente as articulações da sua narrativa: quando, pelo menos, não se contentava, reduzindo-se a uma analítica, com arrastar-se coxeando de milésimo em milésimo.

As denominações dos povos conquistadores marcavam as grandes épocas, à medida que uma destruíra outra. A

memória colectiva de quase toda a Idade Média viveu assim do mito bíblico dos Quatro Impérios: assírio, persa, grego, romano. Se houve molde incómodo, esse foi um deles. Não obrigava apenas, por submissão ao texto sagrado, a prolongar até ao presente a miragem de uma fictícia unidade romana. Por um estranho paradoxo numa sociedade de cristãos — como deve sê-lo hoje aos olhos de qualquer historiador —, a Paixão parecia, na marcha da humanidade, um marco menos notável que as vitórias de ilustres assoladores de províncias. Quanto às divisões mais pequeninas, a sucessão dos monarcas, dentro de cada nação, marcava-lhes seus limites. Estes hábitos mostraram-se maravilhosamente tenazes. Espelho fiel da escola francesa, por volta de 1900, a *História de França* avançava ainda tropeçando de reinado a reinado e fazendo alto a cada morte de príncipe, contada com a minúcia que se empresta aos grandes acontecimentos. E depois que se acabaram os reis? Felizmente que os sistemas de governo também são mortais: servem portanto as suas revoluções de baliza. Mais perto de nós, é por «preponderâncias» nacionais — equivalentes edulcorados dos impérios de outrora — que uma importante colecção de manuais segmenta deliberadamente o curso da história moderna. Espanhola, francesa, inglesa, estas hegemonias são — valerá a pena dizê-lo? — de natureza diplomática e militar. O resto dispõe-se como puder.

Não obstante, há muito que o século XVIII fizera ouvir os seus protestos. «Parece», escrevia Voltaire, «que não houve nas Gálias, de há mil e quatrocentos anos a esta parte, senão reis, ministros e generais.» A pouco e pouco foram aparecendo pois novas divisões, que, alheias à obsessão imperialista ou monárquica, entendiam regular-se por fenómenos mais profundos. «Feudalismo», nome de um período, como também de um sistema social e político, data, como vimos, dessa altura. Mas, entre todos, são instrutivos os destinos da palavra «idade média».



Pela sua remota origem, ela mesma era medieval. Pertencia ao vocabulário daquele profetismo meio herético que, sobretudo desde o século XIII, seduzia tantas almas inquietas. A Encarnação pusera fim à Antiga Lei. Não instaurara o reino de Deus. De olhos postos na esperança desse dia bendito, o tempo presente não passava, portanto, de uma idade intermediária, um *medium aevum*. Depois, parece que desde os primeiros humanistas, para quem esta linguagem mística continuava a ser familiar, a imagem foi-se desviando para realidades mais profanas. Num sentido, tinha chegado o reino do Espírito. Era essa «restauração» das letras e do pensamento de que os melhores tinham então tão viva consciência: testemunham-no Rabelais, Ronsard. Findara a «idade média», que figurara também como uma longa espera entre a Antiguidade fecunda e a sua nova Revelação. Assim entendida, a expressão viveu obscuramente durante várias gerações, limitada, evidentemente, a alguns círculos de eruditos. Julga-se que só pelo fim do século XVII um alemão, modesto fazedor de manuais, Cristóvão Keller, pensou, numa obra de história geral, designar por «idade média» o período, muito mais que milenário, que vai das Invasões ao Renascimento. Introduzido o uso, sabe-se lá por que canais, tomou definitivamente direito de cidade na historiografia europeia, e nomeadamente francesa, pela época de Guizot e Michelet.

Voltaire ignorava o termo. «Quereis finalmente vencer o desgosto que vos causa a *história moderna, desde a decadência do Império Romano*»: reconheceu-se a primeira fase do *Essai sur les Moeurs*. Não tenhamos, contudo, dúvidas sobre isto: foi exactamente o espírito do *Essai* que, dado o seu poder sobre as gerações seguintes, fez o êxito de «idade média». Como de resto, do seu quase necessário parceiro, Renascimento. Corrente de longa data

no vocabulário da história do gosto, mas como nome comum e com a adjunção obrigatória de um complemento («o renascimento das artes e das letras no tempo de Leão X, ou no reinado de Francisco I», dizia-se), não conseguiu conquistar antes de Michelet, ao mesmo tempo que a maiúscula, a honra de bastar por si só como sinal de um período inteiro. De ambos os lados, a ideia é a mesma. Outrora, as batalhas, a política dãs cortes, a ascensão ou a queda das grandes dinastias propiciavam o quadro. Sob os seus estandartes iam-se acomodando como podiam a arte, a literatura, as ciências. Cumpria agora inverter. Nas épocas da humanidade, são as manifestações mais requintadas do espírito humano que, pelos seus variáveis progressos, dão o tom. Não há idela que traga mais nitidamente do que aquela a marca voltairiana.

Mas uma grave fraqueza viciava estas classificações: o traço distintivo era, ao mesmo tempo, um juízo. «A Europa, comprimida entre a tirania sacerdotal e o despotismo militar, aguarda, entre o sangue e as lágrimas, o momento em que novas luzes lhe vão permitir renascer para a liberdade, a humanidade e as virtudes.» Assim descrevia Condorcet a época em que um consenso unânime havia de consagrar em breve o nome de Idade Média. Mas, uma vez que não acreditamos já nessa «noite», que renunciámos a pintar como um deserto uniformemente estéril esses séculos que, no domínio das invenções técnicas, da arte, do sentimento, da reflexão religiosa, tão ricos foram, séculos que assistiram ao primeiro impulso da expansão económica europeia, que, finalmente, nos deram as nossas pátrias, sendo assim, que razão pode ainda subsistir para confundir, sob uma rubrica falaciosamente comum, a Gália de Clóvis e a França de Filipe, o Belo, Alcuíno com Tomás ou Occam, o estilo animalista das jóias «bárbaras» e as estátuas de Chartres, as compactas cidadezinhas dos tempos carolíngios e as brilhantes burguesias de Génova, de Bruges ou de Lubeck? A Idade Média, na verdade, só vive já de uma humilde vida peda-

gógica: contestável comodidade de programas; rotulação, sobretudo, de técnicas eruditas, cujo campo, aliás, se encontra bastante mal demarcado pelas datas tradicionais. O medievalista é o homem que sabe ler velhas escrituras, criticar um diploma, compreender o francês velho. Já é alguma coisa, evidentemente. Mas não chega para satisfazer, na busca das divisões exactas, uma ciência do real.



Na confusão das nossas classificações cronológicas introduziu-se uma moda bastante recente, julgo eu, tanto mais avassaladora, em todo o caso, quanto é menos razoável. Nós contamos naturalmente por séculos.

Alheia durante muito tempo a qualquer apuramento exacto de anos, também a palavra tinha originariamente as suas ressonâncias místicas: acentos de Quarta Ecloga ou de *Dies Irae*. Talvez se não tivessem esbatido de todo no tempo em que, sem grande preocupação de precisão numérica, a história se atardava complacentemente no «século de Péricles», no de «Luís XIV». Mas a nossa linguagem tornou-se mais severamente matemática. Já não designamos os séculos pelos seus heróis. Numeramos-los uns atrás dos outros, com todo o cuidado, de cem em cem anos, desde aquele ponto de partida fixado para todo o sempre no ano 1 da nossa era. A arte do século XIII, a filosofia do século XVIII, o «estúpido século XIX»: estas figuras de máscara aritmética entulham as páginas dos nossos livros. Qual de nós se pode gabar de ter sempre conseguido escapar às seducções da sua aparente comodidade?

Para maior desgraça, nenhuma lei da história impõe que os anos cujo milésimo termina pelo algarismo 1 coincidam com os pontos críticos da evolução humana. Daí vêm estranhas inflexões de sentido. «É de todos sabido que o século XVIII começa em 1715 e se acaba em 1789.» Li esta frase um dia num exercício de estu-

dante. Candura? Ou malícia? Não sei. Era, em todo o caso, pôr bem a nu certas bizarras do uso. Mas, tratando-se do século XVIII filosófico, poderia, evidentemente, dizer-se com mais propriedade que nasceu muito antes de 1701: a *Histoire des Oracles* apareceu em 1687 e o *Dictionnaire* de Bayle em 1697. O pior é que o nome, como sempre, arrastando consigo a idela, faz que estes falsos rótulos acabem por enganar quanto à mercadoria. Falam os medievalistas do «renascimento do século XII». É indubitavelmente um grande movimento intelectual. Mas, se o inscrevemos sob aquela rubrica, somos levados facilmente a esquecer que começou na realidade por volta de 1060, e escapam-nos algumas ligações essenciais. Em suma, temos o ar de distribuir segundo um rigoroso ritmo pendular arbitrariamente escolhido realidades a que esta regularidade é absolutamente alheia. É uma teima. Sustentamo-la, naturalmente, muito mal. Temos de arranjar melhor.



Enquanto nos limitarmos a estudar, no tempo, cadeias de fenómenos aparentados, o problema é, evidentemente, simples. Pedimos aos próprios fenómenos os seus próprios períodos. Uma história religiosa do reinado de Filipe Augusto? Uma história económica do reinado de Luís XV? Porque não: «Diário do que se passou no meu laboratório aquando da segunda presidência de Grévy», por Luís Pasteur? Ou, inversamente, «História diplomática da Europa desde Newton até Einstein»?

É fácil compreender o motivo da sedução das divisões tiradas uniformemente da sequência dos impérios, dos reis ou dos regimes políticos. Não tinham somente por si o prestígio que uma longa tradição confere ao exercício do Poder «as acções», dizia Maquiavel, «que têm o aspecto de grandeza próprio dos actos do governo ou do Estado.» Uma subida ao trono, uma revolução, têm o seu lugar fixado, na duração, em um certo ano, mesmo

num determinado dia. Ora, o erudito gosta, como é costume dizer, de «datar com precisão». Encontra nisso, com a aquietação de um instintivo horror do que é vago, uma grande comodidade de consciência. Anseia por ter lido tudo, por ter compulsado tudo o que se refira ao seu tema. Como se sente bem, diante de cada *dossier* de arquivo, se puder, de calendário na mão, distinguir: antes, durante, depois!

Evitemos, contudo, sacrificar ao ídolo da falsa exactidão. O corte mais exacto não é forçosamente o que recorre à unidade de tempo mais pequena — caso em que conviria preferir não somente o ano à década, mas também o segundo ao dia —, mas sim a que se adapta melhor à natureza das coisas. Ora, cada tipo de fenómeno tem a sua espessura, a sua peculiar medida e, por assim dizer, a sua decimal escala específica. As transformações da estrutura social, da economia, das crenças, do comportamento mental, não podem, sem deformação, dobrar-se a uma cronometragem excessivamente apertada. Quando escrevo que uma modificação extremamente profunda da economia ocidental, marcada a um tempo pelas primeiras importações maciças dos trigos exóticos e pela primeira grande expansão das indústrias alemã e americana, se produziu entre 1875 e 1885 aproximadamente, utilizo a única aproximação que este género de factos legitima. Uma data, digamos, mais precisa trairia a verdade. Analogamente, em estatística, uma média decenal não é, em si, mais grosseira que uma média anual ou hebdomadária. Exprime, simplesmente, um outro aspecto da realidade.

Não é, aliás, absolutamente impossível, *a priori*, que suceda revelarem-se coincidentes, à observação, as fases naturais de fenómenos de ordem na aparência muito diferentes. Será exacto que o advento do Segundo Império tenha introduzido um período novo na economia francesa? Tinha Sombart razão quando identificava o impulso do capitalismo com o do espírito protestante?

Thierry-Maulnier viu bem ao descobrir na democracia «a expressão política» desse mesmo capitalismo (não precisamente o mesmo, desconfio)? Não temos o direito de rejeitar preconceituosamente tais coincidências, por muito duvidosas que possam parecer-nos. Mas elas só não-de aparecer, se for caso, com uma condição: não terem sido postuladas antecipadamente. É certo que as marés estão em relação com as fases lunares. Contudo, para o sabermos, foi necessário, em primeiro lugar, determinar, à parte, as épocas do fluxo e as épocas da Lua.



E se, ao contrário, se trata de caracterizar as etapas sucessivas da evolução social na sua integridade? É um problema de nota dominante. Nesta matéria, não podemos senão sugerir os caminhos por onde parece que deve meter-se a classificação. Não nos esqueçamos de que a história é ainda uma ciência em gestação.

Os homens que nasceram num mesmo ambiente social, em datas vizinhas, sofrem necessariamente, em particular no seu período de formação, influências análogas. Prova a experiência que o seu comportamento apresenta, em relação aos grupos sensivelmente mais velhos ou mais novos, características distintas, de ordinário acentuadamente nítidas. Isto até nos seus desacordos, que podem ser dos mais vinculados. A paixão por um mesmo debate, ainda que em sentido oposto, é ainda semelhança. Este cunho comum, procedente de uma comunhão de idade, faz uma geração.

Uma sociedade, a bem dizer, raramente é uma. De-compõe-se em meios diferentes. Em cada um deles, as gerações nem sempre se sobrepõem: as forças que agem sobre um jovem operário exercer-se-ão fatalmente, pelo menos com uma intensidade igual, sobre um jovem camponês? Acrescentemos, mesmo nas civilizações mais bem soldadas, a lentidão de propagação de determinadas cor-

rentes. «Eramos românticos, na província, na época da minha adolescência, enquanto Paris já tinha deixado de o ser», dizia-me o meu pai, nascido em Estrasburgo no ano de 1848. Frequentemente, aliás, como neste caso, a oposição reduz-se, sobretudo, a um desfasamento. Quando, portanto, falamos desta ou daquela geração francesa, por exemplo, evocamos uma imagem complexa, e às vezes com sua discórdância—mas de que é natural fixar, antes de mais, os elementos verdadeiramente directores.

Quanto à periodicidade das gerações, escusado é dizer que, apesar das fantasias pitagóricas de alguns autores, nada tem de regular. Conforme a cadência mais ou menos viva do momento social, os limites aproximam-se ou afastam-se. Há, em história, gerações longas e gerações curtas. Apenas a observação permite abarcar os pontos em que a curva muda de orientação. Pertenci a uma escola em que as datas de entrada facilitam uma referencial. Cedo me reconheci, sob muitos aspectos, mais próximo dos cursos que me tinham precedido do que daqueles que me seguiram quase imediatamente. Colocávamo-nos, os meus camaradas e eu, na ponta extrema daquilo a que pode chamar-se, creio eu, a geração do Caso Dreyfus. A experiência da vida não desmentiu esta impressão.

Acontece, enfim, forçosamente, que as gerações se interpenetram. Porque os indivíduos não reagem sempre de maneira semelhante às mesmas influências. Entre as nossas crianças, é, desde já, bastante fácil distinguir, *grosso modo*, conforme as idades, a geração da guerra da que será, somente, a do pós-guerra. Com uma excepção, todavia: nas idades que não constituem ainda a adolescência quase amadurecida, e que ultrapassaram, no entanto, a infância, a sensibilidade aos acontecimentos do presente varia muito com os temperamentos pessoais; os mais precoces serão verdadeiramente «da guerra»; os outros permanecerão no lado oposto.

A noção de geração é, portanto, muito maleável, como todo o conceito que se esforça por exprimir, sem as de-

formar, as coisas do homem. Mas corresponde também a realidades que sentimos muito concretas. Há já muito que a noção de geração vem sendo utilizada, como que instintivamente, por disciplinas cuja natureza levava à recusa, antes de quaisquer outras, das velhas divisões por reinados ou por governos: assim, a história do pensamento, ou a das forças artísticas. Afigura-se destinada a propiciar, cada vez mais, um primeiro referencial a uma análise ponderada das vicissitudes humanas.

Mas uma geração só representa uma fase relativamente curta. As fases mais longas chamam-se «civilizações».



Graças a Lucien Febvre, conhecemos bem a história da palavra, inseparável, escusado é dizer, da história da ideia. Só lentamente se libertou do juízo de valor. Mais exactamente, produziu-se uma dissociação. Falamos ainda (posto que, com menos segurança, aí de nós!, que os nossos antepassados) da civilização em si, que é um ideal, e da difícil ascensão da humanidade aos seus nobres requintes; mas falamos também das civilizações, no plural, que são simplesmente realidades. Admitimos, além disso, que haja, atrevo-me a dizê-lo, civilizações de não-civilizados. E isto porque reconhecemos que numa sociedade, seja ela qual for, tudo se liga e se determina mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, as mais elementares e as mais subtis manifestações da mentalidade. Como havemos de chamar a este complexo—«no seio do qual», escrevia já Guizot, «todos os elementos da vida de um povo, todas as forças da sua existência, vêm reunir-se»? Criado no século XVIII para exprimir um bem absoluto, o nome «civilização», à medida que as ciências do homem se tornavam mais relativistas, cingiu-se, naturalmente, sem perder o seu significado antigo, a este novo sentido de facto. Do que foi outrora a sua única significação guarda apenas como

que uma ressonância de simpatia humana, cujo valor não deve minimizar-se.

As oposições entre civilizações aparecem claramente quando, no espaço, o contraste depende do exotismo: pode negar-se que não exista hoje uma civilização chinesa? Nem que ela não difira grandemente da europeia? Mas, também nos mesmos lugares, o acento maior do complexo social se pode modificar, mais ou menos lentamente ou bruscamente. Quando se operou a transformação, dizemos nós que uma civilização sucede a outra. Por vezes, há abalo vindo de fora e acompanhado, geralmente, da inserção de novos elementos humanos: assim entre o Império Romano e as sociedades da Alta Idade Média. As vezes, pelo contrário, é uma simples mudança interior: a civilização do Renascimento, por exemplo, de que tanto herdámos; não obstante, todos nós estamos de acordo sobre que já não é a nossa. E com certeza difícil exprimir estas diversas tonalidades. Não se pode fazê-lo mediante rótulos excessivamente sumários. O comodismo das palavras em *ismo* (*Typismus, Konventionalismus*) arruinou o ensaio de descrição evolutiva, inteligente contudo, tentado um dia por Karl Lamprecht, na sua *História da Alemanha*. Era já o erro de Taine, em quem nos espanta hoje tanto a espécie de realidade pessoal confinada à «concepção dominadora». Entretanto, o facto de alguns esforços se terem malogrado não justifica a renúncia. Cabe à investigação introduzir nas suas distinções uma precisão e uma subtilidade cada vez maiores.



Em resumo: o tempo humano há-de ser sempre rebelde tanto à implacável uniformidade como ao seccionamento rígido do tempo do relógio.

Necessita de medidas adaptadas à variabilidade do seu ritmo e que aceitem por limites zonas marginais,

sempre que a realidade o exija. Só mediante esta plasticidade a história pode chegar a adaptar, consoante a expressão de Bergson, as suas classificações às «próprias linhas do real»: e este é, em rigor, o fim derradeiro de toda a ciência.

CAPÍTULO V

Foi em vão que o positivismo pretendeu eliminar da ciência a ideia de causa. Quer queiram, quer não, o físico, o biologista, pensam em termos de «porquê» e de «porque». Os historiadores não poderiam fugir a esta comum lei de espírito. Uns, como Michelet, discorrem num grande «movimento vital», mais do que explicam em termos lógicos; outros ostentam o seu dispositivo de indução e de hipóteses; em todos está presente o laço genético. Mas do facto de a determinação de relações de causa a efeito ser assim uma necessidade instintiva do nosso entendimento não se segue que a sua averiguação deva ser abandonada ao instinto. Se a metafísica da causalidade se encontra aqui fora do nosso horizonte, o emprego da relação causal, como instrumento do conhecimento histórico, exige incontestavelmente uma tomada de consciência crítica.



Suponhamos um homem a andar por um caminho da montanha. E que tropeça e cai num precipício. Para que se desse um acidente, houve que verificar-se o concurso de um grande número de elementos determinantes. Entre outros, estes: a existência da gravidade, a presença de um relevo, resultante ele próprio de longas vicissitudes geológicas; o traçado do caminho, destinado, por exemplo, a ligar uma aldeia às suas pastagens de Verão. Será, pois, perfeitamente legítimo afirmar que, se as leis da mecânica celeste fossem diferentes, se a evolução da Terra tivesse sido outra, se a economia alpestre não se

baseasse na transumância sazonal, não se teria verificado a queda no precipício. Mas se perguntarmos entretanto: qual foi a causa? Toda a gente dirá: o passo em falso. Não é que esse antecedente fosse o mais necessário ao acontecimento. Muitos outros o eram no mesmo grau. Mas distingue-se dos demais por vários caracteres muito flagrantes: foi o último a dar-se; era o menos permanentemente, o mais excepcional na ordem geral do mundo; e, finalmente, por virtude mesmo desta menor generalidade, a sua intervenção parece a que poderia ter sido mais facilmente evitada. Por todas estas razões, o passo em falso pode parecer ligado ao efeito por um vínculo mais directo, e quase não podemos evitar o sentimento de que só ele verdadeiramente o produziu. Aos olhos do senso comum, que ao falar de causa tem sempre dificuldade em desembaraçar-se de um certo antropomorfismo, este componente da última hora, este componente particular e inopinado, assemelha-se um pouco ao artista, que dá forma a uma matéria maleável já toda pronta.

O raciocínio histórico, na sua prática corrente, não procede de outro modo. Os antecedentes mais constantes e mais gerais, por muito necessários que sejam, continuam a ser simplesmente subentendidos. Qual é o historiador militar que pensará colocar entre as razões de uma vitória a gravitação, que explica as trajetórias dos obuses, ou as disposições fisiológicas do corpo humano, sem as quais os projecteis não provocariam ferimentos mortais? Já os antecedentes mais particulares, mas dotados ainda de uma certa permanência, formam o que se convencionou chamar as condições. O mais especial, aquele que, no feixe das forças gerais, representa, de qualquer modo, o elemento diferencial, recebe de preferência o nome de «causa». Dir-se-á, por exemplo, que a inflação do tempo de Law foi a causa da subida global dos preços. A existência de um meio económico francês, já homogêneo e consistente, será apenas uma condição. Porque as facilidades de circulação, que, difundindo as notas por toda

a parte, permitiram, por si, a alta, tinham precedido a inflação e sobreviveram a ela.

★

Não se duvide de que haja nesta discriminação um fecundo princípio de pesquisa. De que serve insistirmos sobre antecedentes quase universais? São comuns a demasiados fenómenos para que mereçam figurar na genealogia de qualquer deles em particular. Sei muito bem, antecipadamente, que não haveria incêndio se o ar não tivesse oxigénio; o que me interessa, o que exige e justifica um esforço de descoberta, é determinar de que maneira o fogo começou. As leis das trajectórias valem para a derrota como para a vitória; explicam-nas a ambas; são, portanto, inúteis na explicação peculiar a uma ou a outra.

Mas não se pode, sem risco, elevar ao absoluto uma classificação hierárquica que verdadeiramente não passa de uma comodidade de espírito. A realidade apresenta-nos uma quantidade quase infinita de linhas de força que convergem todas num mesmo fenómeno. A escolha que fazemos entre elas pode muito bem basear-se em caracteres, na prática muito dignos de atenção; mas é sempre uma escolha. Há, nomeadamente, muito arbitrio na ideia de uma causa por excelência, oposta às simples «condições». O próprio Simiand, tão cioso de rigor e que tinha primeiramente tentado (em vão, creio eu) definições mais estritas, parece ter acabado por reconhecer o carácter muito relativo da distinção. «Uma epidemia», escreve ele, «terá como causa, para o médico, a propagação de um micróbio e, como condição, a falta de higiene, a saúde deficiente, geradas pelo pauperismo; para o sociólogo e para o filantropo, o pauperismo será a causa e os factores biológicos a condição.» O que é admitir, de boa mente, a subordinação da perspectiva ao ângulo próprio da investigação.

Cuidado com isto, aliás; a superstição da causa única, em história, é muitas vezes a forma insidiosa da procura do responsável: portanto, do juízo de valor. «A quem pertence a culpa, ou mérito?», diz o juiz. O sábio contenta-se com perguntar «porquê?» e aceita que não seja simples a resposta. Preconceito do senso comum, postulado do lógico ou deformação profissional de magistrado instrutor, o monismo da causa será sempre um estorvo para a explicação histórica. Esta procura muitas ondas casuais e não se assusta de que sejam múltiplas, visto que assim as apresenta a vida.

Os factos históricos são, por essência, factos psicológicos. E, portanto, noutros factos psicológicos que encontrem normalmente os seus antecedentes. Não há dúvida de que os destinos humanos se inserem no mundo físico e lhe suportam o peso. Contudo, exactamente onde a intrusão destas forças exteriores se afigura mais brutal, a sua acção só se exerce orientada pelo homem e pelo seu espírito. O vírus da peste negra foi a causa primeira do despovoamento da Europa. Mas a epidemia não se propagou tão rapidamente senão devido a determinadas condições sociais — portanto, na sua natureza profunda, mentais — e os seus efeitos morais explicam-se apenas pelas predisposições particulares da sensibilidade colectiva.

Mas a psicologia da consciência clara não é a única psicologia que existe. Quem ler certos livros de história poderá julgar a humanidade composta unicamente de vontades lógicas, para quem as suas razões de agir nunca teriam o menor segredo. Perante o estado actual das investigações sobre a vida mental e as suas obscuras profundezas, temos aqui uma prova mais de eterna dificuldade que as ciências têm de serem exactamente contemporâneas umas das outras. E é também repetir, ampliando-o, o erro, tão frequentemente denunciado todavia, da velha teoria económica. O seu *homo oeconomicus* não era uma sombra vã apenas por o suporem exclusivamente ocupado com os seus interesses: a pior ilusão con-

sistia em imaginar que ele pudesse ter destes interesses uma ideia tão clara. «Não há coisa tão rara como um designio», já o dizia Napoleão. Quem acredita que a pesada atmosfera moral em que estamos neste momento mergulhados marque em nós apenas o homem das decisões reflectidas? Falsearíamos gravemente o problema das causas, em história, se o reduzíssemos, sempre e em todos os casos, a um problema de motivos.

★

Como é, aliás, curiosa a antinomia que se verifica nas atitudes sucessivas de tantos historiadores! Dá-se o caso de quererem certificar-se de que se verificou realmente um determinado acto humano? Nenhum escrúpulo lhes parece demasiado em tal investigação. Mas se passam às razões do acto? Satisfá-los a menor aparência: ordinariamente baseada numa daquelas máximas de psicologia banal, que não são nem mais nem menos verdadeiras do que as suas contrárias.

Dois críticos de formação filosófica, Georges Simmel na Alemanha, François Simiand em França, divertiram-se a pôr a nu algumas dessas petições de princípio. Os hebertistas, escreve um historiador alemão, estavam, a princípio, perfeitamente de acordo com Robespierre, porque este se dobrava a todos os seus desejos; depois afastaram-se dele, porque o consideraram poderoso de mais. E, observa, em suma, Simmel, subentender as duas proposições seguintes: um benefício provoca o reconhecimento; ninguém gosta de ser dominado. Ora estas duas afirmações não são, é claro, forçosamente falsas. Mas também não são forçosamente verdadeiras. Por que razão não poderíamos afirmar, com igual verosimilhança, que uma submissão muito pronta às vontades de um partido provoque nele mais desprezo do que gratidão por tal fraqueza? E, por outro lado, nunca se viu um ditador, pelo temor que a sua força inspira, abafar sequer a menor

veleidade de resistência? Um escolástico dizia da autoridade que ela tem «um nariz de cera, que se molda indiferentemente para a esquerda e para a direita». Assim são também as pretensas verdades psicológicas do senso comum.

O erro, no fundo, é análogo àquele em que se inspirava o pseudodeterminismo geográfico, hoje definitivamente arruinado. Quer se esteja em presença de um fenómeno do mundo físico ou de um facto social, as reacções humanas nada têm de um movimento de relógio, sempre disparado no mesmo sentido. O deserto, a despeito do que disse Renan, não é necessariamente «monoteísta», porque os povos que por ele passam não o vêem todos com a mesma alma. O pequeno número de lugares de água levaria, em todo o lado, ao agrupamento do *habitat* rural e a sua abundância à dispersão, só no caso de ser verdadeiro que os camponeses tivessem, obrigatoriamente, por primeira preocupação, a proximidade das fontes, dos poços e dos lagos. Sucede, às vezes, na realidade, que preferem reunir-se, por preocupação de segurança ou de ajuda recíproca, até por simples humor gregário, mesmo onde há uma fonte em cada palmo de terra; ou então, inversamente (como em determinadas regiões da Sardenha), instalando cada um sua casa no centro da sua pequena terra, aceitam, pelo preço desta satisfação que tomam a peito, longas caminhadas à procura da água que escasseia. A grande variável na natureza não é, essencialmente, o homem?

★

Não nos iludamos, porém. Em tal caso, o erro não está na própria explicação. Reside todo ele no seu apriorismo. Posto que, até aqui, os exemplos não pareçam muito frequentes, pode suceder que, sob certas condições sociais, seja a distribuição dos recursos em água a decidir, antes de qualquer outra causa, do *habitat*. O que é certo é que

não decide de maneira necessária. Não é absolutamente impossível que os hebertistas tenham realmente obedecido às razões que lhes atribuía o seu historiador. O mal foi considerar a hipótese, antecipadamente, como certa. Havia que prová-la. E depois, uma vez feita a prova — que não temos o direito de considerar, por idela preconcebida, como impraticável —, restava ainda, levando a análise mais fundo, perguntar por que razão, de entre todas as atitudes psicológicas concebíveis, foram aquelas que se impuseram ao grupo. Porque, visto como uma reacção da inteligência ou da sensibilidade nunca se impõe com evidência como a única possível, exige, por sua vez, quando se verifica, que nos esforcemos por lhe descobrirmos as razões. Numa palavra, as causas, em história como de resto em qualquer outro domínio, não se postulam. Investigam-se...

APENDICE

Como se apresentavam os manuscritos de «Métier d'historien» (a)

Preparar para publicação um manuscrito inacabado, ao qual o seu autor não pôde dar a última demão, e a que mesmo nas partes que chegou a entregar para dactilografar haveria por certo que dar uns últimos retoques antes de o enviar ao prelo, é tarefa delicada e de molde a suscitar muitos escrúpulos. Mas que valem tais escrúpulos em comparação com o prazer propiciado pela revelação de uma tão bela obra — mesmo mutilada?

Marc Bloch, como eu próprio, pensava há muito dar forma às suas ideias acerca da história. Digo de mim para mim, muitas vezes, com amargura, que, enquanto era ainda tempo, bem nos poderíamos ter associado para dar à gente moça um «Langlois e Seignobos» que teria sido o manifesto de uma outra geração e a tradução de um espírito muito diferente. Agora é tarde. Mas, pelo menos, Marc Bloch tentou, quando os acontecimentos o desviaram do seu caminho, realizar, de seu lado, um projecto acerca do qual tantas vezes discutimos juntos.

Já contei, noutra ocasião, como, estando ele mobilizado num estado-maior na Alsácia e custando-lhe a suportar a ociosidade da *drôle de guerre* — foi, um dia, à loja do primeiro merceeiro chegado de Molsheim e comprou um caderno de estudante, decerto muito parecido com aquele que Henri Pirenne, deportado numa outra aldeia, nos confins da Alemanha, utilizou para escrever a história da Europa. Bloch, na primeira página, inscreveu um título:

História da sociedade francesa
no quadro da civilização europeia

(a) O título completo desta obra é *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*, que nesta edição portuguesa denominámos *Introdução à História*. (N. do E.)

Em seguida compôs a dedicatória:

A memória de Henri Pirenne
que, no tempo em que o seu país combatia ao lado do meu
pelo direito e pela civilização,
escreveu no cativeiro uma história da Europa

Após o que redigiu, conforme o seu hábito, uma introdução:

Reflexões para um leitor curioso de método

seguida de um certo número de páginas que ficaram manuscritas e que compõem um primeiro capítulo, intitulado: «Nascimento da França e da Europa».

Os acontecimentos que o próprio Bloch contou em *A Estranha Derrota* interromperam este trabalho. E quando, de volta à França, após o trágico circuito Dunquerque-Londres-Bretanha, Bloch voltou ao trabalho — foi para se dedicar à redacção da sua *Apologie pour l'Histoire*. A partir de quando exactamente? Não posso dizê-lo ao certo. Disponho de uma primeira data: lê-se, abaixo da comovedora página que Bloch me dedicou: «Fougères, Creuse, a 10 de Maio de 1941.» E numa folha solta inserta numa das pastas se lê igualmente isto:

«Estado do trabalho: 11 de Março de 1942,

1. — Escrever, para acabar IV, generalidades, civilizações — e reler.
2. — Passar a V (mudança, experiência).»

10 de Maio, 11 de Março de 1942: Bloch, sem pressas, depois desta data, acabou efectivamente o capítulo IV e encetou o capítulo V — a que não deu qualquer título definitivo. E depois, nada mais.

★

Como viria Bloch a terminar o seu livro? Não encontrarei, nos papéis que me chegaram às mãos, nenhum plano assente do livro projectado. Ou, melhor, sim. Descobri um — mas anterior ao trabalho de realização e que difere muito sensivelmente do plano que foi afinal seguido por Marc Bloch. Prevê sete capítulos. Intitula-os respectivamente:

- I. — O conhecimento histórico: passado e presente.
- II. — A observação histórica.

III. — A análise histórica.

IV. — O tempo e a história.

V. — A experiência histórica.

VI. — A explicação em história.

VII. — O problema da previsão.

Como conclusão, Bloch projectava escrever um estudo sobre o papel da história na Cidade e no Ensino. E pensava dedicar um apêndice ao ensino da história.

As diferenças que este programa apresenta em relação àquele que o historiador finalmente executou não necessitam de ser sublinhadas. Se, nas suas linhas gerais, o conteúdo previsto para os cinco primeiros capítulos se encontra nos quatro primeiros acabados da *Apologie*, conclui-se que Bloch devia ainda tratar do acaso; do problema do indivíduo, do problema dos «actos ou factos determinantes»; finalmente, daquele problema da «previsão» a que pensava dedicar um capítulo inteiro. Podemos afinal concluir, por todos estes dados, que temos mais de dois terços da obra inacabada. Talvez não seja inútil transcrever aqui esse final de programa não executado:

VI. — A EXPLICAÇÃO EM HISTÓRIA

A guisa de introdução: a geração dos cépticos (e cientistas).

1. — A noção de causa. Destruição da causa e do motivo (o inconsciente). O romantismo e o espontâneo.
2. — A noção de acaso.
3. — O problema do indivíduo e do seu valor diferencial. Acessoriamente, as épocas documentariamente sem indivíduos — A história é apenas uma ciência dos homens em sociedade? A história-massa e as *élites*.
4. — O problema dos actos ou factos «determinantes».

VII. — O PROBLEMA DA PREVISÃO

1. — A previsão, necessidade mental.
2. — Os erros ordinários da previsão: a conjuntura económica, a história militar.
3. — A antinomia da previsão em matéria humana: a previsão que se destrói pela previsão; papel da tomada de consciência.
4. — A previsão a breve prazo.
5. — As regularidades.
6. — Esperanças e incertezas.

Temos de lastimar profundamente a ausência de quaisquer notas mais precisas e mais pormenorizadas de Bloch sobre estas últimas partes do seu livro. Seriam por certo das mais originais. Se bem conheço o seu pensamento — que é o meu — acerca das questões levantadas pelo capítulo VII, nunca, pelo contrário, conversámos, estou em crer, sobre aquele problema da previsão que, com muito senso e originalidade, Bloch se tinha proposto tratar no fim da obra — e que teria sido, porventura, o mais estritamente pessoal de todo o conjunto.

★

Tive sob os olhos, a fim de preparar o texto que acaba de se ler impresso, três grossas pastas, contendo cada uma um exemplar quase completo do texto a publicar. Estes exemplares são constituídos em grande parte por folhas dactilografadas — no meio das quais se inserem folhas escritas pela mão de Marc Bloch, a maior parte das vezes no verso de um primeiro texto riscado por ele. Consistiu essencialmente o meu trabalho de editor em organizar com estes três exemplares um exemplar de base, com todas essas páginas e atendendo a todas as correcções manuscritas feitas pelo próprio Marc Bloch no dactilografado. Não trouxemos nenhum acréscimo, nenhuma correcção, mesmo de pura forma, ao texto de Bloch; foi este texto integral e puro que demos à estampa.

Devia o trabalho inserir referências. Só encontrámos algumas notas, redigidas pela mão do nosso amigo. Encontram-se mais adiante. Entendemos que não devíamos preencher a lacuna. O trabalho, enorme e sem grande interesse, teria levantado, a cada passo, problemas insolúveis.

Acréscimo que os três exemplares de que falei terminam todos da mesma maneira e pela mesma frase: «as causas, em história como de resto em qualquer outro domínio, não se postulam. Investigam-se...»

★

Não me cabe estudar o pensamento de Bloch acerca da história — pelas razões expressas de maneira tão afectuosa, e, posso dizê-lo, tão admirável, na página que me dedicou no início do livro. Farei apenas uma observação. Nem uma só vez, salvo erro, em todo o livro, pronunciou a palavra *evolução*.

★

Finalmente, e visto que se trata de dedicatória e de piedosa recordação, não posso deixar de dizer o seguinte:

Há alguém a quem Marc Bloch teria dedicado, com certeza, antes de desaparecer, uma das grandes obras que esperávamos ainda dele. Alguém de quem todos aqueles que conheceram e amaram Marc Bloch souberam com que ternura exclusiva o rodeara a ele e aos seus filhos — e com que abnegação lhe servira de secretária e de auxiliar nos seus trabalhos. Sinto como uma obrigação, a que nada — nem mesmo aquele sentimento de pudor sentimental que era tão grande em Marc Bloch — me pode impedir de obedecer, sinto como um dever, a necessidade de deixar aqui inscrito o nome da Sr.^a de Marc Bloch — morta pela mesma causa e na mesma fé francesa que seu marido.

LUCIEN FEBVRE

ALGUMAS NOTAS DO PUNHO
DE MARC BLOCH

1. Neste ponto sucede que me oponho logo de início, e sem o ter procurado, à *Introduction aux Etudes Historiques* de Langlois e Seignobos. A passagem que acaba de se ler estava escrita há muito quando me caiu sob os olhos, na «Advertência» daquela obra (p. XII), uma relação de «perguntas ociosas». Nela figura textualmente esta: «Para que serve a história?» Acontece evidentemente com este problema o que acontece com quase todos que respeitam às razões de ser dos nossos actos e dos nossos pensamentos: os espiritos que lhes são por natureza indiferentes — ou que voluntariamente decidiram assim tornar-se — compreendem sempre difficilmente que outros espiritos aí encontrem matéria de apaixonantes reflexões. Entretanto, pois que se oferece a oportunidade, mais vale, creio eu, fixar desde já a minha posição em relação a um livro justamente célebre — que o meu, aliás, construído sobre um outro plano e, em algumas das suas partes, muito menos desenvolvido, não pretende de modo algum substituir. Fui aluno dos seu dois autores e, especialmente, de Seignobos. Deram-me um e outro preciosas demonstrações da sua benevolência. A minha primeira educação muito ficou a dever ao seu ensino e à sua obra. Mas não nos ensinaram apenas, ambos, que o historiador tem por primeiro dever ser sincero; não dissimulavam tão pouco que o próprio progresso dos nossos estudos é feito da contradição necessária entre as gerações de investigadores. Serei ainda, portanto, fiel às suas lições criticando-os, onde o julgar útil, com toda a liberdade; como desejo que um dia os meus alunos, por sua vez, me critiquem a mim.

2. O francês anti-histórico: Cournot, *Souvenirs*, p. 43, a propósito da ausência de qualquer sentimento monárquico no final do Império: «... Para explicação do facto singular que nos ocupa, creio que há também a ter em

conta a pouca popularidade da nossa história e o pouco desenvolvimento que teve entre nós, nas classes inferiores, devido a causas que seria demasiado longo analisar, o sentimento da tradição histórica.»

3. *Fragmento daquela nota em folha solta: o princípio perdeu-se:* [... como o demonstrou] Lucien Febvre, é a própria história que, interrogada acerca da linha que o desenvolvimento da humanidade não tem deixado de percorrer, se encarrega de lhes infringir o mais flagrante desmentido. Não só cada ciência, considerada de per si, encontra nos transfugas dos sectores vizinhos quantas vezes os melhores artifícios dos seus sucessos. Pasteur, que renovou a biologia, não era um biólogo — e, enquanto vivo, bem lho fizeram sentir; tal como Durkheim e Vidal de la Blache, que deixaram sobre os estudos históricos do dealbar do século XX uma marca incomparavelmente mais profunda que a de qualquer outro especialista, e, sendo o primeiro um filósofo que passou à sociologia e o segundo um geógrafo, nem um nem outro eram historiadores diplomados.

4. Fustel de Coulanges, lição de abertura de 1862, na *Revue de Synthèse historique*, tomo II, 1901, p. 243; Michelet, curso da Escola Normal, 1829, citado por G. Monod, *La Vie et la Pensée de Jules Michelet*, tomo I, p. 127: «Ocupar-nos-emos simultaneamente do homem individual, e isto será a filosofia — e do estudo do homem social, e será a história.» Convém acrescentar que Fustel, mais tarde, disse numa fórmula mais concisa e mais densa de que o desenvolvimento que acabámos de ler quase não passa, em suma, de um comentário: «A história não é a acumulação de acontecimentos de toda a natureza que se verificaram no passado. É a ciência das sociedades humanas.» O que é talvez reduzir excessivamente, em história, a importância do indivíduo; o homem em sociedade e as sociedades não são duas noções exactamente equivalentes.

5. «Não o homem, repito, nunca o homem. As sociedades humanas, os grupos organizados», Lucien Febvre, *La Terre et l'évolution humaine*, p. 201.

6. Prefácio aos *Accessiones Historicae* (1700), Opéra, ed. Dutens, tomo IV, 2, p. 53: «Tria sunt quae expetimus in Historia: primum, voluptatem nos cendi res singulares;

deinde, utilia in primis vitae praecepta; ac denique origines praesentium a praeteritis repetitas, cum omnia optime ex causis nos cantur.»

7. Quando era novo, ouvi um erudito muito ilustre, que foi director da École des Chartes, dizer-nos, cheio de orgulho: «Sou capaz de datar sem erro a letra de um manuscrito com a aproximação de uns vinte anos.» Esquecia-me de uma coisa: muitos homens, muitos escribas, vivem mais de quarenta anos — e, se a letra às vezes se modifica ao envelhecerem, é raro que seja para se adaptarem a novas letras ambientes. Deve ter havido, por volta de 1200, escribas que, já sexagenários, escreviam ainda como lhes tinham ensinado a fazê-lo à volta de 1150. De facto, a história da escrita atrasa-se, de maneira estranha, em relação à da linguagem. Ela espera pelo seu Diez — ou pelo seu Meillet.